



## **ACADEMIA MILITAR**

### **Planos Individuais de Segurança para vítimas de violência doméstica: contributos para a sua elaboração**

**Autor:** Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Diogo Romeu Raposo Ferreira

**Orientador:** Coronel de Infantaria da GNR Óscar Manuel do Nascimento Rocha

**Coorientador:** Dr. João Carlos de Jesus Lázaro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **Planos Individuais de Segurança para vítimas de violência doméstica: contributos para a sua elaboração**

**Autor:** Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Diogo Romeu Raposo Ferreira

**Orientador:** Coronel de Infantaria da GNR Óscar Manuel do Nascimento Rocha

**Coorientador:** Dr. João Carlos de Jesus Lázaro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**

## EPÍGRAFE

*“Dentro desta casa desenvolvi medos que nunca imaginei serem possíveis. Durante muito tempo temi todos os dias pela minha vida.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Citação retirada da entrevista realizada à Vítima 3.

## AGRADECIMENTOS

Apesar da sua índole individual, o presente Trabalho de Investigação Aplicada não teria sido possível sem a ajuda e contributo de um conjunto de pessoas que, pela sua entrega, apoio e disponibilidade, merecem indubitavelmente uma palavra de apreço e consideração.

Em primeiro lugar o meu Orientador, Exmo. Sr. Coronel Óscar Rocha, que esteve presente desde a escolha do tema até ao último momento, que sempre me ajudou, e me ensinou que “ser Oficial da Guarda é assumir e correr riscos, mas sempre com os pés assentes em terreno seguro e com a humildade de que jamais saberemos tudo de tudo”, tendo sido sempre um exemplo a seguir.

O Exmo. Dr. João Lázaro, meu coorientador e Presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que esteve sempre disponível para me receber e esclarecer temas que, por muito intrincados que sejam, fruto da sua larga experiência de muitos anos a lidar com estas questões, os consegue explicar tão facilmente. Ainda pertencente à APAV, o Exmo. Dr. Daniel Cotrim, Assessor Técnico da Direção, por todo o seu apoio desde o início do trabalho.

Na DIC, a Exma. Prof.<sup>a</sup> Doutora Luísa Mascoli, pelos seus sábios conselhos e pelas inúmeras leituras de todos os parágrafos redigidos, e o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Paulo Machado pela sua disponibilidade.

A Direção dos Cursos da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, na pessoa do Exmo. Sr. Tenente-Coronel Gonçalo Carvalho, pela preocupação constante acerca do desenvolvimento do estudo.

As seis vítimas de VD que aceitaram participar neste estudo e que, apesar de nada terem a ganhar, não hesitaram em partilhar as suas emoções e o seu ponto de vista acerca do tema em estudo.

Os Chefes das SIIC dos CTer de Setúbal e de Lisboa, o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Goulão e o Exmo. Sr. Major Botas, respetivamente, e os seus militares dos NIAVE, pelo contributo e atenção dispensada, sem olvidar o Sr. Primeiro-Sargento Daniel pela participação ativa no decurso deste trabalho.

Ao 22º Curso de Oficiais da Guarda da Academia Militar, pelos momentos vividos nos últimos cinco anos, tendo a firme convicção que apesar de terem sido apenas cinco, a amizade e camaradagem estabelecidas se manterão até ao fim dos nossos dias.

O meu Muito Obrigado a todos vós!

## RESUMO

A presente investigação centra-se nos Planos Individuais de Segurança, introduzidos no ordenamento jurídico nacional no ano de 2015, através da Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro (Assembleia da República [AR], 2015b), que fixa o regime jurídico da prevenção da violência doméstica e da proteção e assistência das suas vítimas.

Um Plano Individual de Segurança consiste na elaboração de um conjunto de conselhos, recomendações e medidas de proteção pessoal, a definir individualmente com cada vítima, visando promover a sua segurança e minimizando o risco de revitimização.

A presente investigação possui natureza qualitativa, tendo sido empregue o método histórico, e o método inquisitivo, onde foi utilizado como procedimento de recolha de dados a realização das entrevistas.

Assim sendo, o presente estudo pretende responder à seguinte pergunta de partida: “Quais as medidas a ponderar na elaboração de um Plano Individual de Segurança destinado às vítimas de violência doméstica?”, tendo como objetivo central elencar um conjunto de contributos que permitam melhorar e adequar a atual forma de elaboração dos Planos Individuais de Segurança realizados pelos militares da Guarda Nacional Republicana.

Como principais conclusões verificou-se que atualmente os Planos Individuais de Segurança se encontram padronizados tendo em conta três situações distintas, podendo evoluir-se no sentido de uma maior individualização, com um maior envolvimento da vítima no processo da sua elaboração, e desenvolvendo medidas efetivas e específicas de segurança direcionadas a uma vítima em concreto. Deve ter-se também em consideração o perfil do agressor, os seus antecedentes, motivações e capacidades, assim como os potenciais meios de agressão a empregar, e fundamentalmente tendo em consideração os resultados da avaliação do risco de violência doméstica. Estes Planos Individuais de Segurança, sempre que possível, deverão também ser elaborados em rede, com a colaboração das demais entidades, públicas ou privadas, sendo fundamental a comunicação entre todos, com o objetivo de diversificar valências e obter sinergias. Por último verificaram-se algumas anomalias na plataforma digital para a elaboração dos Planos e constatou-se que a formação dos elementos que os elaboram se constitui como uma necessidade.

**Palavras-Chave:** Plano Individual de Segurança; Violência Doméstica; Guarda Nacional Republicana; Gestão do Risco.

## ABSTRACT

The present research focuses on the Individual Security Plans, introduced into the national legal system in the year of 2015, through the law number 129/2015, september 3<sup>rd</sup> (Assembleia da República [AR], 2015b), laying down the legal framework of the prevention of violence and the protection and assistance of victims.

An Individual Security Plan consists in the elaboration of a set of advises, recommendations and personal protective measures, to be defined individually with each victim, in order to promote their safety and minimize the risk of revictimisation.

The present investigation has a qualitative nature, having been used the historical method, and the inquisitive method, where it was used as data collection procedure the realization of the interviews.

Thus, the present study intends to answer the following question: "What measures should be considered in the elaboration of an Individual Safety Plan for victims of domestic violence?", with the central objective of listing a set of contributions that allow improve and adapt the current form of elaboration of the Individual Security Plans carried out by the Republican National Guard military.

As main conclusions it was found that currently the Individual Security Plans are standardized taking into account three distinct situations, and that may evolve in the direction of greater individualization, with greater involvement of the victim in the elaboration process, and developing effective and specific security measures directed to a concrete victim. It should also been taking in consideration the profile of the aggressor, his background, motivations and capabilities, as well as potential means of aggression to employ, and fundamentally taking into account the results of the evaluation of the risk of domestic violence. These Individual Security Plans, if possible, should also be elaborated in network, in collaboration with other entities, public or private, being fundamental the communication between all entities, with the aim of diversifying Valances and obtain synergies. Finally, there were some anomalies on the digital platform for the preparation of the Plans and it was verified that the formation of the elements that elaborate them is an need.

**Keywords:** Individual Security Plan; Domestic violence; National Republican Guard; Risk management.

## ÍNDICE GERAL

<b>EPÍGRAFE .....</b>	<b>i</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>ii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>iv</b>
<b>ÍNDICE GERAL .....</b>	<b>v</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES E DE ANEXOS .....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>3</b>
<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ABORDAGEM CONCEPTUAL .....</b>	<b>3</b>
1.1 Introdução .....	3
1.2 O conceito de “Violência” e de “Violência Doméstica”. .....	3
1.3 Tipologias de violência doméstica.....	4
1.4 Ciclo da violência doméstica .....	5
1.5 Factos e números .....	6
1.6 Caracterização dos Intervenientes .....	7
1.7 As vítimas .....	8
1.8 O percurso legislativo .....	10
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>12</b>
<b>A ATUAÇÃO DA GNR NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....</b>	<b>12</b>
2.1 Introdução .....	12
2.2 O Programa IAVE .....	13
2.3. Procedimentos Padrão.....	14
2.4 A avaliação e gestão do risco.....	15
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>19</b>
<b>O PLANO INDIVIDUAL DE SEGURANÇA .....</b>	<b>19</b>

3.1	Enquadramento .....	19
3.2	Pressupostos dos Planos Individuais de Segurança .....	21
3.3	Finalidade dos Planos Individuais de Segurança .....	22
<b>CAPÍTULO 4.....</b>		<b>24</b>
<b>METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....</b>		<b>24</b>
4.1	Enquadramento .....	24
4.2	Desenho de estudo .....	25
4.3	Tipo de abordagem .....	25
4.4	Modelo de análise .....	26
<b>CAPÍTULO 5.....</b>		<b>28</b>
<b>MÉTODOS E MATERIAIS.....</b>		<b>28</b>
5.1	Enquadramento .....	28
5.2	Procedimentos de amostragem .....	28
5.3	Técnicas de recolha de dados.....	29
5.4	Técnicas de tratamento e análise de dados .....	32
<b>CAPÍTULO 6.....</b>		<b>34</b>
<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>		<b>34</b>
6.1	Resultados das entrevistas exploratórias.....	34
6.2	Resultados das entrevistas aos militares dos NIAVE .....	37
6.3	Resultados das entrevistas às vítimas .....	41
<b>CAPÍTULO 7.....</b>		<b>45</b>
<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>		<b>45</b>
7.1	Discussão dos resultados das entrevistas exploratórias .....	45
7.2	Discussão dos resultados das entrevistas aos militares dos NIAVE.....	47
7.3	Discussão dos resultados das entrevistas às vítimas .....	48
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>		<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>56</b>
<b>APÊNDICES.....</b>		<b>I</b>
<b>Apêndice A – Fichas de Procedimentos relacionadas com o crime de VD.....</b>		<b>I</b>
<b>Apêndice B – Desenho de Estudo da Investigação .....</b>		<b>II</b>



<b>Apêndice C</b> – Carta de Apresentação .....	III
<b>Apêndice D</b> – Guião das Entrevistas Exploratórias .....	V
<b>Apêndice E</b> – Guião das Entrevistas aos Militares dos NIAVE.....	VI
<b>Apêndice F</b> – Guião das Entrevistas às Vítimas .....	VII
<b>Apêndice G</b> – Declaração de Consentimento Informado .....	VIII
<b>Apêndice H</b> – Análise das Entrevistas Exploratórias.....	IX
<b>Apêndice I</b> – Análise das Entrevistas aos Militares dos NIAVE .....	XVI
<b>Apêndice J</b> – Análise das Entrevistas às Vítimas.....	XXI
<b>ANEXOS</b> .....	XXVI
<b>Anexo A</b> – Partes e Situações Previstas nos Atuais PIS.....	XXVI
<b>Anexo B</b> – Resumo das Etapas para a Elaboração dos PIS .....	XXV

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>FIGURA N.º 1</b> – Desenho de Estudo da Investigação .....	II
<b>FIGURA N.º 2</b> – Partes a Incluir no PIS.....	XXIV
<b>FIGURA N.º 3</b> – Três Situações Previstas pelos Atuais PIS.....	XXIV

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>TABELA N.º 1</b> – Tipologias de VD.....	5
<b>TABELA N.º 2</b> – Caracterização dos Intervenientes no Crime de VD .....	7
<b>TABELA N.º 3</b> – Marcos Legislativos do Crime de VD .....	10
<b>TABELA N.º 4</b> – Principais Pressupostos da elaboração de um PIS.....	21
<b>TABELA N.º 5</b> – Lista de Entrevistados – Entrevistas Exploratórias.....	30
<b>TABELA N.º 6</b> – Lista de Entrevistados – Entrevistas aos Militares dos NIAVE.....	31
<b>TABELA N.º 7</b> – Lista de Entrevistados – Entrevistas às Vítimas .....	32
<b>TABELA N.º 8</b> – Relação entre as PD e os Guiões de Entrevista.....	33
<b>TABELA N.º 9</b> – Matriz de Conteúdo por Questão das Entrevistas Exploratórias.....	34
<b>TABELA N.º 10</b> – Matriz de Conteúdo por Questão das Entrevistas aos Militares dos NIAVE.....	37
<b>TABELA N.º 11</b> – Matriz de Conteúdo por Questão das Entrevistas às Vítimas.....	41
<b>TABELA N.º 12</b> – Fichas de Procedimentos Relacionadas com o Crime de VD.....	I
<b>TABELA N.º 13</b> – Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas Exploratórias .....	IX
<b>TABELA N.º 14</b> – Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas Exploratórias.....	X
<b>TABELA N.º 15</b> – Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas aos Militares dos NIAVE .....	XVI
<b>TABELA N.º 16</b> – Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas aos Militares dos NIAVE .....	XVII
<b>TABELA N.º 17</b> – Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas às Vítimas...	XXI
<b>TABELA N.º 18</b> – Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas às Vítimas .....	XXII
<b>TABELA N.º 19</b> – Resumo das Etapas para a Elaboração do PIS .....	XXV

## LISTA DE APÊNDICES E DE ANEXOS

<b>APÊNDICES</b> .....	I
<b>Apêndice A</b> – Fichas de Procedimentos relacionadas com o crime de VD .....	I
<b>Apêndice B</b> – Desenho de Estudo da Investigação .....	II
<b>Apêndice C</b> – Carta de Apresentação .....	III
<b>Apêndice D</b> – Guião das Entrevistas Exploratórias .....	V
<b>Apêndice E</b> – Guião das Entrevistas aos Militares dos NIAVE.....	VI
<b>Apêndice F</b> – Guião das Entrevistas às Vítimas .....	VII
<b>Apêndice G</b> – Declaração de Consentimento Informado .....	VIII
<b>Apêndice H</b> – Análise das Entrevistas Exploratórias.....	IX
<b>Apêndice I</b> – Análise das Entrevistas aos Militares dos NIAVE .....	XVI
<b>Apêndice J</b> – Análise das Entrevistas às Vítimas.....	XXI
<b>ANEXOS</b> .....	XXVI
<b>Anexo A</b> – Partes e Situações Previstas nos Atuais PIS.....	XXVI
<b>Anexo B</b> – Resumo das Etapas para a Elaboração dos PIS .....	XXV

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

**Al.** — Alínea

**AMCV** — Associação de Mulheres Contra a Violência

**APAV** — Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**AR** — Assembleia da República

**Art.º** — Artigo

**BDVD** — Base de Dados de Violência Doméstica

**Cfr.** — Conforme

**CIG** — Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

**CP** — Código Penal

**CRP** — Constituição da República Portuguesa

**CTer** — Comando Territorial

**DIC** — Direção de Investigação Criminal

**DGAI** — Direção-Geral da Administração Interna

**EII** — Equipa de Investigação e Inquérito

***Et al.*** — *Et aliae*

**FS** — Forças de Segurança

**GNR** — Guarda Nacional Republicana

**IAVE** — Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

**IC** — Investigação Criminal

**LGBT** — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgéneros

**LOIC** — Lei de Organização da Investigação Criminal

**MAI** — Ministério da Administração Interna

**NAT** — Núcleo de Apoio Técnico

**NEP** — Norma de Execução Permanente

**NIAVE** — Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

**NIC** — Núcleo de Investigação Criminal

**NIC-D** — Núcleo de Investigação Criminal - Droga

**NMUME** — Núcleo Mulher e Menor

**OMS** — Organização Mundial da Saúde

**ONG** — Organização não-governamental

**PALOP** — Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
**PCM** — Presidência do Conselho de Ministros  
**Prof.<sup>a</sup>** — Professora  
**PD** — Pergunta derivada  
**PIS** — Plano Individual de Segurança  
**PP** — Pergunta de Partida  
**PTer** — Posto Territorial  
**RASI** — Relatório Anual de Segurança Interna  
**RCFTIA** — Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
**RVD** — Risco de Violência Doméstica  
**SIIC** — Secção de Informações e Investigação Criminal  
**SGMAI** — Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna  
**SSI** — Sistema de Segurança Interna  
**TCor** — Tenente-Coronel  
**TIA** — Trabalho de Investigação Aplicada  
**UMAR** — União de Mulheres Alternativa e Resposta  
**UC** — Unidade de Contexto  
**UE** — Unidade de Enumeração  
**UR** — Unidade de Registo  
**VD** — Violência Doméstica  
**ZA** — Zona de Ação

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), surge no âmbito do ciclo de estudos conducente à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, da Guarda Nacional Republicana (GNR).

A violência doméstica (VD) constitui uma infração penal prevista e punida pelo art.º n.º 152.º, do Código Penal (CP), (AR, 2017) tendo sido definida como uma das prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017<sup>2</sup>, sendo um dos crimes da competência de investigação criminal da GNR, de acordo com a Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC) (AR, 2015d).

Os Planos Individuais de Segurança (PIS), surgem através do art.º n.º 27.º-A, da Lei 129/2015, de 3 de setembro (AR, 2015b), que vem por sua vez alterar a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro (AR, 2009), a qual fixa o regime jurídico da prevenção da violência doméstica e da proteção e assistência das suas vítimas.

Sendo um dos objetivos específicos da realização deste trabalho “estudar um assunto de reconhecido interesse para o Exército e GNR” (Academia Militar, 2015, p.2) e tendo a escolha do tema que obedecer a vários critérios, dentre os quais ser “atual e inovador e pertencer ao âmbito das motivações do investigador” (Sarmiento, 2013, p.6), foi escolhido como tema de trabalho os “Planos Individuais de Segurança para Vítimas de Violência Doméstica: Contributos para a sua Elaboração.”

A escolha do tema deveu-se não só à sua atualidade e inovação, mas ainda fruto das considerações de militares da GNR e de entidades externas à instituição, pelo que sendo este um trabalho de índole investigatória oferece a possibilidade de fazer uma pesquisa aprofundada do tema, cujos resultados poderão ser suscetíveis de produzir conhecimento com importância e utilidade para o serviço desenvolvido pela GNR.

Como objetivo geral do trabalho pretende-se identificar um conjunto de elementos que, pela sua relevância e acuidade, possam contribuir eficazmente para a melhoria da elaboração dos PIS. Como objetivos específicos definiu-se um conjunto de vetores e premissas que revelam uma relação causal e com impacto determinante no objetivo geral, designadamente: se os instrumentos existentes para a elaboração do PIS são adequados e se

---

<sup>2</sup> Cfr. a al. c), do art.º 3º, da Lei-Quadro de Política Criminal (AR, 2015a).

têm sido utilizados; se elementos de informação relevantes têm sido tidos em consideração; quais os principais elementos que devem ser tidos em consideração para a sua correta conceção; quais as vantagens que o PIS pode trazer às vítimas; e apurar se a realização de um PIS pressupõe algum tipo de formação técnica específica.

Desta forma, e sendo a formulação de uma questão ou de um conjunto de questões iniciais o que orienta a recolha da informação (Carmo & Ferreira, 1998), foi formulada a seguinte pergunta de partida (PP): “Quais as medidas a ponderar na elaboração de um PIS destinado a vítimas de violência doméstica?”.

O presente RCFTIA encontra-se dividido em nove capítulos, onde o primeiro e o último se destinam à “Introdução” e “Conclusões e Recomendações”, respetivamente, e que por isso não são numerados como os restantes.

O enquadramento teórico é composto por três capítulos. O Capítulo 1 tem o título de “VD: Abordagem conceptual” e divide-se em oito subcapítulos onde se começa por definir os conceitos de “Violência” e de “Violência Doméstica”, passando pelas várias tipologias de VD, pelo Ciclo da VD, pelos últimos dados numéricos que ilustram este crime, pela caracterização dos intervenientes do crime de VD em Portugal e pelos normativos jurídicos que regulam a proteção da vítima, finalizando com o percurso legislativo do crime de VD. No Capítulo 2 é abordada a “Atuação da GNR na VD”, estando dividido em 4 subcapítulos, em que se começa por analisar o Programa IAVE, sendo posteriormente abordados os procedimentos padrão na GNR aquando da ocorrência de uma situação de VD, e terminando com o estudo da avaliação do risco, quer do ponto de vista conceptual, quer abordando a forma como é realizada na GNR. No Capítulo 3 são abordados os “PIS”, estando dividido em três subcapítulos onde se tratam as questões conceptuais dos mesmos a forma como atualmente são elaborados pela GNR, explanando os seus pressupostos, e terminando por enunciar as suas finalidades.

No quarto capítulo é abordada a “Metodologia da Investigação” adotada e os demais procedimentos realizados, seguindo-se o quinto capítulo que trata os “Métodos e Materiais” utilizados, apresentando o trabalho de campo realizado pelo investigador.

No Capítulo 6 é realizada a “Apresentação e Análise de Resultados” do trabalho de campo, através da análise de conteúdo dos três grupos de entrevistas realizadas, sendo estes posteriormente discutidos no Capítulo 7 cujo título é “Discussão de Resultados”.

Por último são tecidas as “Conclusões e Recomendações” onde a pergunta de partida é respondida, bem como as perguntas derivadas.



# **CAPÍTULO 1**

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ABORDAGEM CONCEPTUAL**

### **1.1 Introdução**

Segundo Fernandes *et al.* (2016) ao longo dos anos a questão da VD, quer na sua definição, quer nas políticas e estratégias de intervenção, sofreu progressivas evoluções conceptuais, em virtude de ser um fenómeno bastante complexo e composto por diversos fatores, sejam eles, sociais, culturais, psicológicos, ideológicos e económicos (Costa, 2003).

A violência contra as mulheres e a VD, pelo seu carácter de violência de género, constitui um problema de difícil resolução a curto prazo na medida em que envolve uma necessidade de alteração de mentalidades, ao nível da mudança dos estereótipos de género associados aos papéis sociais (Assembleia Municipal de Lisboa, 2014).

Para Shurman e Rodriguez (2006) a maioria das vítimas que abandonaram a relação tendem a regressar à mesma. A mudança é vista não como um evento único, mas sim como um processo que ocorre ao longo do tempo e que necessita de ser mantido, decorrendo geralmente com recaídas, regressões e progressões (Dienemann, Neese & Lowry, 2008), sendo deste modo perceptível a complexidade e especificidade da VD.

### **1.2 O conceito de “Violência” e de “Violência Doméstica”**

O conceito de violência pode ser definido como qualquer forma de uso intencional da força, coação ou intimidação, contra terceiro, ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese os direitos e necessidades dessa pessoa (Fernandes *et al.*, 2016).

A Organização Mundial de Saúde [OMS] (2014, p.20), num dos seus últimos relatórios sobre a prevenção da violência, apresentou uma conceção algo inovadora sobre a problemática da violência através de uma qualificação da gravidade do fenómeno criminal, a que deram o nome de “Pirâmide da Violência”.

Esta qualificação apresenta, no topo da pirâmide e como situação mais gravosa, as mortes violentas atenta a maior visibilidade que apresentam. Em segundo lugar estão as vítimas conhecidas pelas autoridades policiais, e às quais, inclusivamente, podem ter sido prestados cuidados médico-legais. Por último, e na base da pirâmide, estão as vítimas que sofrem em silêncio, às quais não foi prestado qualquer apoio por se desconhecer a sua situação.

Quanto à VD é um fenómeno sócio criminal que inclui um número significativo de variáveis psicológicas, sociais, económicas e culturais, as quais concorrem numa complexidade que assenta, entre outras, na relação existente entre a vítima e o(a) agressor(a)<sup>3</sup>, nas crenças sociais existentes e nas inúmeras formas que a violência pode assumir (Direção Geral da Administração Pública [DGAI], 2013, p.17).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2010) define VD como qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e\ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro, namorado ou ex-namorado, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga, ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade.

Esta definição implica a referência a vários crimes, sejam eles de natureza pública, semi-pública ou particular, nomeadamente: o de maus-tratos físicos e\ou psíquicos; o de ameaça; o de coação; o de difamação; o de injúria, o de subtração de menor; o de violação de obrigação de alimentos; o de violação; o de abuso sexual; o de homicídio; e outros (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2010).

Para Dias (2010), VD é qualquer ato, inclusive de omissão, ou ameaça que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais, que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto, com uma determinada intenção ou finalidade, e refere-se aos tipos mais frequentes de violência, designadamente à que é cometida contra as crianças, as mulheres e os idosos.

### **1.3 Tipologias de violência doméstica**

A VD “é exercida de diversas formas e tende a aumentar em frequência, intensidade e, conseqüentemente, na gravidade dos atos praticados” (Fernandes *et al.*, 2016, p.31).

Segundo a DGAI (2013), existem vários tipos de violência, sendo que em contexto de violência doméstica os mais usuais são a violência física, a violência psicológica/emocional, a violência sexual, a violência social e a violência económica.

Para Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), a violência doméstica assume vários tipos de violência, sendo eles a “Intimidação, coação e ameaça”, a “Violência física”, o “Isolamento

---

<sup>3</sup> Não obstante do género do agressor poder ser feminino ou masculino, durante o restante texto irá ser utilizada a expressão no masculino.

Social”, o “Abuso Económico” e a “Violência sexual”, dispostos na tabela abaixo pela ordem mais frequente do seu surgimento ao longo da evolução do contexto criminal:

**Tabela nº 1: Tipologias de VD**

Intimidação, coação e ameaça	Consiste em manter a vítima permanentemente com receio do que o agressor possa fazer contra si e/ou contra os seus familiares (sobretudo filhos), amigos, animais de estimação ou bens.
Violência física	Consiste no uso da força física com o objetivo de causar dano físico ou orgânico, deixando ou não marcas evidentes.
Isolamento social	Consiste no resultado das estratégias implementadas pelo agressor para afastar a vítima da sua rede social e familiar, dado que uma vítima isolada é mais facilmente manipulável e controlável do que uma vítima com uma boa rede de apoio familiar e social.
Abuso económico	Consiste no controlo da vítima através da negação ao acesso a dinheiro ou bens, incluindo, muitas vezes, bens de necessidade básica e imperiosa.
Violência sexual	Consiste na imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima, recorrendo a ameaças e coação ou, muitas vezes, à força física para a obrigar, podendo, inclusivamente, englobar a prostituição forçada.

**Fonte: Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas (2009)**

#### **1.4 Ciclo da violência doméstica**

Vários autores defendem a existência de uma sequência de comportamentos, nos casos de VD, que denominaram de Ciclo da Violência Doméstica. Segundo Bradbury e Lawrence (1999), este ciclo deve ser compreendido como um sistema circular, onde as dinâmicas da relação se manifestam sistematicamente passando por três fases distintas e que variam consoante o tempo, intensidade, e entre diferentes casais.

Foi Walker (1979) uma das primeiras autoras a defender este ciclo, defendendo que era composto por três fases, iniciando-se com uma “fase de aumento de tensão” na relação, evoluindo para a “fase de explosão” ou do “ataque violento”, e à qual se seguia uma “fase lua-de-mel”, onde se verifica uma tentativa de redenção por parte do agressor.

A fase de aumento de tensão “dá origem, na maioria dos casos, a discussões, primeiro patamar para a passagem ao ato violento” (Manita *et al.*, 2009, p.27). Nesta fase “as tensões acumuladas no quotidiano, as injúrias e as ameaças do agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo eminente” (APAV, 2010, p.27).

A segunda fase, de explosão, “geralmente começa com violência verbal, rapidamente associada a violência física, e vai escalando para uma combinação de diferentes tipos de

violência” (Manita *et al.*, 2009, p.27). Nesta fase, o “agressor exerce violência física e psicológica contra a vítima, aumentando na sua frequência e intensidade” (APAV, 2010, p.27).

Por último tem lugar a fase de redenção ou de “lua-de-mel”, onde o “agressor envolve a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pela violência exercida e prometendo mudar de comportamento” (APAV, 2010, p.27).

Segundo Manita *et al.* (2009), depois de praticar os atos violentos, o ofensor tende a manifestar arrependimento e a prometer não voltar a ser violento, gerando na vítima a esperança de mudança, reforçada pela vontade que esta tem de ver o seu “projeto de vida a dois” ser bem-sucedido, e pela identificação de aspetos positivos no ofensor.

### **1.5 Factos e números**

A importância e pertinência do estudo do crime de VD é ilustrada através dos números a ele associados. Atendendo aos dados estatísticos expressos no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) do ano de 2016, (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2017) podemos verificar que apenas é considerado como VD a violência conjugal e análogas, não sendo consideradas como tal outras formas de VD, como por exemplo, e entre outras, a violência contra menores e descendentes comuns em 1º grau no seio familiar, o que poderia significar um número de casos mais elevado.

Ainda em relação ao RASI referente ao ano de 2016 (SSI, 2017), apenas dois tipos de crimes sofreram um aumento do total de ocorrências, sendo um deles o de violência doméstica contra cônjuges ou análogos. Desta forma foram registadas pelas Forças de Segurança (FS) (GNR e PSP) 27005 ocorrências de violência doméstica, mais 410 do que no ano anterior. Lisboa, com 6161 ocorrências, Porto com 4903, e Setúbal com 2268, foram os três distritos onde o crime de VD foi mais participado.

Quanto à intervenção policial, 77,4% dos casos surgiu a pedido da própria vítima, 8,7% dos casos surgiu através de informações de familiares ou vizinhos, e 3,9% através do conhecimento direto das FS. De referir ainda que quanto às tipologias de violência “em 82% das situações foi assinalada a existência de violência psicológica, em 68% de violência física, em 16% de violência social, em 9% de violência económica e em 3% de violência sexual” (SSI, 2017, p.36).

## 1.6 Caracterização dos intervenientes

Analisando o histórico de VD nos últimos anos em Portugal é possível observar a existência de características, quer da vítima quer do agressor, que surgem com maior frequência, sendo por isso possível estabelecer um perfil geral dos intervenientes no crime (vítima e denunciado(a)) de VD. Segundo dados do RASI do ano de 2016 (SSI, 2017) verifica-se que nesse mesmo ano e num total de 32507 vítimas, 79,9% (25985) são do sexo feminino e 20,1% (6522) do sexo masculino, tendo 79,7% do total 25 ou mais anos, 11,1 % menos de 16 anos, e 9,2% entre 16 e 24 anos. Já os denunciados/as, num total de 31838 indivíduos, 84,3% (26845) são do sexo masculino e 15,7% (4993) do sexo feminino, tendo 94,2% do total 25 ou mais anos, 5,7% entre 16 e 24 anos, e 0,1% menos de 16 anos.

No último Relatório Anual de Monitorização da VD, elaborado pela Secretaria Geral do MAI (SGMAI) e publicado em novembro de 2016 (Secretaria Geral do MAI [SGMAI], 2016), verificamos que em 2015 os dados quanto ao estado civil, habilitações literárias, situação profissional e país de origem dos intervenientes no crime de VD foram os expressos na tabela abaixo.

**Tabela nº 2: Caracterização dos intervenientes no crime de VD**

		Vítimas (%)	Denunciados/as (%)
Estado Civil	Casado/a	39,8	41,4
	União de facto	6,6	6,2
	Divorciado/a ou Separado judicialmente	16,4	14,6
	Solteiro/a	33,1	36,7
	Viúvo/a	4,2	1,0
Habilitações	Sem habilitações	4,2	2,9
	Ensino básico 1.º ciclo (4º ano)	19,8	22,8
	Ensino básico 2.º ciclo (6º ano)	17,0	20,9
	Ensino básico 3.º ciclo (9º ano)	24,4	25,2
	12º Ano	20,9	16,1
	Ensino Superior	9,7	7,3
	Outro	4,0	5,0
Situação Profissional	Empregado/a	48,0	57,7
	Desempregado/a	25,2	28,0
	Doméstica/o	8,6	1,1
	Estudante	7,0	3,6
	Reformado/a, Aposentado/a ou na reserva	11,0	9,2
	Incapacitado/a permanente para o trabalho	0,3	0,3
País de Origem	Portugal	87,1	87,2
	Brasil	3,1	2,2
	PALOP	5,6	6,8
	Outro	4,2	3,8

Fonte: SGMAI (2016)

## 1.7 As vítimas

No âmbito penal, as vítimas são indubitavelmente a sua principal razão e finalidade última, uma vez que é nelas que a violação da lei se manifesta e por causa delas que se punem os comportamentos infratores. Contudo, ao longo dos tempos, esta afirmação “nem sempre tem encontrado eco nos sistemas judiciais, onde durante muito tempo a preocupação dominante foi a determinação da sanção aplicável ao criminoso, obnubilando as vítimas e as suas necessidades de proteção” (Presidência do Conselho de Ministros, 2015, p. 1).

Segundo a APAV (2015), a maior atenção que tem vindo a ser prestada às vítimas nos últimos anos resulta de uma multiplicidade de causas, donde se destaca o surgimento da vitimologia enquanto ciência que estuda a vítima, que acabaram por se conjugar e confluír num movimento de defesa dos seus direitos e interesses.

Em dezembro de 2008, “assumindo o seu papel de liderança na proteção dos direitos humanos, o Conselho da Europa decidiu estabelecer normas gerais para prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica” (Fernandes *et al.*, 2016, p.50).

Desta forma foi adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, em 2011, a Convenção sobre a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, ou Convenção de Istambul, entrando em vigor no dia 1 de agosto de 2014, após ter reunido o número de ratificações necessárias para o efeito.

Em Portugal, a Convenção foi aprovada pela Resolução da AR n.º 4/2013, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 13/2013, ambos publicados no Diário da República, I série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2013 (Fernandes *et al.*, 2016).

A Convenção de Istambul materializa-se num “tratado-normativo e multilateral e o seu confronto com o direito ordinário nacional implica, essencialmente, que se pondere se a aprovação daquela exige alterações da legislação portuguesa, por força do princípio do primado do Direito Internacional Convencional,” (Fernandes *et al.*, 2016, p.51) criando um quadro jurídico que visa proteger as mulheres contra todas as formas de violência.

No direito interno, a matéria da violência contra as mulheres não dispõe de diploma específico, embora o CP já enquadre muitos dos comportamentos abrangidos pela Convenção de Istambul (Fernandes *et al.*, 2016).

Embora o regime jurídico aplicável à prevenção da VD, à proteção e à assistência das suas vítimas, aprovado pela Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, já consagrasse um regime reforçado e robusto de direitos, só em 2015, com a publicação da Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro (AR, 2015c), que resultou da transposição para o ordenamento jurídico

nacional da Diretiva n.º 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, se procedeu à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal (CPP) e se aprovou o Estatuto da Vítima, estabelecendo normas relativas aos seus direitos, apoio e proteção, substituindo a Decisão-Quadro do Conselho n.º 2001/220/JAI, de 15 de março de 2001.

Nesta Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro (AR, 2015c) o conceito de vítima é definido como a “pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um dano físico, moral ou emocional, ou um prejuízo material diretamente causados por um crime”, incluindo também no conceito de vítima “os familiares de uma pessoa cuja morte tenha sido diretamente causada por um crime e que tenham sofrido um dano em consequência dessa morte”. De salientar que esta definição foi introduzida no CPP, através da al. a), n.º 1, do art.º 67.º-A.

Segundo a APAV (2016), apesar da Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, trazer algumas evoluções em matéria de proteção às vítimas, ficou aquém daquilo que seria de esperar, face à Diretiva que a originou, uma vez que o Estatuto da Vítima aprovado revela falta de coercividade ao não prever consequências e sanções para o incumprimento das normas que estabelecem os direitos da vítima nele previstos. A APAV (2016) defende que alguns direitos, como, por exemplo, o da vítima ser acompanhada por pessoa à sua escolha no momento do primeiro contacto com as autoridades, deveriam ter sido atribuídos a todas as vítimas e não apenas às consideradas especialmente vulneráveis.

Quanto às vítimas especialmente vulneráveis, o art.º 22.º da Diretiva n.º 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, refere que deverá ser realizada uma avaliação individual no sentido de aferir se a vítima é especialmente vulnerável ou não, ao contrário do que é explanado na al. b), n.º 1, do art.º 67.º-A, do CPP<sup>4</sup> onde se indica taxativamente, por antecipação, quem deve, ou não, ser considerada como tal (APAV, 2016).

Quanto à proteção da vítima é de referir ainda a criação dos Planos Nacionais contra a Violência Doméstica, que, segundo Lisboa *et al.* (2009), têm a duração de um triénio e respondem à necessidade de uma política global e nacional que tenha em consideração todas as medidas, de forma a combater mais eficientemente a violência doméstica.

Estes planos vão já na 5ª edição (traçada para o período entre 2014 e 2017), sendo que o 5.º Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género se encontra estruturado em cinco áreas estratégicas: a primeira consiste em prevenir,

---

<sup>4</sup>Cfr. a al. b), n.º 1, do art.º 67.º-A, do CPP, entende-se por “vítima especialmente vulnerável” a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social (AR, 2016).

sensibilizar e educar; a segunda em proteger as vítimas e promover a sua integração; a terceira em intervir junto de agressores; a quarta em formar e qualificar profissionais; e a quinta em investigar e monitorizar. Este Plano assenta nos pressupostos da Convenção de Istambul, tendo sido alargado o seu âmbito de aplicação, até então circunscrito à violência doméstica, a outros tipos de violência de género, o que fez com que abranja outras formas de violência de género, como a mutilação genital feminina e as agressões sexuais (Presidência do Conselho de Ministros, 2013).

## 1.8 O percurso legislativo

De uma forma sumariada, os marcos legislativos da criminalização da violência doméstica constam da seguinte tabela:

**Tabela nº 3: Marcos legislativos do crime de VD**

Anos	Marcos Legislativos
1982	Tipificação do crime (natureza pública) de maus-tratos contra menores/cônjuge no CP.
1995	Reforma Penal: foi eliminada a referência à malvadez ou egoísmo, extensão da proteção a pessoas idosas ou doentes, previsão dos maus tratos psíquicos e substancial agravamento das penas. O crime passa a ter natureza semi-pública.
2000	Alteração da natureza criminal semi-pública para pública e alargamento do âmbito de proteção aos progenitores de descendente comum em primeiro grau.
2007	Separação entre a Violência Doméstica (art.º 152º), os Maus-Tratos (art.º 152º-A) e a Violação de Regras de Segurança (art.º 152º-B).
2009	Publicação da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da VD, à proteção e à assistência das suas vítimas.
2010	Criação do Estatuto da Vítima de VD.
2013	Alteração ao art.º 152º do CP, introduzindo o namoro.
2015	Tipificação de novos crimes no CP: mutilação genital feminina, perseguição e casamento forçado.
	Alteração à Lei da VD: <u>Planos Individuais de Segurança</u> , Base de Dados e Análise Retrospectiva de Homicídios.
	Alteração ao CPP: Estatuto da vítima.
2007/2009/2015	Anos em que a VD foi definida como um crime de prevenção e investigação prioritária na Lei de Política Criminal.

**Fonte: Autor**

Como nos diz Fernandes *et al.* (2016), foi Eduardo Correia quem, na ordem jurídica nacional, propôs a autonomização do crime de maus tratos no seu Projeto do CP, de 1966. Desde essa data deu-se uma evolução exponencial na ordem jurídica interna.

O passo seguinte foi dado em 1982, com a tipificação do crime de maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou cônjuges, no art.º 153.º do CP, tendo lugar a sua primeira alteração no ano de 1995, através do Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de março, sendo eliminada a referência à malvadez ou egoísmo, estendida a proteção a pessoas idosas



ou doentes, e previstos os maus tratos psíquicos, a par de um agravamento das molduras penais e passando o crime a ser de natureza semi-pública (Fernandes *et al.*, 2016).

No ano de 2000 este crime viu a sua natureza criminal alterada para crime público, sendo que o seu âmbito de aplicação foi também alargado à proteção dos progenitores de descendente comum em primeiro grau, através da Lei n.º 7/2000, de 27 de maio.

É em 2007, através da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, que a VD passa a ser tipificada num artigo autónomo do CP, com o número 152.º, tendo sido efetuadas alterações nas circunstâncias agravantes e nas sanções acessórias, e elevado o limite mínimo da pena de prisão de um para dois anos, quando concorram circunstâncias agravantes, face ao anterior crime de maus tratos.

A última alteração ao crime de VD deu-se em 2013, como resultado da Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, tendo sido incluído no art.º 152.º as relações de namoro; alargado o conceito de pessoa particularmente indefesa; assim como a sanção acessória de proibição de contacto com a vítima que passou a incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta, e o seu cumprimento a ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância (Fernandes *et al.*, 2016). No ano de 2015 foram também introduzidos novos tipos criminais no CP, através da Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto, que concorrem diretamente com o fenómeno da VD, designadamente a mutilação genital feminina (art.º 144.º-A); a perseguição (art.º 154.º-A); e o casamento forçado (art.º 154.º-B).

A publicação de uma lei relativa ao regime jurídico da prevenção da VD, à proteção e à assistência às suas vítimas, apenas surgiu em 2009, com a aprovação da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro. Este regime legal é responsável pela criação de importantes medidas de proteção à vítima de VD como é exemplo o regime de teleassistência<sup>5</sup>, e sofreu uma das suas últimas alterações pela Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro (AR, 2015b), a qual vem introduzir uma novidade securitária, através do seu n.º 2, do art.º 27.º-A, com a criação dos “Planos Individuais de Segurança”. Esta lei foi responsável também pela criação de dois outros instrumentos de grande importância: a análise retrospectiva de situações de homicídio em VD (art.º 4.º-A); e a base de dados de VD, constituindo-se como um repositório de informações criminais, do resultado das avaliações de risco das vítimas de VD, bem como das decisões comunicadas em relação a cada vítima (art.º 37.º-A).

---

<sup>5</sup> A teleassistência destina-se a garantir às vítimas de violência doméstica apoio, proteção e segurança adequadas, assegurando uma intervenção imediata e eficaz em situações de emergência, de forma permanente e gratuita, vinte e quatro horas por dia, segundo o n.º 1 do art.º 2º da Portaria n.º 220-A/2010 que estabelece as condições de utilização dos meios técnicos de teleassistência, previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 20.º, e dos meios técnicos de controlo à distância previstos no artigo 35.º, ambos da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

## **CAPÍTULO 2**

### **A ATUAÇÃO DA GNR NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

#### **2.1 Introdução**

A al. h), do art.º 9º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), prevê, dentre as tarefas fundamentais do Estado, “promover a igualdade entre homens e mulheres”, sendo que o n.º 1, do art.º 272.º, da CRP, consagra que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, na esteira de que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei” (n.º 1, do art.º 13º, da CRP), cabendo ao Estado, assegurar a totalidade destes pressupostos (AR, 2005).

Segundo o art.º 1º da lei que aprova a orgânica da GNR, esta é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares” que tem como missão “garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens” assim como “proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos” (AR, 2007).

Neste sentido, e no que à violência doméstica diz respeito, o segmento de proteção e socorro dos cidadãos assume especial relevo, pelo que a importância das atribuições, e consequente atuação, da GNR assume inegável importância, uma vez que, segundo Valente (2009), a entrada de problemas como a VD no sistema judicial dá-se normalmente através das FS.

Aquando da publicação da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, a LOIC (AR, 2015d), a GNR viu aumentadas as suas competências e responsabilidades em matéria de Investigação Criminal (IC), apostando na formação de recursos humanos qualificados, na aquisição de meios técnicos especializados e na definição de novas regras procedimentais, a par da adaptação da sua estrutura orgânica, de forma a inovar e qualificar o seu produto operacional nesta matéria.

Volvida quase uma década e meia, este desiderato continua válido e atual, porquanto um dos objetivos estratégicos presentes na Estratégia 2020 da GNR se centra em “otimizar, intensificar e qualificar a resposta operacional (...) no âmbito da investigação criminal” (GNR, 2014c, p.80).

## 2.2 O Programa IAVE

Na senda evolutiva da atividade de IC na GNR, em sede das várias reorganizações verificadas, e no caso específico da VD, as mudanças ocorridas materializaram-se profunda e profusamente na criação do Projeto IAVE<sup>6</sup> (Investigação e Apoio a Vítimas Específicas), à época um projeto inovador, o qual tem vindo a desenvolver-se continuamente e no qual é possível identificar quatro fases distintas.

A primeira fase de implementação materializou-se com a criação de núcleos especializados destinados à investigação e apoio a vítimas mulheres e menores, designados NMUNE (Núcleos Mulher e Menor), implementados no ano de 2004. Estes, através do Despacho n.º 63/09 – OG, de 31 de dezembro, do Comandante-Geral da GNR, (GNR, 2009) foram transformados nos NIAVE (Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas).

A segunda fase teve início em 2005 e prolongou-se até 2008, com a criação das Equipas de Investigação e Inquérito (EII), em alguns Postos Territoriais (PTer) responsáveis por uma área de atuação concelhia, constituídas por militares com formação específica em IC e melhorando a qualidade do atendimento fundamentalmente a vítimas de crimes. Estes militares representavam um escalão de maior proximidade ao cidadão, permitindo um atendimento técnico altamente especializado às vítimas de VD.

A terceira fase terminou em 2011, alargando o âmbito dos NIAVE a outro tipo de vítimas específicas, como as pessoas idosas, com deficiências, as minorias étnicas e as populações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgéneros (LGBT)<sup>7</sup>, uma vez que a maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres e crianças, no entanto “a GNR ocorre a situações que envolvem uma diversidade de relações entre vítima e ofensor(a) podendo comportar relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, pessoas idosas, pessoas com deficiência e crianças/jovens, que são particularmente vulneráveis a este fenómeno” (GNR, 2014b).

Na quarta e última fase deu-se a evolução de projeto a programa, consolidando-se as bases e os passos dados até ao momento no domínio das vítimas específicas (GNR, 2012).

Com a criação dos NIAVE, apenas existentes ao nível dos Comandos Territoriais e com uma área de atuação distrital, evoluiu-se para um atendimento mais personalizado e

---

<sup>6</sup> Segundo o SSI (2017) em 31 de dezembro de 2016 a GNR dispunha de 327 núcleos/secções no âmbito do Projeto IAVE, com um total de 443 efetivos afetos.

<sup>7</sup> Quanto à população LGBT veja-se o “Guia de Boas Práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas no Apoio a Vítimas LGBT” editado pela CIG em 2016 disponível em: [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/03/Violencia-domestica\\_boas-pr%C3%A1ticas-no-apoio-a-v%C3%ADtimas-LGBT-Guia-para-profissionais-de-estruturas-de-apoio-a-v%C3%ADtimas.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/03/Violencia-domestica_boas-pr%C3%A1ticas-no-apoio-a-v%C3%ADtimas-LGBT-Guia-para-profissionais-de-estruturas-de-apoio-a-v%C3%ADtimas.pdf)

qualificado às vítimas, associando a atividade de investigação criminal com o apoio social imediato, através de uma formação específica dos militares que os passaram a integrar, qualificando assim um importante segmento de interação institucional com essas mesmas vítimas.

Como principais competências cabe ao programa IAVE, segundo o Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de dezembro, do Comandante-Geral da GNR, “proceder à investigação dos crimes cometidos, essencialmente, contra as mulheres, as crianças, os idosos e outros grupos de vítimas especialmente vulneráveis, e prestar o apoio que, para cada caso, for adequado e possível” e também “colaborar com as autoridades judiciais no acompanhamento dos casos mais críticos, designadamente, através de uma continuada avaliação do risco” (GNR, 2014a).

### **2.3.Procedimentos padrão**

Na GNR, os procedimentos a desenvolver perante uma ocorrência estão explanados nas denominadas “fichas de procedimentos”, disponíveis a todo o dispositivo através da intranet da GNR.<sup>8</sup> Cada ficha divide-se em três partes: o diagrama onde são apresentados todos os passos a serem seguidos numa ocorrência, a parte descritiva onde são explanados todos os passos do diagrama, e a parte legislativa onde são elencados os diplomas legais que enformam cada situação.

No que concerne ao crime de VD existe todo um conjunto de fichas de procedimentos<sup>9</sup> que merece uma especial atenção.

Começando desde logo pela ocorrência de um crime, existe uma ficha onde são explanados todos os procedimentos a considerar após a receção da notícia do crime, e pelos consequentes procedimentos a desenvolver em caso de detenção do seu agente.

Se porventura se verificar, aquando da ocorrência de um crime VD, a coexistência de outros ilícitos penais, como é o caso de homicídio ou de crimes de natureza sexual, verifica-se igualmente a existência de fichas de procedimentos tipo para estas situações. No caso de existirem crianças e/ou jovens em perigo, existe também uma ficha com todos os procedimentos a seguir de forma a garantir a proteção e segurança dos mesmos.

---

<sup>8</sup> Os militares da GNR têm acesso a estas fichas através do endereço eletrónico: <https://file.gnr.local/#/pesquisaFichas>

<sup>9</sup> Ver Apêndice A, onde se apresentam as fichas que poderão ser usadas perante o crime de VD.

Relativamente a situações de VD, além de existir uma ficha de procedimentos específica para o efeito, existe também uma lista de verificação de procedimentos a observar<sup>10</sup> pelos militares que inicialmente tomem contacto com a ocorrência criminal.

Nesta lista de verificação, primeiramente, é explanado o que se deve fazer aquando do primeiro contacto com o crime, podendo este ter sido presenciado ou não pelo agente de autoridade, e daqui resultando dois procedimentos diferenciados relativos à privação de liberdade do agressor. Há lugar à sua detenção imediata caso se trate de um flagrante delito (presenciado por agente de autoridade), ou mediante mandado de detenção se se encontrarem reunidos os pressupostos para a detenção fora de flagrante delito<sup>11</sup>.

O passo seguinte prende-se com a questão da apreensão (ou não) de objetos utilizados na prática do crime, especialmente quando praticado com arma<sup>12</sup>.

Por último, a questão das avaliações, ou reavaliações, do risco de VD, nas segundas tendo em conta o resultado da primeira avaliação (baixo, médio ou elevado).

## **2.4 A avaliação e gestão do risco**

Antes de mais é importante a distinção de dois importantes conceitos no âmbito do tema em estudo: o conceito de perigo e de risco, uma vez que, frequentemente, são tomados como sinónimos, não sendo considerada a distinção que é proposta por diversos autores (Santos *et al.*, 2011).

Nesse sentido, Cutter (2001) associa perigo a uma ameaça potencial a pessoas e bens, expressando o risco como a perceção do perigo em termos de danos por período de tempo. Perigo define-se, então, como uma fonte potencial de dano (Santos *et al.*, 2011) sendo a propriedade, ou capacidade, potencialmente causadora de danos para a saúde, património ou ambiente, de materiais, equipamentos, métodos e práticas, sendo uma condição estática e intrínseca (Roxo, 2004).

Já o risco é a combinação da probabilidade e do potencial danificador nas condições de uso ou exposição, bem como da possível amplitude dos danos físicos ou económicos, para as pessoas ou para o ambiente. O risco é um valor estimado que tem em consideração a probabilidade de ocorrência de um dano e a consequente gravidade do mesmo (Santos *et al.*, 2011).

---

<sup>10</sup>A qual faz parte integrante do Anexo A da Diretiva Operacional n.º 01/14 (GNR, 2014a).

<sup>11</sup> Cfr. n.º2, art.º 30º da Lei 112/2009, caso exista perigo de continuação da atividade criminosa ou caso se mostre imprescindível para a proteção da vítima.

<sup>12</sup>Cfr. al. b), n.º1, art.º 107º do Regime Jurídico das Armas e Munições, que prevê que exista apreensão nos casos de VD caso se verifique probabilidade da sua utilização.

“A responsabilidade para lidar com a violência doméstica, por si só, ou prevenir novas vitimizações e morte violenta, tem sido geralmente relegada para o sistema de justiça criminal. Hoje em dia este já não é o caso” (Castanho & Quaresma, 2014, p.8), sendo que as vítimas e os perpetradores têm contacto frequente com inúmeros serviços, oferecendo muitas oportunidades para evitar novas lesões e mortes (Campbell *et al.*, 2007).

Ou seja, segundo Castanho e Quaresma (2014) este fenómeno não é resultado de um ato aleatório ou de um comportamento isolado nas relações entre parceiros íntimos, familiares ou outras pessoas, como tal referidas no n.º 1, do art.º 152.º, do CP (AR,2017), mas segue frequentemente uma história de abuso e violência.

“A sinalização prévia da violência, nas relações familiares, representa uma atitude crucial como estratégia de prevenção precoce da violência” (Redondo, Pimentel e Correia 2012, p.163), sendo importante que depois da sinalização dos fatores de risco alguém os avalie no contexto integral da situação (Mascoli, 2015).

Como facilmente se percebe, o risco de violência doméstica que recai sobre uma vítima carece de ser devidamente avaliado, para que numa fase seguinte possa ser gerido de forma eficiente e eficaz de modo a garantir a segurança da vítima, evitando a ocorrência de novos episódios de violência.

Neste sentido é “hoje consensual a necessidade do sistema formal de justiça fazer sistematicamente uma avaliação do risco em todos os casos de VD, com o objetivo de, caso a caso, analisar as probabilidades de repetição e de agravamento dos níveis de violência” (Fernandes, Moniz e Magalhães, 2013), sendo que o real objetivo de uma avaliação de risco é prevenir a violência, e não predizê-la, o que só pode ser alcançado através da gestão do risco, efetuada com base numa avaliação abrangente e informada sobre o mesmo (Kropp & Hart, 2004).

A vítima de VD “muitas vezes procura as polícias num contexto de emergência ou de crise, sendo necessário e preponderante que estas realizem uma competente avaliação do risco da situação, bem como elaborem um capaz plano de segurança” (Paulino & Rodrigues, 2016). Segundo Kroop (2004), a avaliação de risco em VD é definida como um procedimento de recolha de informação, acerca dos intervenientes no processo em questão, de forma a tomar decisões de acordo com o risco de reincidência da violência.

Não esquecendo que um dos elementos mais importantes na determinação da existência de risco é o(a) presumível ofensor(a), atentas as suas características e comportamentos, sendo que este(a) ofensor(a) tem de ser estudado(a), ao passo que o

resultado desse estudo será tão importante como a avaliação com a própria vítima (Mascoli, 2015).

A avaliação do risco que pende para as vítimas de VD é algo atualmente realizado pela Guarda Nacional Republicana através de um formulário próprio para o efeito, a ficha “RVD” (Ficha de Avaliação de Risco em situação de Violência Doméstica).

“A ficha RVD é uma ferramenta prática e consistente para profissionais das FS, que pretende apoiar, especificamente, a avaliação do nível atual de risco de homicídio e de ofensas graves à integridade física da vítima, bem como auxiliar (...) a dinâmica deste fenómeno” (Castanho & Quaresma, 2014, p.11). Esta ficha é obrigatória em cada ocorrência de VD, nas FS, desde o dia 1 de novembro de 2014, podendo ser aplicável a qualquer vítima de VD, e tem como principal objetivo a decisão de, caso se afigure conveniente, impor ou manter uma medida de coação ao agressor.

Analisando o seu processo de criação e implementação, verificamos que foi no ano de 2006 que a avaliação do risco de VD surgiu pela primeira vez nas forças policiais, realizada apenas nos casos mais graves e implementada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 21/2005, de 28 de janeiro (Quaresma, 2012). Em 2011 foi iniciada a conceção e o desenvolvimento de um novo instrumento de avaliação do risco originando, em 2014, a referida ficha RVD (SGMAI, 2015).

Foram então criados dois instrumentos com base nesta Ficha, o “RVD-1L” e o “RVD-2L”. O primeiro instrumento, “RVD-1L” é utilizado nas intervenções de primeira linha aquando da participação/denúncia da ocorrência. Já o “RVD-2L” é empregue numa avaliação de segunda linha, ou seja, numa reavaliação de risco, no caso da GNR realizada pelos militares dos NIAVE (Paulino & Rodrigues, 2016).

Quanto ao preenchimento e resultados do instrumento “RVD”, este é composto por vinte itens selecionando em cada um deles três opções: “Sim”; “Não”; e “Não se aplica/Desconhecida”.

Após este preenchimento, o “RVD” gera um de três níveis de risco possíveis: “Baixo”, “Médio” e “Elevado”. No caso de o risco ser considerado “Baixo” revela que os itens assinalados não apontam para a probabilidade de ocorrência de ofensas corporais graves ou de homicídio a curto prazo, porém não significando uma ausência de risco (Castanho & Quaresma, 2014).

No caso de o risco apresentado ser “Médio”, aponta para a presença de fatores de risco que poderão constituir perigo real de ofensa corporal grave ou homicídio se existirem mudanças no contexto ou nas circunstâncias (Castanho & Quaresma, 2014).

Por último, no caso de o risco ser “Elevado”, encontrar-se-ão presentes fatores de risco que revelam a probabilidade de ocorrer, a qualquer momento, a prática de ofensa corporal grave ou inclusive homicídio (Castanho & Quaresma, 2014)<sup>13</sup>.

Quanto às reavaliações do risco, segundo Castanho e Quaresma (2014) existe um conjunto de prazos para cada um dos níveis de risco. No caso de na primeira avaliação o risco obtido ser baixo este deverá ser reavaliado até 60 dias, e posteriormente novamente avaliado no prazo de 120 dias. Se o nível de risco obtido tiver sido médio ter-se-ão 30 dias para se fazer nova avaliação e após esta 60 dias para se reavaliar novamente. Caso o risco obtido tenha sido elevado em 7 dias deverá ser reavaliado e após esta reavaliação deverá ser novamente avaliado dentro de 14 dias.

Segundo Dutton (1996), esta avaliação do risco é extremamente importante uma vez que constitui a base para elaboração de planos de segurança, sendo que “se o risco estiver presente é sempre necessária algum tipo de ação, a qual deve determinar a elaboração de um plano de segurança com a vítima (...) tendo em conta avaliação do risco e os processos de gestão do risco” (DGAI, 2013, p.106).

---

<sup>13</sup> No ano de 2016 foram efetuadas 27075 avaliações de risco e mais de 20760 reavaliações, sendo que 22% dos casos resultaram em risco elevado, 50% em risco médio e 28% em risco baixo. (SSI, 2017)



## **CAPÍTULO 3**

### **O PLANO INDIVIDUAL DE SEGURANÇA**

#### **3.1 Enquadramento**

Enquanto a avaliação de risco se centra na recolha de informação junto da vítima, do agressor ou de outros intervenientes-chave, assim como na análise dos fatores de risco em presença, o processo de gestão de risco baseia-se numa resposta global de intervenção face ao risco identificado, sendo que a formulação, implementação e monitorização de um PIS é uma das respostas que devem ser dadas face a esse mesmo risco (Associação de Mulheres Contra a Violência [AMCV], 2013).

A Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro, alterando a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, através do seu art.º 27.º-A, veio introduzir no sistema de proteção das vítimas de VD algo inovador, designadamente o PIS, o qual consiste no “fornecimento de orientações de proteção pessoal a definir com cada vítima (...) contendo orientações e sugestões, de modo a promover a sua segurança, tratando-se de um instrumento técnico-policial complementar a outros já existentes” (DGA, 2013, p.51).

Segundo Quaresma (2012), em resultado de um estudo realizado no distrito de Lisboa, apurou-se que mais de metade das vítimas de VD, quer na fase de atendimento, quer na fase de inquérito, pretendia que as FS fizessem o agressor parar/reduzir a violência, fornecessem informações sobre os seus direitos e ajudassem a elaborar um plano de segurança.

Uma vez que sobreviver a um relacionamento violento requer o desenvolvimento de estratégias e um conjunto de conhecimentos, incluindo uma avaliação e gestão do risco, decorrente do próprio instinto de sobrevivência, que deve ser reconhecido e valorizado.

De forma inata, as vítimas desenvolvem algumas estratégias para tentar prevenir a violência, gerir o risco e proteger eventuais dependentes. Assim, um plano de segurança eficaz identifica estas estratégias individuais e baseia-se nelas (Albuquerque *et al.*, 2013).

Segundo Fernandes *et al.* (2016) quer na situação de a vítima se desejar afastar, quer decida permanecer com o cônjuge maltratante, e especialmente nesta última situação, o profissional deverá ajudá-la a elaborar um plano de segurança pessoal, isto é, a “formular

um conjunto de estratégias para aumentar o seu grau de segurança nas diferentes situações de risco ou de violência por que pode passar” (Fernandes *et al.*, 2016, p.45).

O PIS pode ser realizado não só na vertente pessoal mas também em rede, com a colaboração das várias instituições de apoio à vítima de VD, uma vez que “as abordagens mais eficazes no apoio às vítimas de VD são as que se sustentam num modelo integrado (...) devendo ter como referência a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de VD<sup>14</sup>” (DGAI, 2013, p.108).

Neste sentido, podem existir dois tipos de planos de segurança: o plano de segurança pessoal, desenhado de forma individual com a vítima e não envolvendo outras organizações; e o plano de segurança em rede, em que a resposta é dada por diversas organizações (AMCV, 2013; DGAI, 2013).

Sendo que o plano de segurança em rede é essencial sempre que o caso: seja de elevado risco; existam crianças em perigo; exista uma previsão de que o risco se possa vir a agravar; e, entre outros, exista a necessidade de cuidados de saúde (DGAI, 2013).

Atualmente, nas FS portuguesas, os PIS encontram-se pré-definidos tendo em consideração três situações distintas: a situação em que as vítimas vivem com o agressor; a situação em que as vítimas já não vivem com o agressor; e a situação em que as vítimas vivem com o agressor mas planeiam deixar de o fazer nos seis meses subsequentes.

Estes planos estão também organizados em secções que se encontram divididas em quatro partes diferentes (DGAI, 2009), como ilustra o Anexo A.

A parte 1 é composta de recomendações generalistas, uma vez que contém orientações e informações transversais a todas as situações. As partes 2 e 4 têm mais especificidades, dizendo respeito a vítimas que pretendem deixar o agressor ou que já o fizeram. A parte 3 é destinada a situações em que a vítima se encontra a viver com o agressor e pensa terminar a relação/sair de casa nos próximos seis meses.

Desta forma, a definição de um PIS para cada vítima faz-se mediante a escolha das partes a incluir, dentro de cada dessas partes mediante a seleção das secções pertinentes, e dentro de cada uma das secções, dos itens mais adequados. Em todas as secções existe um

---

<sup>14</sup> Cfr. al. d) do art.º 2º da lei 112/2009 de 16 de setembro, a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de VD comporta o conjunto dos organismos vocacionados para o apoio às vítimas, incluindo o organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género, o Instituto da Segurança Social, as casas de abrigo, as estruturas de atendimento, as respostas de acolhimento de emergência, as respostas específicas de organismos da Administração Pública e o serviço telefónico gratuito com cobertura nacional de informação a vítimas de violência doméstica.

ou mais espaços em branco que devem ser preenchido com outras estratégias/ideias que possam ser adequadas à vítima, de acordo com a situação em concreto (DGAI, 2009).

### **3.2 Pressupostos dos Planos Individuais de Segurança**

O PIS consiste num conjunto de estratégias e medidas que visam aumentar a segurança das vítimas e deve ser concebido em colaboração com estas (Sopro Feminino, 2014).

Cada plano de segurança é único, uma vez que os profissionais de segurança devem adaptar a sua intervenção na elaboração deste às circunstâncias e necessidades de cada vítima (Albuquerque *et al.*, 2013). Ele é elaborado quando a vítima não consegue controlar os comportamentos do agressor, conseguindo no entanto controlar os seus, adotando estratégias para aumentar a sua segurança (Castanho & Quaresma, 2014).

Segundo a DGAI (2013), o plano deverá ser focado nos fatores de risco identificados, nas necessidades e circunstâncias da vítima e das crianças que estejam dependentes dela, sendo que a segurança e a proteção devem ser sempre a prioridade.

Nesse sentido, “é importante analisar com a vítima as situações mais frequentes de violência e os acontecimentos que mais vezes as precipitam, os contextos em que ocorrem e as alternativas de fuga que tem face a cada um” (Fernandes *et al.*, 2016, p.45).

Sabe-se que “um dos períodos em que a vítima corre maior perigo é quando está prestes a terminar a relação com o agressor e nos seis meses seguintes, pelo que o PIS assume especial importância nestas situações” (DGAI, 2013, p.51). “A elaboração do plano constitui um passo fundamental no processo de mudança das vítimas mesmo que nunca venha a ser posto em prática, pois contribui para o seu empoderamento” (DGAI, 2013, p.51).

De acordo com Fernandes *et al.* (2016) um profissional de segurança tem o dever de apoiar a vítima, seja qual for a sua decisão, informando-a clara e objetivamente dos seus direitos e dos procedimentos a tomar, bem como das implicações e consequência de cada um deles, avaliando o risco em que vítima se encontra e encaminhando-a para os diferentes tipos de apoio de que necessita, elaborando planos de segurança e alertando para o perigo de represálias ou para um eventual aumento da violência por parte do agressor no momento em que seja notificado no âmbito do inquérito criminal que venha a ser aberto.

Além dos já elencados, há uma série de pressupostos que devem igualmente ser tidos em consideração na elaboração de um PIS como se demonstra na tabela seguinte.

**Tabela 4: Principais pressupostos da elaboração de um PIS**

Deve ser elaborado para todas as vítimas e ser construído tendo em conta as medidas de segurança já desenvolvidas pela vítima, evitando mudanças radicais ou fazer exigências adicionais.
A avaliação do nível e da intensidade dos fatores de risco identificados na avaliação do risco devem constituir um elemento fulcral neste processo dinâmico.
O risco e as ameaças estão sujeitos a alterações de acordo com os eventos e as circunstâncias da vida das pessoas.
O plano de segurança da vítima não se deve cingir ao preenchimento de um formulário, na expectativa de que a vítima seja capaz de o perceber na totalidade, ou ter tudo prontamente disponível.
O plano de segurança deve atender, sempre, às necessidades individuais das vítimas e ser elaborado através de um processo de conexão e parceria, num ambiente calmo, sem interrupções e sem a presença de terceiros.
A probabilidade de a vítima colocar em prática as estratégias definidas é maior se for envolvida neste processo.
O plano de segurança deve ser entendido e estruturado como uma responsabilidade de base comunitária.
O plano de segurança deve abranger todos os membros da família afetados pela violência e incluir informações disponíveis para amigos e familiares sobre as formas mais úteis e eficazes de proteção das vítimas.
O plano de segurança deve ser encarado como algo dinâmico que deve ser revisto periodicamente, uma vez que poderão existir alterações no nível do risco.
Os profissionais que realizam a avaliação de risco devem estar familiarizados com o desenvolvimento dos procedimentos do planeamento da segurança.
Deve incluir no mínimo e sempre que possível: números de contato de uma instituição de apoio a vítimas de VD; medidas de segurança na residência; a identificação de um lugar seguro onde a vítima possa chegar; identificação de alguém que possa apoiar a vítima em caso de emergência, bem como o seu contacto e a forma mais rápida de chegar até ele; um suporte para cuidados com os animais; e acesso rápido a dinheiro (numerário) e outros documentos importantes.

**Fonte:** Adaptado de Castanho e Quaresma (2014), AMCV (2013), DGAI (2013), DGAI (2009).

Quanto aos resultados da avaliação do risco, segundo Castanho e Quaresma (2014), nos casos em que o risco é baixo pode ser elaborado um PIS mais completo num segundo contato com a vítima.

Já nos casos de risco médio ou elevado, este deve ser elaborado o mais rapidamente possível, com a vítima. Existe também a ressalva dos casos em que a vítima se encontre emocionalmente instável, situação em que a elaboração do Plano pode ser agendada para uma outra ocasião, devendo, no entanto, o elemento das FS disponibilizar à vítima orientações de proteção pessoal básicas.

No Anexo B, encontra-se um quadro resumo dos passos a tomar para a elaboração de um PIS, presente no Manual de Policiamento da VD (DGAI, 2013).

### **3.3 Finalidade dos Planos Individuais de Segurança**

O PIS tem como última finalidade a de reduzir o risco, aumentar a segurança das vítimas, (DGAI, 2009; Albuquerque *et al.* 2013) e fazer com que estejam preparadas com

antecedência para a possibilidade de um futuro episódio de violência (Sopro Feminino, 2014).

“A elaboração de um plano de segurança com as vítimas é uma tarefa primordial a realizar, potenciando a adoção por parte da vítima, de estratégias e comportamentos de promoção da sua segurança”, (DGAI, 2013, p.48) e tendo como objetivo minimizar o potencial aumento do risco (Castanho & Quaresma, 2014).

Segundo o Centro de Estudos para a Intervenção Social [CESIS] (2013) formular um PIS para a vítima tem como finalidades não só a prevenção das agressões (através de estratégias que as consigam prever), mas também saber como reagir caso estas aconteçam (através da criação de estratégias de sobrevivência).

O PIS tem também como finalidade o bem-estar psicológico e o empoderamento das vítimas, destinando-se a todas as vítimas de VD que contactam com as FS, independentemente do seu sexo, idade ou tipo de relação que possuem com o agressor (DGAI, 2009, p.4).

## CAPÍTULO 4

### METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

#### 4.1 Enquadramento

“O ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre exige que o aluno obtenha uma especialização, de natureza académica, com recurso à atividade de investigação, em resultado da aprovação numa componente curricular e numa dissertação de natureza científica” (Academia Militar, 2015, p.1).

Segundo Sousa e Batista (2011), o conhecimento científico é o único que gera ciência. Como principais características: é racional e objetivo; baseia-se em factos; é analítico; exige exatidão e clareza; é comunicável; é verificável; depende de investigação metódica; procura e aplica leis; é explicativo; é preditivo; é aberto; e é útil (Sousa & Baptista, 2011).

A metodologia de investigação tem como objetivo o alcance da verdade “através da dúvida sistemática e da decomposição do problema em pequenas partes” (Sarmiento, 2013, p. 4) podendo ser considerada como um “processo de seleção de estratégias de investigação” (Sousa & Baptista, 2011, p. 52).

Sarmiento (2013, p.4) refere ainda que a investigação “conduz à geração de novos conhecimentos”, sendo que para esses conhecimentos serem alcançados tem que existir um “conjunto de regras básicas” (Sarmiento, 2013, p.4), que se definem como método científico<sup>15</sup>, ou seja, uma forma “ordenada e sistemática de encontrar respostas para questões que necessitam de uma investigação” (Fortin, 2009, p. 15).

Sarmiento (2013, p. 7) defende ainda que “numa investigação pode ser utilizado mais do que um método para que sejam encontradas as respostas para a pergunta de partida da investigação”. Deste modo, na realização deste trabalho, foram utilizados dois métodos de investigação científica: o método histórico, materializado pela revisão da literatura e análise documental e o método inquisitivo, utilizado aquando da realização das entrevistas a peritos com reconhecido saber na área da VD, aos militares dos NIAVE selecionados, e a vítimas de VD.

---

<sup>15</sup> Sarmiento (2013) afirma que René Descartes considerava quatro como sendo as fases da metodologia científica: a Evidência, a Divisão ou Análise; a Ordem ou dedução; e a Enumeração.

## **4.2 Desenho de estudo**

No presente trabalho foi seguido o esquema das etapas do procedimento defendido por Quivy e Campenhoudt (2013), presente no Apêndice B, dando a conhecer o fio condutor do mesmo no que diz respeito ao procedimento de elaboração, uma vez que “um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.25).

Desta forma, inicialmente foi elaborada a Pergunta de Partida. Após a elaboração e definição da mesma foi dado início à Exploração, quer através da leitura de obras de relevo em matéria de VD, quer através de entrevistas exploratórias a peritos na matéria.

A etapa que se seguiu foi a Problemática que segundo (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.89) “é a abordagem ou a perspetiva teórica que decidimos adotar para tratarmos o problema formulado”, fase esta que foi materializada pelo enquadramento teórico realizado nos Capítulos 1, 2 e 3.

Na quarta etapa foi construído o Modelo de Análise, abordado no subcapítulo 4.4, sendo este “a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.109).

A etapa seguinte consistiu na Observação, explanada no Capítulo 5 e cujos resultados se encontram no Capítulo 6, que se define como “o conjunto de operações através das quais o modelo de análise é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.155). Trata-se portanto do trabalho de campo, ou seja, a recolha de dados com o objetivo de responder à pergunta de partida e suas derivadas.

A sexta etapa passa pela Análise das Informações recolhidas na fase anterior, e que se apresenta nos Capítulos 6 e 7, sendo “o primeiro objetivo desta fase (...) a verificação empírica” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.211).

Na última etapa teceram-se as Conclusões, presentes no último capítulo (“Conclusões e Recomendações”) onde se retomou o problema em estudo enfatizando os principais aspetos abordados no trabalho e foi efetuada uma reflexão acerca dos resultados obtidos.

## **4.3 Tipo de abordagem**

Afonso *et al.* (2014, p.17) considera “que as estratégias de investigação podem assumir-se como abordagens do tipo quantitativo, qualitativo ou misto”, afirmando que a

estratégia qualitativa surgiu por existir “uma relação indissociável entre o mundo real e a subjetividade do sujeito, que não é passível de ser traduzida em números” (Afonso *et al.*, 2014, p.18).

O presente trabalho está, portanto, limitado à sua natureza qualitativa, onde se pretende “através da exploração do comportamento, das perspetivas e das experiências dos indivíduos estudados, alcançar uma interpretação da realidade social” (Vilelas, 2009, p. 105). Ainda segundo Vilelas (2009) o objetivo de uma abordagem qualitativa é alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem se preocupar com medições e análises estatísticas, contudo deverá ser efetuada uma revisão da literatura, de modo a enquadrar teoricamente o assunto analisado, como foi o caso.

Já na opinião de Sousa e Baptista (2011), a abordagem qualitativa possui uma série de características estruturantes. Apresenta um grande interesse pelo processo de investigação, onde o investigador desempenha um papel fundamental na recolha de dados, devendo revelar uma grande sensibilidade ao contexto em que decorre a investigação. Os dados da investigação são analisados indutivamente<sup>16</sup>, a investigação é holística<sup>17</sup>, onde o significado tem uma grande importância,<sup>18</sup> o plano de investigação é flexível, utilizam-se procedimentos interpretativos, e é descritiva, produzindo dados descritivos a partir de documentos, de entrevistas e da observação, uma vez que a recolha de dados é efetuada recorrendo à entrevista, à observação e à análise documental (Sousa & Baptista, 2011).

#### **4.4 Modelo de análise**

Depois de definido o tema da investigação científica, foi originada uma pergunta de partida (PP), e esta mais tarde decomposta em perguntas de investigação concorrentes para atingir o objetivo do trabalho (Fortin, 2009).

Segundo Quivy e Campenhoudt (2013) a PP deve preencher uma série de condições. Esta deve obedecer a qualidades de clareza (deve ser clara e concisa), a qualidades de exequibilidade (deve ser realista), e a qualidades de pertinência (ter uma intenção de compreensão dos fenómenos estudados). Deste modo foi concebida a seguinte PP: **“Quais as medidas a ponderar na elaboração de um PIS destinado às vítimas de VD?”**.

---

<sup>16</sup> Indutivamente uma vez que o investigador desenvolve conceitos e chega à compreensão dos fenómenos a partir de padrões encontrados nos dados. Ou seja não recolhe dados para testar hipóteses (Sousa & Baptista, 2011).

<sup>17</sup> Tendo em consideração a complexidade da realidade (Sousa & Baptista, 2011).

<sup>18</sup> Procura-se compreender os sujeitos de investigação (participantes) a partir dos quadros de referência atribuídos aos acontecimentos, às palavras e aos objetos (Sousa & Baptista, 2011).



Com o objetivo de responder à PP e orientar o desenvolvimento do trabalho foram concebidas as seguintes cinco perguntas derivadas (PD):

PD1: As vítimas, após a denúncia do crime, estão sujeitas a ameaças e riscos decorrentes das situações de ofensas vivenciadas?

PD2: Os resultados da aplicação do instrumento de avaliação de risco de VD deverão ter impacto na realização de um PIS?

PD3: Que elementos principais devem estruturar a elaboração de um PIS?

PD4: Que benefícios pode o PIS trazer às vítimas de crime de VD?

PD5: A técnica de elaboração dos PIS, por parte dos elementos das FS, deverá ser objeto de formação técnica específica?

## **CAPÍTULO 5**

### **MÉTODOS E MATERIAIS**

#### **5.1 Enquadramento**

O presente trabalho teve início em janeiro de 2016 com a definição do tema e do título, e com a elaboração do projeto do TIA. A redação realizou-se maioritariamente na Escola da Guarda, mas também na Biblioteca da Academia Militar e na Biblioteca Nacional Portuguesa.

As entrevistas aos peritos de VD e aos militares dos NIAVE foram realizadas nos locais onde os entrevistados se encontravam a desempenhar funções no momento das mesmas, enquanto as entrevistas às vítimas foram realizadas em locais previamente combinadas com as mesmas, deixando à sua discricionariedade a escolha de um sítio onde se sentissem mais confortáveis.

Assim, o estudo do tema selecionado bem como o estabelecimento dos primeiros contactos com profissionais da área pertencentes à GNR e a instituições externas, ocorreu desde o início do ano de 2016, tendo a redação começado apenas em outubro do mesmo ano e terminado em maio de 2017.

#### **5.2 Procedimentos de amostragem**

Fortin (2009) refere que após a parte conceptual da investigação deverá ser definida a população estudada estabelecendo critérios de seleção para o estudo, precisando a amostra e determinando o seu tamanho. Afonso *et al.* (2014) refere que na impossibilidade de considerar todo o universo de estudo (população), existe a necessidade de definir a população alvo, considerando que é a que retém, de entre a diversidade de características de um dado universo, aquelas que se relacionam com os conceitos e com as variáveis a estudar.

Depois de esclarecida a população alvo, é fundamental definir a população acessível, ou seja, a que corresponde o conjunto de elementos a que poderemos chegar, de modo a recolher os dados para o nosso estudo (Afonso *et al.*, 2014), sendo, portanto, “a porção da população alvo que está ao alcance do investigador” (Fortin, 2009, p. 41).

Quanto à amostra, segundo Fortin (2009, p. 41), constitui-se como o grupo de “elementos (pessoas, grupos ou objetos) que partilham características comuns” e “é um

subconjunto de elementos ou de sujeitos tirados da população que são convidados a participar no estudo” (Fortin, 2009, p. 41).

No nosso caso específico, o universo de estudo é representado por todos os militares da GNR que prestam serviço nos NIAVE do dispositivo territorial. No entanto dada a impossibilidade do investigador estudar os 20 Comandos Territoriais (CTer) existentes, limitou-se o estudo a dois dos CTer do Tipo 1<sup>19</sup>, designadamente Lisboa e Setúbal, atentos os constrangimentos que um trabalho desta natureza encerra, e em virtude dos CTer Lisboa e Setúbal ocuparem respetivamente a primeira e a terceira posição nos distritos com um maior número de ocorrências de VD. De acordo com o RASI do ano de 2016 em Lisboa foram registadas 6161 ocorrências de VD, e em Setúbal 2268, num ano em que a média de ocorrências por distrito foi de cerca de 1138 (SSI, 2017).

### **5.3 Técnicas de recolha de dados**

“A informação qualitativa pode ser obtida em entrevistas ou reuniões de grupo de foco” (Sarmento, 2013, p.23), tendo sido escolhidas as entrevistas como técnica de recolha de dados onde “se obtêm as informações inquirindo oralmente um ou mais indivíduos” (Sarmento, 2013, p.24).

“O método inquisitivo é efetuado através de inquéritos e entrevistas” (Sarmento, 2013, p.29) onde a “entrevista é um conjunto de perguntas (designado por guião), que são respondidas necessariamente por via oral (...) e que permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo” (Sarmento, 2013, p.30).

A entrevista é usada na investigação qualitativa, onde o contacto com o entrevistado denota expressões corporais, faciais, tempo de resposta, indecisões, emoção, confiança, e dúvida que ajudam na caracterização dos dados (Sarmento, 2013). Escolheu-se a entrevista como método de recolha de dados dada a complexidade e especificidade do crime em causa e da matéria em estudo. Presencialmente foi possível compreender não só as palavras dos entrevistados, mas também todos os pontos referidos por Sarmento (2013) compreendendo de forma mais aprofundada a dimensão do crime em causa, as respetivas consequências em matéria de risco, e as medidas de segurança preconizadas e adotadas.

---

<sup>19</sup> Os CTer estão atualmente divididos em três tipos: Tipo I, II e III, tendo como fator diferenciador a criminalidade verificada na sua área de responsabilidade, e sendo o Tipo I aquele onde o índice de criminalidade é maior, de acordo com o Relatório da DIC acerca da Restruturação da Estrutura de Investigação Criminal da GNR, de 30 de junho de 2014, designadamente, Braga, Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Faro.

Deste modo durante o mês de março e de abril de 2017 foram realizadas entrevistas Exploratórias e Confirmatórias. Segundo Sarmento (2013) as entrevistas exploratórias analisam o conteúdo da investigação ouvindo especialistas sobre o assunto em questão. Já nas entrevistas confirmatórias “o investigador procura obter informações que validem as suas fontes” (Sarmento, 2013, p.33). Ambos os tipos de entrevistas foram individuais, presenciais e estruturadas<sup>20</sup>.

Foi elaborada uma carta de apresentação<sup>21</sup>, onde se fez um breve enquadramento do trabalho, e construídos os guiões de entrevista<sup>22, 23</sup>.

As entrevistas visaram então três tipos de entidades. Primeiramente, as entrevistas exploratórias visaram peritos, com reconhecido saber na área da VD, como se ilustra na tabela abaixo.

**Tabela nº 5: Lista de Entrevistados – Entrevistas Exploratórias**

Local	Entrevistado			
	Nome	Função	Instituição	Código
Gabinete da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade	Catarina Marcelino	Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade	PCM	E1
SGMAI	Carina Quaresma	Técnica Superior da Direção de Serviços de Planeamento, Controlo e Recursos Humanos	MAI	E2
Centro de Atendimento à Vítima da AMCV	Alberta Silva	Coordenadora do Centro de Atendimento	AMCV	E3
Centro de Atendimento à Vítima da AMCV	Rita Mira	Técnica de Apoio à Vítima	AMCV	E4
Sede da APAV	João Lázaro	Presidente	APAV	E5
Sede da APAV	Daniel Cotrim	Assessor Técnico da Direção	APAV	E6
Centro de Atendimento à Vítima da UMAR	Sónia Soares	Psicóloga	UMAR	E7
DIC/GNR	Paulo Machado	Chefe da Divisão de Estudos e Análise de Informação Criminal da DIC	GNR	E8
DIC/GNR	Luísa Mascoli	Assessora da DIC	GNR	E9
DIC/GNR	Alexandra Ferreira	Investigadora Operativa/Sociologia	GNR	E10
CTer Setúbal	Goulão	Tenente-Coronel Chefe da SIIC do CTer de Setúbal	GNR	E11
CTer Lisboa	Botas	Tenente-Coronel Chefe da SIIC do CTer de Lisboa	GNR	E12

**Fonte: Autor**

<sup>20</sup> São aquelas que segundo Sarmento (2013, p.34) “o entrevistado responde a perguntas que fazem parte de um guião cuidadosamente preparado”.

<sup>21</sup> Ver Apêndice C, onde consta a Carta de Apresentação elaborada.

<sup>22</sup> Segundo Sarmento (2013, p.31) o guião de entrevista “é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto que serve de base à realização da entrevista propriamente dita.”

<sup>23</sup> Ver Apêndices D, E e F, onde se encontram os três guiões de entrevista elaborados e submetidos ao Sr. Coronel Óscar Rocha, à Doutora Luísa Mascoli, ao Dr. João Lázaro, e ao Dr. Daniel Cotrim para validação.

Foi entrevistada a Dr.<sup>a</sup> Catarina Marcelino, uma vez que é a pessoa que detém a pasta da VD a nível governamental, e a Dr.<sup>a</sup> Carina Quaresma uma vez que é a técnica do MAI responsável pelos assuntos relacionados com a VD. Foram também entrevistados técnicos das três das associações não-governamentais de apoio à vítima com maior relevo em Portugal, todas elas indicadas pelas associações respetivas como sendo as pessoas com maior conhecimento acerca dos PIS. Dentro da GNR, e seguindo uma cadeia lógica, foi entrevistado o Sr. TCor Machado Chefe da Divisão de Estudos e Análise de Informação Criminal da DIC e as duas técnicas de VD que trabalham nesta direção. A nível operacional, e antes de entrevistar os militares dos NIAVE, foram entrevistados os Chefes das Secções de Informações e Investigação Criminal dos CTer de Lisboa e Setúbal.

Assim, de entre os militares dos dois CTer selecionados, foram entrevistados os militares pertencentes aos NIAVE<sup>24</sup>, por serem os responsáveis pelo tratamento dos casos de VD e as pessoas que lidam direta e diariamente com esta problemática, sendo por isso os que maior experiência e conhecimento na área possuem. Na tabela abaixo encontra-se a identificação dos mesmos.

**Tabela nº 6: Lista de Entrevistados – Entrevistas aos Militares dos NIAVE**

CTer	Local	Entrevistado		
		Nome	Posto	Código
Setúbal	PTer da Costa da Caparica	Pereira	1º Sargento	E1
	PTer da Costa da Caparica	Sandra Nabais	Cabo	E2
	PTer da Costa da Caparica	Sónia Figueiredo	Guarda-Principal	E3
	PTer da Costa da Caparica	Castro	Guarda-Principal	E4
	CTer de Setúbal	João Tapadinhas	Cabo	E5
	CTer de Setúbal	Sandra Rafael	Guarda-Principal	E6
	CTer de Setúbal	Pedro Coelho	Guarda-Principal	E7
	CTer de Setúbal	Nanci Tavares	Guarda	E8
Lisboa	CTer de Lisboa	António Simões	Sargento-Ajudante	E9
	CTer de Lisboa	Vítor Albuquerque	Cabo	E10
	CTer de Lisboa	João Pereira	Cabo	E11
	CTer de Lisboa	Vera Calção	Guarda-Principal	E12
	PTer da Merceana	Carlos Daniel	1º Sargento	E13
	PTer da Merceana	Carla Jorge	Cabo	E14
	PTer da Merceana	Hugo Perdígão	Guarda	E15

**Fonte: Autor**

Por fim, durante o trabalho de campo, foi possível, através dos NIAVE, obter a colaboração de seis vítimas de VD, as quais haviam apresentado queixa, no ano de 2017, por

<sup>24</sup> Apenas não foram entrevistados dois militares, um do NIAVE da Costa da Caparica e um do NIAVE de Setúbal por se encontrarem de baixa médica durante o período de investigação.

crime de VD, na área dos dois CTer referidos anteriormente, e que concordaram<sup>25</sup>, sob anonimato, responder ao guião de entrevista previamente formulado para o efeito.

**Tabela nº 7: Lista de Entrevistados – Entrevistas às Vítimas de VD**

<b>Entrevistado</b>			
<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Código</b>
Vítima 1	28	Feminino	E1
Vítima 2	43	Feminino	E2
Vítima 3	34	Feminino	E3
Vítima 4	25	Feminino	E4
Vítima 5	47	Feminino	E5
Vítima 6	26	Feminino	E6

**Fonte: Autor**

No final todas as entrevistas foram transcritas, através da gravação realizada em cada uma delas, tendo as transcrições sido enviadas, via correio eletrónico, a cada entrevistado e submetidas à sua aprovação após leitura. Posteriormente foram analisadas seguindo a metodologia demonstrada no subcapítulo seguinte.

#### **5.4 Técnicas de tratamento e análise de dados**

De modo a compreender na íntegra o conteúdo das entrevistas foi realizada uma leitura reflexiva, que se dividiu em dois momentos.

Primeiramente foram lidas individualmente todas as entrevistas no sentido de “compreender a substância e o sentido dos discursos, de modo a identificar o sistema de categorias a usar no tratamento” (Sarmiento, 2013, p. 52). Após terem sido lidas todas as entrevistas, num segundo momento foi efetuada a leitura horizontal das mesmas, a qual consiste na leitura de todas as respostas a cada pergunta (Sarmiento, 2013), visando a sua codificação.

Assim, na análise das entrevistas foi seguida a metodologia de Sarmiento (2013), tendo sido analisado cada grupo de entrevistados de forma individualizada (primeiramente as entrevistas aos peritos de VD, posteriormente as entrevistas aos militares dos NIAVE, e por fim as entrevistas às vítimas de VD). O primeiro passo consistiu na divisão das entrevistas por unidades de contexto (UC)<sup>26</sup>, atribuindo cores distintas às unidades de registo

<sup>25</sup> Ver Apêndice G, onde consta o modelo do “Consentimento Informado” entregue às vítimas.

<sup>26</sup> As unidades de contexto definem-se como “segmentos do texto que contêm as unidades de registo e, portanto, de maiores dimensões do que a unidade de registo. Permitem compreender o significado das unidades de registo” (Sarmiento, 2013, p.54).

(UR)<sup>27</sup>, tendo sido de seguida efetuada a codificação das UR de forma a apurar as analogias entre as perguntas dos entrevistados, sendo deste modo contruídas as tabelas de codificação alfanumérica e cromática das entrevistas e as tabelas de análise de conteúdo por questão.

Após isto foram elaboradas três matrizes (uma para cada grupo de entrevistados), em que são espelhadas as categorias<sup>28</sup> e subcategorias<sup>29</sup>, as UR por questão, os entrevistados, as unidades de enumeração (UE)<sup>30</sup> e os respetivos resultados, efetuando-se assim a análise qualitativa categorial através da verificação da presença ou ausência de uma determinada característica no conteúdo da entrevista, e a análise quantitativa, através do cálculo da frequência com que cada UR é registada, quer na forma de fração quer de percentagem.

No sentido de facilitar a compreensão de como, através das entrevistas efetuadas, se procura responder à PP e suas derivadas foi elaborada a seguinte tabela onde constam as cinco PD e as questões que mais se relacionam com cada uma delas em cada guião de entrevista.

**Tabela nº 8: Relação entre as PD e os Guiões de Entrevista**

Nº da PD	Nº da Questão que se relaciona com cada PD		
	Entrevistas Exploratórias	Entrevistas ao Militares dos NIAVE	Entrevistas às Vítimas
1	-	4	1, 8
2	2, 3	1	-
3	1, 2, 3, 4, 6	1,2,3, 5, 6	2, 2.1, 3, 5, 6, 7, 8
4	4, 6	2, 3, 6, 7, 8	2, 2.1, 4, 10, 11, 12
5	5	9	3, 9, 12

**Fonte: Autor**

<sup>27</sup> As unidades de registo são “fragmentos mínimos de conteúdo, que exprimem uma característica ou atributo e fazem parte de uma dada subcategoria” (Sarmiento, 2013, p.54).

<sup>28</sup> Quanto às categorias “são grupos de subcategorias com particularidades comuns (...) e representam uma síntese organizada da análise, a que o investigador atribui uma designação” (Sarmiento, 2013, p.53).

<sup>29</sup> As subcategorias “são conjuntos de unidades de registo (...) que contribuem para caracterizar as categorias” (Sarmiento, 2013, p.54).

<sup>30</sup> As unidades de numeração existem com o intuito de registar “o número de vezes que se repete a unidade de registo” (Sarmiento, 2013, p.54).

## CAPÍTULO 6

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Explicada a metodologia da análise das entrevistas, nos subcapítulos seguintes serão apresentados os resultados da análise de cada entrevista, através daquilo a que Sarmento (2013) designa de matriz de conteúdo por questão. As três matrizes de conteúdo por questão (uma para cada um dos guiões de entrevista elaborados) surgem na sequência da codificação alfanumérica e cromática das UR e das UC das entrevistas, que se materializam em duas tabelas para cada um dos guiões.

Nestas tabelas, que se encontram em apêndice ao trabalho, figuram também as categorias de cada questão (identificadas nas matrizes de conteúdo por questão seguidas pela letra correspondente), bem como as subcategorias (apenas no caso das entrevistas exploratórias, por não ser possível definir subcategorias em mais nenhuma das restantes entrevistas<sup>31</sup>).

#### 6.1 Resultados das entrevistas exploratórias

Na sequência das tabelas presentes no Apêndice H, é apresentada a matriz de conteúdo por questão das entrevistas exploratórias, cujo guião se encontra no Apêndice D.

**Tabela nº 9: Matriz de conteúdo por questão das entrevistas exploratórias**

Catego ria	Subca tegoria	UR	Entrevistados												U E	Resultado
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Pergunta nº 1																
A	-	1.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	1 (100%)
Pergunta nº 2																
B	-	2.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	1 (100%)
Pergunta nº 3																
C	-	3.1	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	11	11/12 (92%)
		3.2									X				1	1/12 (8%)
Pergunta nº 4																
D	-	4.1	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	11	11/12 (92%)
		4.2							X						1	1/12 (8%)
Pergunta nº 5																
E	-	5.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	1 (100%)

<sup>31</sup> Segundo Sarmento (2013, p.59) “a subcategoria pode nem sempre existir, ou seja, há categorias que têm subcategorias e outras não”.



Pergunta nº 6															
F	F1	6.1	X				X			X				3	1/4 (25%)
		6.2		X				X			X	X		4	1/3 (33%)
		6.3			X			X						2	1/6 (17%)
		6.4				X		X						2	1/6 (17%)
	F2	6.5					X							1	1/12 (8%)
		6.6					X							1	1/12 (8%)
	F3	6.7							X					1	1/12 (8%)
		6.8		X			X			X				3	1/4 (25%)
		6.9											X	1	1/12 (8%)
	F4	6.10										X	X	2	1/6 (17%)
		6.11										X		1	1/12 (8%)
		6.12							X					1	1/12 (8%)

Fonte: Autor

A pergunta 1 (**A - Relevância dos dados da BDVD para a Avaliação do Risco**) não ofereceu margem para dúvidas por parte dos entrevistados sendo que todos eles (100% (n=12)) responderam que os dados contidos na BDVD podem ser relevantes e devem ser tidos em consideração para a avaliação do risco da vítima de VD, tendo o E2 afirmado que “se houver informações anteriores, poder-se-á fazer uma avaliação mais sólida sobre o potencial de risco da situação”, tendo em conta que em “cerca de pelo menos 1/3 das ocorrências participadas à GNR, os alegados agressores têm já algum tipo de histórico” (E9) sendo por isso esta “uma das questões presentes na avaliação do risco” (E6).

Na pergunta 2 (**B - Influência da Avaliação do Risco na elaboração do PIS**) houve também unanimidade nas respostas obtidas, tendo todos os entrevistados afirmado que a avaliação do risco deve ser tida em conta na elaboração do PIS. O E1 foi mais longe e referiu que a avaliação do risco “deve ser a base do PIS”, e o E5 defende que “o PIS é, no fundo, a continuação da avaliação de risco” sendo que cada vez que é elaborada uma “reavaliação do risco tem que ser também atualizado o respetivo PIS” (E2).

A pergunta 3 (**C - Relevância e complementaridade entre a BDVD e a Avaliação do Risco na definição do PIS**) gerou apenas uma resposta contrária à restante maioria. Assim, 92% (n=11) dos entrevistados respondeu que a BDVD e a avaliação de risco da vítima de VD devem ser considerados de forma complementar na definição do PIS, referindo o E5 que “quanto mais holística for a abordagem maior é o rigor daquilo que é definido em relação à vítima” e o E1 que “devem ser considerados não só de forma complementar, mas de forma integrante no PIS.” Já o E9, representando 8% (n=1) da amostra, afirma que estes

instrumentos “um de gestão e um de avaliação de risco efetivo, são importantes, mas não são complementares”.

Quanto à pergunta 4 (**D - O carácter padronizado e pré-estabelecido vs individualizado e específico do PIS**) deu origem a 92% (n=11) de respostas defendendo que este “deve ser cumulativo” (E1) pois “apesar de existirem três situações pré-concebidas, cada vítima é uma vítima e os PIS devem ser adaptados/personalizados ao caso concreto” (E11). Salientando ainda a resposta do E8 que afirma que “a situação atual é obedecer a um conjunto de medidas e ações padronizadas e pré-estabelecidas, todavia devia ser efetuada uma evolução para a existência de outras circunstâncias e medidas específicas e decorrentes da situação individual de cada vítima.” Já o E7, representando 8% (n=1) da amostra, defende que “os PIS devem ser sempre construídos para uma vítima em específico. Eles não podem ser padronizados e não podem obedecer a um conjunto de estratégias já definidos.”

Na pergunta 5 (**E - Formação técnica específica de quem elabora os PIS**) houve mais uma vez unanimidade nas respostas tendo todos os entrevistados (100% (n=12)) afirmado que sim, que deve haver formação técnica específica para os elementos que elaboram os PIS. O E2 refere que tendo em conta que os PIS existentes nas FS foram criados e disponibilizados em 2010/2011, é importante que se adotem medidas de atualização, ao passo que o E8 defende que deveria ser criada uma formação modular destinada aos militares dos NIAVE e das Secções de Inquéritos dos PTers, por exemplo, através de formação contínua de atualização e aperfeiçoamento, com periodicidade anual. Destaca-se também a opinião do E12 que refere que a “formação em VD é muito importante e tem que ser ministrada logo na base sendo atualizada regularmente.”

Por último, as respostas à pergunta 6 (**F - Existência de outros meios, mecanismos, procedimentos, medidas ou ações tendentes a reforçar a segurança das vítimas de VD**) foram organizadas em 4 subcategorias diferentes: a F1 (Medidas direcionadas aos agressores), a F2 (Medidas direcionadas às vítimas), a F3 (Medidas a nível ministerial e da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de VD) e a F4 (Medidas Internas à GNR).

Assim, foram identificadas quatro UR quanto à categoria F1: 25% (n=3) dos entrevistados defende a existência de programas de reabilitação direcionados aos agressores “tendo como finalidade a prevenção da reincidência” (E5); 33% (n=4) dos entrevistados destaca o afastamento do agressor da vítima e não o contrário, pois normalmente são “as vítimas que têm que abandonar a sua casa e alterar a sua vida, sendo isto por si só uma forma de revitimação” (E2); 17% (n=2) afirmam que “havendo dúvidas em relação a um caso

concreto deveria sempre proceder-se à detenção do agressor” (E3); e por último, 17% (n=2) defendem que “as medidas em relação aos agressores têm que ser mais rigorosas” (E4).

Quanto à subcategoria F2 foram identificadas 2 UR diferentes; o entrevistado E6, representando 8% (n=1) da amostra, propõe “formas de referência muito claras, para que a vítima tenha mais apoios, e os tenha a vários níveis”; e o E8, representando também 8% (n=1) da amostra, defende que se deve investir mais no empoderamento das vítimas.

A subcategoria F3 contém 3 UR diferentes: o E6, representando 8% (n=1) da amostra, defende a existência de “redes especializadas e articuladas onde todos o técnicos dominem as questões subjacentes a esta problemática”; já 25% (n=3) da amostra defende que deve haver uma troca de informações mais profícua entre os intervenientes do tratamento do crime de VD; e por fim, 8% (n=1) da amostra, afirma que deve ser criada “uma norma ministerial a definir como é que um plano é feito (parte padronizada)” (E12).

Por último, a subcategoria F4 é constituída por 3 UR: 17% (n=2) dos entrevistados refere que se deve melhorar a distribuição dos militares com formação IAVE, colocando-os “junto dos NIC de cada CTer” (E11, E12); o E11, representando 8% (n=1) da amostra, defende uma descentralização dos NIAVE das capitais de distrito; e o E8 afirma que se deveria ministrar “formação específica a militares dos NIC de forma a otimizar os recursos humanos”.

## 6.2 Resultados das entrevistas aos militares dos NIAVE

Na sequência das tabelas presentes no Apêndice I, é apresentada a matriz de conteúdo por questão das entrevistas aos militares dos NIAVE dos CTer de Lisboa e Setúbal, cujo guião se encontra no Apêndice E.

**Tabela nº 10: Matriz de conteúdo por questão das entrevistas aos militares dos NIAVE**

Catego ria	UR	Entrevistados															U E	Resultado (%)	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15			
Pergunta 1																			
A	1.1										X	X	X	X	X	X	6	6/15 (40%)	
	1.2	X	X	X	X	X	X	X	X	X							9	9/15 (60%)	
Pergunta 2																			
B	2.1	X			X					X		X				X	5	5/15 (33%)	
	2.2		X	X		X	X	X	X		X		X	X	X		10	10/15 (67%)	
Pergunta 3																			
C	3.1															X		1	1/15 (6%)

	3.2	X	X	X	X	X	X	X	X				X				9	9/15 (60%)
	3.3										X			X		X	3	3/15 (20%)
	3.4									X		X					2	2/15 (14%)
Pergunta 4																		
D	4.1			X	X	X	X	X	X		X		X	X		X	10	10/15 (67%)
	4.2	X	X									X			X		4	4/15 (27%)
	4.3									X							1	1/15 (6%)
Pergunta 5																		
E	5.1		X					X			X					X	4	4/15 (27%)
	5.2				X	X				X			X	X			5	5/15 (33%)
	5.3	X		X			X		X								4	4/15 (27%)
	5.4											X			X		2	2/15 (14%)
Pergunta 6																		
F	6.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X			X	12	12/15 (82%)
	6.2													X			1	1/15 (6%)
	6.3											X					1	1/15 (6%)
	6.4														X		1	1/15 (6%)
Pergunta 7																		
G	7.1	X	X			X			X	X	X	X					7	7/15 (47%)
	7.2			X	X		X	X					X	X		X	7	7/15 (47%)
	7.3														X		1	1/15 (6%)
Pergunta 8																		
H	8.1		X				X	X		X	X	X	X		X		8	8/15 (53%)
	8.2	X		X	X	X											4	4/15 (27%)
	8.3								X					X		X	3	3/15 (20%)
Pergunta 9																		
I	9.1				X	X	X	X			X	X					6	6/15 (40%)
	9.2	X		X					X	X			X	X	X		7	7/15 (47%)
	9.3		X													X	2	2/15 (13%)

Fonte: Autor

As entrevistas aos militares dos NIAVE permitiram ter a perceção do trabalho realizado pela componente operacional da GNR na área da VD, e da sua opinião acerca da problemática em estudo.

Assim, em relação à pergunta 1 (**A - Utilização dos resultados obtidos na Ficha “RVD” na elaboração do PIS**) 60% (n=9) dos militares afirmaram que não têm em consideração os resultados nela obtidos, ao passo que 40% (n=6) dos mesmos disseram que os tinham em consideração. De assinalar ainda que os militares que referiram não ter em consideração os resultados obtidos na ficha de avaliação apontaram como justificação o facto de o PIS ser “elaborado sempre, qualquer que seja o nível de risco obtido na ficha “RVD””, referido por (E1), e o facto terem em “consideração apenas a situação atual da vítima” (E4).

Na pergunta 2 (**B - Conteúdo do PIS**) 67% (n=10) dos militares responderam que os atuais planos de segurança contêm conselhos e medidas a adotar pela vítima, sendo que os restantes 33% (n=5) defenderam que apenas contêm conselhos a observar pela vítima.

Quanto à pergunta 3 (**C - Elementos utilizados na elaboração do PIS**), de entre as opções possíveis obtiveram-se 4 respostas diferentes. A maioria dos militares (60%, n=9) referiu que utilizava os instrumentos elaborados para o efeito, mediante a seleção dos itens que considerava mais adequados à situação específica da vítima, bem como outras medidas que considerava adequadas à situação específica da vítima. Outra das respostas, obtidas por 20% (n=3) dos militares, foi a utilização dos instrumentos elaborados para o efeito complementados com outras medidas consideradas adequadas à situação específica da vítima. Seguidamente, 14% (n=2) dos militares referiram que utilizavam as medidas que consideradas mais adequadas encarando o instrumento elaborado como um guia informativo da vítima. Por fim, 6% (n=1) referiu que utilizava apenas os instrumentos elaborados para o efeito com a seleção dos itens que considerava mais adequados à situação específica da vítima.

Na pergunta 4 (**D - Adequação da articulação dos PIS**) 67% (n=10) dos militares responderam que a atual articulação para três situações distintas é adequada; 27% (n=4) responderam que esta pode ser melhorada, sendo de realçar a resposta do (E14) que refere que “talvez esteja na altura de ser aprimorada”, e por fim 6% (n=1) respondeu que a articulação dos PIS não é adequada, uma vez que “é impossível conseguir adequar o que quer que seja fazendo este tipo de agrupamentos” (E9).

A pergunta 5 (**E - Grau de adesão das vítimas ao PIS**) deu origem a quatro respostas distintas: 33% (n=5) dos entrevistados refere que só algumas vítimas aderem ao PIS, apontando como motivo a “situação de fragilidade” (E5), ou a fase em que se encontram, sendo que lhe “dão muita importância na fase imediatamente após agressão” (E12); 27% (n=5) referem que as vítimas aderem positivamente ao PIS; 27% (n=5) apontam que não têm *feedback* por parte das vítimas, referindo o (E6) que “normalmente não se volta a falar nele (PIS) com a vítima”; por último 14% (n=2) afirmam que as vítimas aderem ao PIS de forma negativa, afirmando o (E14) que considera que “é mais um papel que levam para casa”.

Na pergunta 6 (**F - Participação das vítimas na elaboração do PIS**), grande parte dos militares entrevistados, 82% (n=12), respondeu que elas participam na sua elaboração. Os três entrevistados que responderam de forma distinta, correspondendo cada um deles a 6% (n=1) da amostra, manifestaram três opiniões diferentes: o (E13) referiu que não existe a participação da vítima, uma vez que os atuais planos são pré-estabelecidos; o (E11) referiu

que as vítimas raramente participam; e por fim o (E14) não conseguiu responder uma vez que não possuía dados para tal.

A pergunta 7 (**G - Pedido de esclarecimentos adicionais acerca do PIS pelas vítimas**) deu origem a três respostas distintas, embora a maioria dos entrevistados se tenha debruçado sobre duas delas de forma equitativa. À exceção do (E14) (correspondente a 6% (n=1) da amostra) que respondeu que nunca existia um pedido de esclarecimentos adicionais acerca do PIS por parte das vítimas, metade dos entrevistados (47% (n=7)) respondeu que havia sempre um pedido de esclarecimentos adicionais, e a outra metade respondeu que esse pedido só acontecia algumas vezes. De referir que o (E9) e o (E11) referem que as vítimas pedem frequentemente “contactos (...) de instituições de apoio à vítima”.

Na pergunta 8 (**H - Importância atribuída ao PIS por parte das vítimas**), 53% (n=8) dos militares refere que todas as vítimas consideram o PIS importante, embora, segundo o (E9), as informações constantes do PIS sejam bastante escassas para o tratamento deste tipo de crime; 27% (n=4) referem que apenas algumas o consideram importante; e 20% (n=3) não conseguiram responder à pergunta, uma vez que, segundo o (E8), não têm esse *feedback* por parte das vítimas. Dos 27% que referem que só algumas vítimas consideram o PIS importante, o (E1) e o (E2) afirmam que algumas encaram para o PIS como sendo “apenas mais um papel”.

Por último, em relação à pergunta 9 (**I - Utilidade e adequação dos instrumentos criados para a definição do conteúdo dos PIS**), foram encontradas três opiniões diferentes: 47% (n=7) dos entrevistados considera que os instrumentos criados para a definição do conteúdo PIS são úteis mas não se adequam ao tipo de crime em questão; 40% (n=6) referem que estes são úteis e adequados; e 14% (n=2) considera que eles não são úteis nem adequados. Os militares que consideram os PIS úteis, mas não adequados, indicam como motivos o facto de não ser possível elaborar o plano através da aplicação concebida pelo MAI para o efeito (E1 e E14), o facto de haver um défice de formação para a elaboração dos PIS através dos instrumentos criados para o efeito (E1) e o facto de ainda não existir, dentro da GNR, uma espécie de plano interno onde as vítimas fossem referenciadas e fossem tomadas medidas concretas e individualizadas (E9 e E13). De salientar a referência proferida pelo (E9) que considera que “um PIS, no verdadeiro sentido da palavra atualmente não existe”. Quanto aos entrevistados que não consideram os instrumentos criados para a definição do conteúdo dos PIS nem úteis nem adequados, sublinha-se a resposta do (E2) que afirma “que atualmente se entregam demasiados “papéis” às vítimas (...) o que acaba por piorar um pouco a sua situação”.

### 6.3 Resultados das entrevistas às vítimas

Na sequência das tabelas presentes no Apêndice J, é apresentada a matriz de conteúdo por questão das entrevistas realizadas às seis vítimas de crime de VD, as quais acederam a participar voluntariamente e de forma anónima neste estudo, e cujo guião se encontra no Apêndice F.

**Tabela nº 11: Matriz de conteúdo por questão das entrevistas às Vítimas**

Categoria	UR	Entrevistados						UE	Resultado
		1	2	3	4	5	6		
Pergunta 1									
A	1.1				X		X	2	1/3 (33%)
	1.2	X	X	X		X		4	2/3 (67%)
Pergunta 2									
B	2.1			X		X		2	1/3 (33%)
	2.2	X	X		X		X	4	2/3 (67%)
Pergunta 2.1									
C	3.1			X		X		2	2/2 (100%)
Pergunta 3									
D	4.1			X		X		2	1/3 (33%)
	4.2	X	X				X	3	1/2 (50%)
	4.3				X			1	1/6 (17%)
Pergunta 4									
E	5.1			X		X		2	1/3 (33%)
	5.2	X	X		X		X	4	2/3 (67%)
Pergunta 5									
F	6.1	X		X	X	X		4	2/3 (67%)
	6.2		X				X	2	1/3 (33%)
Pergunta 6									
G	5.1			X	X	X		3	1/2 (50%)
	5.2	X	X				X	3	1/2 (50%)
Pergunta 7									
H	5.1			X		X		2	1/3 (33%)
	5.2	X	X		X		X	4	2/3 (67%)
Pergunta 8									
I	5.1	X		X	X	X		4	2/3 (67%)
	5.2		X				X	2	1/3 (33%)
Pergunta 9									
J	5.1			X		X		2	1/3 (33%)
	5.2	X	X		X		X	4	2/3 (67%)
Pergunta 10									
K	5.1			X	X	X		3	1/2 (50%)

	5.2	X	X				X	3	1/2 (50%)
<b>Pergunta 11</b>									
L	5.1			X	X	X	X	4	2/3 (67%)
	5.2	X	X					2	1/3 (33%)
<b>Pergunta 12</b>									
M	5.1			X	X	X		3	1/2 (50%)
	5.2	X	X				X	3	1/2 (50%)

Fonte: Autor

A entrevista às vítimas de VD permitiu ter a perspetiva de quem sente os efeitos deste tipo de crime e a sua perceção acerca do PIS, bem como da forma como este foi elaborado.

Desta forma, quanto à pergunta 1 (**A - Alteração do risco de VD após a denúncia do crime**) 67% (n=4) das vítimas responderam que o risco de ameaça não aumentou após a denúncia, salientando-se a resposta do (E1) que refere, como motivo deste não ter aumentado, o seu afastamento do agressor durante 4 meses, e a resposta do (E5) que refere exatamente o contrário, uma vez que quando o marido soube que tinha formalizado a queixa-crime “parou de imediato com as atitudes agressivas”.

Em contrapartida, 33% (n=2) afirma que o risco de VD tinha aumentado, referindo o (E4) que logo após a denúncia, como “não tinha saído de casa, tinha bastante receio que ele (o agressor) fosse notificado” quando ela estivesse presente, e o (E6) que chegou a receber ameaças de morte após o agressor ter conhecimento da denúncia.

Na pergunta 2 (**B - Participação na realização do PIS**) a maioria das vítimas (67% (n=4)) diz que não participou na elaboração do PIS, referindo o (E6) que apenas lhe “facultaram a lista e aconselharam que lesse (...) todos os itens”. Os restantes entrevistados (33% (n=2)) confirmaram a sua participação na realização do PIS, referindo o (E3) que explicou os “lugares que frequentava” e o (E5) que esclareceu “os pormenores de toda a situação”.

Quanto à pergunta 2.1 (**C – Consideração por todos os aspetos que causam receio ou medo**) os entrevistados que na pergunta anterior confirmaram a sua participação na elaboração do PIS referiam ambos (100% (n=2)) que tiveram em consideração todos esses aspetos.

A pergunta 3 falava no “**D – Conteúdo do Plano**”, tendo sido obtidas 3 respostas distintas. O (E4), representando 17% (n=1) da amostra referiu não conseguir responder à pergunta, enquanto os (E3) e (E4), representando 33% (n=2) da amostra, afirmaram que o PIS para eles elaborado continha de facto “medidas de segurança efetivas”, e por último a



metade da amostra restante, 50% (n=3), defende que o PIS que lhes foi elaborado contém apenas um guia de conselhos de segurança, que segundo o (E1) e o (E2) poderão ser aplicados a qualquer pessoa.

Na pergunta 4 (**E - Adequação do PIS à situação de ameaça (perigo) que impende sobre a vítima**) 67% (n=4) dos entrevistados referiram que o seu PIS não se constituiu como uma ferramenta adequada para responder à sua situação, referindo o (E1) que se talvez lhe tivesse sido explicado poderia ter sido adequado a si e o (E6) que o seu PIS foi desvalorizado logo no momento da entrega. Em contrapartida, 33% (n=2) dos entrevistados afirmaram que o seu PIS foi uma ferramenta adequada para dar resposta à sua situação.

Da pergunta 5 à pergunta 8 procurou-se apurar os aspetos sobre os quais a vítima foi ouvida aquando da elaboração do seu PIS. Deste modo quanto à pergunta 5 (**F - Informações acerca das características do agressor**), 67% (n=4) das vítimas responderam que foram ouvidas quanto a este aspeto, ao passo que 33% (n=2) referiram que não foram. Em relação à pergunta 6 (**G - Informações acerca do desenvolvimento da vida quotidiana**), metade dos entrevistados (50% (n=3)) respondeu que sim, tendo a outra metade respondido de forma negativa. A pergunta 7 (**H - Informações acerca das condições de segurança da habitação, local de trabalho e outros locais**) originou 67% (n=4) de respostas negativas em que as vítimas afirmaram não ter sido ouvidas quanto a este aspeto, tendo 33% (n=2) respondido que tinha sido ouvida. Por fim, em relação à pergunta 8 (**I - Informações acerca das ameaças, riscos e receios**) 67% (n=4) das vítimas diz ter sido ouvida, tendo em contrapartida 33% (n=2) respondido negativamente.

Com a pergunta 9 (**J - Explicação das medidas constantes no PIS**), procurou-se apurar se as medidas constantes no PIS, elaborado a cada uma das vítimas, lhes haviam sido explicadas. Deste modo obteve-se 67% (n=4) de respostas negativas, salientando a do (E6) que refere que apenas lhe “foi recomendado que lesse a folha do plano”. Contrariamente, 33% (n=2) das vítimas refere que as medidas lhe foram explicadas.

A pergunta 10 (**K - Grau de utilização das medidas previstas no PIS**) originou 50% (n=3) de respostas em que os entrevistados afirmam ter colocado em prática todas as medidas do seu PIS, e 50% (n=3) que afirmam que não ter utilizado qualquer das medidas.

De realçar as respostas do (E2) e do (E3) que referem não ter dado atenção ao PIS, e também a resposta do (E6) que justifica o facto de não ter utilizado qualquer medida do seu PIS por lhe ter sido entregue bastante informação, onde se inclui o plano, não tendo tido oportunidade de a ler toda. De referir ainda que nenhum dos entrevistados escolheu a alínea que mencionava uma utilização parcial das medidas do PIS.

Na pergunta 11 (**L - Utilidade do PIS**), numa escala de “alta”, “média” ou “reduzida”, obtiveram-se 67% (n=4) de entrevistados que defendem que o PIS tem utilidade “alta”, destacando-se a resposta do (E6) que justifica a sua escolha dizendo que a fragilidade emocional que sentia na altura não lhe permitiu pensar e lembrar-se de metade das medidas previstas no seu PIS.

Por outro lado, 33% (n=2) das vítimas referem que, na sua opinião, o seu PIS teve uma utilidade “reduzida”, onde o (E1) afirma que “devia haver mais articulação entre a GNR e outras instituições de apoio” e o (E2) que encarou o seu PIS como mais um “papel”, dado ter transparecido a ideia de que seria para “ler quando tivesse tempo”. De referir ainda que nenhuma das vítimas escolheu a opção utilidade “média”.

Por último, na pergunta 12 (**M - Eficácia do PIS**) procurou apurar-se a eficácia que o PIS teve para cada vítima, utilizando a mesma escala da pergunta anterior em utilidade “alta”, “média” ou “reduzida”. Assim, obteve-se um leque de respostas bipartido em que 50% (n=3) dos entrevistados refere que o PIS teve uma eficácia “alta”, e 50% (n=3) refere que a eficácia do seu PIS foi “reduzida”, tendo o (E6) declarado que nem sequer o pôs em prática. Mais uma vez nenhum dos entrevistados utilizou a opção “médio” para caracterizar a eficácia do PIS.

## CAPÍTULO 7

### DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Obtidos e analisados os resultados das entrevistas, neste capítulo proceder-se-á à sua discussão, enfatizando aqueles que se destaquem pela sua pertinência e importância, em relação à presente investigação, e “fundamentando o que de mais relevante se extraiu” (AM, 2016, p.4).

#### 7.1 Discussão dos resultados das entrevistas exploratórias

Neste grupo de entrevistas houve unanimidade de respostas em relação a algumas perguntas, tendo por isso sido obtidas percentagens de 100% em relação à UR identificada.

Na **pergunta 1**, em que se procurou apurar a “relevância dos dados da BDVD para a Avaliação do Risco”, todos os entrevistados referiam que estes eram importantes e deviam ser tidos em consideração para a avaliação do risco. A BDVD permite ter acesso ao histórico de violência de um agressor, e recordando as palavras de Castanho e Quaresma (2014) a VD não é resultado de um ato aleatório ou de um comportamento isolado nas relações entre parceiros íntimos, familiares ou outras pessoas, mas segue frequentemente uma história de abuso e violência, residindo aqui a importância da utilização da BDVD.

Na **pergunta 2**, com o objetivo de analisar a “influência da Avaliação do Risco na elaboração do PIS”, obteve-se também uma percentagem de 100% de entrevistados que referiram que a avaliação de risco deve ser tida em conta na elaboração do PIS, o que vai ao encontro do que refere DGAI (2013): a avaliação do nível e da intensidade dos fatores de risco identificados na avaliação do risco devem constituir um elemento fulcral na elaboração do PIS. No seguimento das duas últimas questões a **pergunta 3**, que aborda a complementaridade entre a BDVD e a avaliação de risco na definição do PIS, resultou numa percentagem de 92% de entrevistados a defenderem que estas duas ferramentas devem ser utilizadas de forma complementar.

A **pergunta 4** refere-se ao carácter dos PIS, tendo como opções “ser padronizado e pré-estabelecido” ou “individualizado e específico”. Como resultado obteve-se uma percentagem de 92% dos entrevistados que refere que deve existir uma complementaridade entre as duas opções, ou seja, o PIS deve ser composto por uma parte padronizada e pré-

estabelecida e uma outra parte individualizada e ajustável à situação específica de cada vítima.

Sobre esta questão Albuquerque *et al.* (2013) defende igualmente que cada plano de segurança é único, devendo os profissionais de segurança adaptar a sua intervenção na elaboração deste às circunstâncias e necessidades de cada vítima. No entanto, como vimos anteriormente, atualmente os PIS encontram-se pré-definidos tendo em consideração três situações distintas, embora em todas as suas secções exista um ou mais espaços em branco que devem ser preenchido com outras estratégias/ideias que possam ser adequadas à vítima de acordo com a situação em concreto (DGAI, 2009).

Na **pergunta 5** procurou-se saber se deveria existir formação técnica específica direcionada aos elementos que elaboram os PIS, tendo sido obtidas respostas afirmativas em 100% dos entrevistados. Há, no entanto, opiniões diversas para a sua concretização, desde a criação de uma formação modular no curso IAVE ou mesmo na formação de ingresso (curso de guardas), até, e apenas, como formação integrada na instrução de atualização dos militares dos NIAVE.

A **pergunta 6** foi aquela em que se extraiu um maior número de opiniões, dada a abrangência da questão (“Existência de outros meios, mecanismos, procedimentos, medidas ou ações tendentes a reforçar a segurança das vítimas de VD”), tendo sido identificadas 4 subcategorias de UR diferentes.

Das respostas a esta pergunta deve ser salientado que apenas três entrevistados não referiram a necessidade de serem tomadas medidas em relação ao agressor, facto que empresta ao mesmo uma elevada relevância no contexto desta problemática. A par, deve ser salientado também a questão da troca de informações entre todas as instituições que operam com o crime e as vítimas de VD, aspeto referido por 25% dos entrevistados.

Em relação à GNR, e através das respostas dos 3 oficiais entrevistados, foi possível apurar alguma disfuncionalidade quanto ao modelo atual dos NIAVE, estando os três de acordo que a distribuição dos militares com formação específica IAVE atualmente não será a mais correta, e propondo por isso três medidas distintas: distribuição dos militares dos NIAVE pelos NIC; descentralização dos NIAVE das capitais de distrito; e criação de formação específica para militares dos NIC, de forma a otimizar os recursos humanos.

## 7.2 Discussão dos resultados das entrevistas aos militares dos NIAVE

Quanto às entrevistas aos militares dos NIAVE, na **pergunta 1**, 67% dos entrevistados referiu que não tinha em consideração o resultado obtido na avaliação de risco na elaboração de um PIS, o que não vem em linha com a resposta à pergunta 2 das entrevistas exploratórias, onde todos os peritos em VD referiram que a avaliação do risco deveria ser tida em consideração na elaboração de um PIS. Recorde-se que, segundo Dutton (1996), a avaliação do risco é extremamente importante uma vez que constitui a base para elaboração de planos de segurança.

Na **pergunta 2**, apesar de 67% dos militares ter referido que os PIS continham conselhos e medidas de segurança a adotar pela vítima, é de salientar que os restantes 33% referiram que estes apenas continham uma série de conselhos, sendo que, segundo Sopro Feminino (2014), o PIS consiste num conjunto de estratégias e medidas que visam aumentar a segurança das vítimas e deve ser concebido em colaboração com estas.

Indo ao encontro desta premissa, na **pergunta 3** a maioria dos militares (60%) referiu que na elaboração do PIS utilizava os instrumentos elaborados para o efeito, com a seleção dos itens que considerava mais adequados à situação específica da vítima, bem como outras medidas consideradas aplicáveis à mesma.

Na **pergunta 4**, a maioria dos militares refere que a atual articulação do PIS para três situações distintas é adequada, tendo no entanto 27% referido que pode ser melhorada, o que vai ao encontro ao que refere o (E2) na pergunta 5 das entrevistas exploratórias: “Os Planos de Segurança têm que ser revistos e afinados, medida essa que a curto/médio tem que ser tomada, sempre em colaboração com as FS”.

Da pergunta 5 à pergunta 8 procurou-se saber a opinião dos militares acerca da perspetiva das vítimas em relação aos PIS. Assim, atendendo à **pergunta 5**, quanto ao grau de adesão das vítimas ao PIS, as opiniões divergem, havendo mais militares a referir que só algumas aderiam ao PIS do que aqueles que afirmaram que estas aderiam positivamente.

Também uma parte referiu que não têm *feedback* por parte delas uma vez que “normalmente não se volta a falar no PIS com a vítima”. Quanto a este aspeto, nas entrevistas exploratórias o (E2) refere na resposta à pergunta 2 que “sempre que é feita uma reavaliação do risco tem que ser também atualizado o respetivo Plano de Segurança sendo que estes planos não são estanques e devem ser atualizados sempre que o risco é reavaliado”.

Recorde-se também que “o plano de segurança deve ser encarado como algo dinâmico que deve ser revisto periodicamente, uma vez que poderão existir alterações no

nível do risco”, sendo que “o risco e as ameaças estão sujeitos a alterações de acordo com os eventos e as circunstâncias da vida das pessoas” (Castanho & Quaresma (2014); AMCV (2013); DGAI (2013); DGAI (2009)).

Na **pergunta 6** a maioria dos militares referiu que as vítimas participavam na elaboração do PIS, havendo no entanto 3 militares com opiniões diferentes. Como referido anteriormente, “a probabilidade de a vítima colocar em prática as estratégias definidas é maior se for envolvida neste processo” (Castanho & Quaresma (2014); AMCV (2013); DGAI (2013); DGAI (2009)), o que vai ao encontro do que refere o (E2) na pergunta 4 das entrevistas exploratórias: “se o Plano de Segurança for definido em conjunto com a vítima, esta provavelmente sentir-se-á mais confiante e com mais vontade de as cumprir”.

Na **pergunta 7** a maioria dos militares afirmou que as vítimas pediam sempre, ou quase sempre, esclarecimentos acerca do PIS, tendo apenas um militar referido que nunca lhe tinham pedido esclarecimentos. De entre os militares que afirmaram que as vítimas pediam sempre esclarecimentos, dois deles afirmaram que normalmente solicitam contactos de instituições de apoio à vítima. Recorde-se que, como referido no Capítulo 3, o PIS deve “incluir no mínimo e sempre que possível: números de contato de uma instituição de apoio a vítimas de VD” (Castanho & Quaresma (2014); AMCV (2013); DGAI (2013); DGAI (2009)).

Quanto à **pergunta 8**, em que se perguntava se as vítimas consideravam o PIS importante, a maioria dos militares disse que sim, embora tenha havido 20% de entrevistados que referem que não conseguem responder à pergunta pois não têm esse *feedback*, o que vai ao encontro do exposto na pergunta 5.

Atendendo à **pergunta 9** verifica-se que a maioria dos militares considera que o PIS, nos moldes em que tem vindo a ser contruído, é útil mas não é adequado ao tratamento do crime em questão, havendo 40% que refere que este é útil e adequado. E quanto a esta questão, veja-se a opinião do (E8) na pergunta 4 das entrevistas exploratórias, que refere que nos atuais PIS se “devia evoluir para a existência de outras circunstâncias e medidas específicas e decorrentes da situação individual de cada vítima, uma vez que a tendência atualmente é seguir um conjunto de medidas pré-estabelecidas”.

### **7.3 Discussão dos resultados das entrevistas às vítimas**

Na **pergunta 1**, onde se procurava aferir se as vítimas sentiram um aumento do risco após a denúncia, obteve-se uma percentagem de 67% de respostas que referiam que o risco

não aumentou, ao contrário das restantes que sentiram esse aumento. No entanto é de salientar que todas as vítimas que responderam não terem sentido o aumento do risco se haviam afastado do agressor após a denúncia do crime.

Apesar destes resultados, de acordo com Fernandes *et al.* (2016), um profissional de segurança tem o dever de alertar para o perigo de represálias ou para um eventual aumento da violência por parte do agressor no momento em que seja notificado no âmbito do inquérito criminal que venha a ser aberto, ou seja, após a denúncia. Sendo que “um dos períodos em que a vítima corre maior perigo é quando está prestes a terminar a relação com o agressor e nos seis meses seguintes” (DGAI, 2013, p.51).

Nas **perguntas 2 e 2.1**, a maioria das vítimas referiu que não participou na elaboração do seu PIS, sendo que as que participaram referiram que foram considerados todos os aspetos que lhes causavam receio ou medo. Quanto a este aspeto, registámos anteriormente que grande parte dos militares dos NIAVE entrevistados (82%) respondeu que se verificou a participação das vítimas na elaboração do seu próprio PIS, havendo apenas um militar que referiu a sua não participação uma vez que os atuais planos são pré-estabelecidos.

Nas entrevistas exploratórias (pergunta 4) o (E4) refere que “os planos individuais devem ser sempre trabalhados em conjunto com a vítima, valorizando e rentabilizando as estratégias de segurança que ela própria já desenvolveu”, e o (E7) que o PIS “tem que ser “co-construído” com a vítima”. Recorde-se também que na revisão da literatura um dos pressupostos do PIS era “ser elaborado através de um processo de conexão e parceria com a vítima” (Castanho & Quaresma (2014); AMCV (2013); DGAI (2013); DGAI (2009)).

Quanto ao conteúdo do plano, constante da **pergunta 3**, destaca-se o facto de metade das vítimas ter respondido que este continha apenas um guia de conselhos de segurança, havendo dois entrevistados que referiram que este poderia ser aplicado a qualquer vítima.

Quanto a este aspeto, nas entrevistas exploratórias (pergunta 4), o (E11) refere que “cada vítima é uma vítima e os PIS devem ser adaptados/personalizados ao caso concreto”, e o (E7) considera que o PIS deve “ser ajustado às necessidades específicas daquela pessoa, e não obedecer a um conjunto de orientações pré-definidas”.

Nos pressupostos do PIS, presentes na revisão da literatura, vimos que o “plano de segurança da vítima não se deve cingir ao preenchimento de um formulário, na expectativa de que a vítima seja capaz de o perceber na totalidade” (Castanho & Quaresma (2014); AMCV (2013); DGAI (2013); DGAI (2009)).

Na **pergunta 4**, a maioria das vítimas respondeu que o PIS não se constituiu como uma ferramenta adequada para responder à sua situação concreta e individual, o que só por

si é um facto preocupante, e vai ao encontro dos resultados apurados na pergunta 9 das entrevistas aos militares dos NIAVE, em que a maioria referiu que nos moldes em que tem vindo a ser contruído, o PIS é útil mas não é adequado ao tratamento das vítimas do crime em questão.

Com as respostas obtidas nas **perguntas 5, 6, 7 e 8**, apurou-se que a maioria das vítimas foi ouvida em relação às características do agressor, e às suas ameaças, riscos e receios. Por outro lado, apenas metade foram ouvidas acerca do contexto de desenvolvimento da sua vida quotidiana, e menos de metade em relação às condições de segurança da habitação, local de trabalho e outros locais.

Em relação à **pergunta 9** foi possível constatar que as medidas constantes no PIS não foram explicadas a mais de metade das vítimas entrevistadas. Sobre este aspeto, nas entrevistas exploratórias (pergunta 4), o (E4) refere que “um plano de segurança é muito mais do que entregar um folheto à vítima com algumas estratégias de segurança, porque só o entregar um folheto até pode colocar a vítima em maior risco”.

Quanto ao grau de utilização das medidas previstas no PIS, constante da **pergunta 10**, metade dos entrevistados afirmaram não ter utilizado nenhuma delas, sendo que a outra metade diz ter posto a totalidade em prática.

Por fim, através da **pergunta 11**, apurou-se que a maioria das vítimas atribui uma utilidade alta ao PIS, no entanto a **pergunta 12** revela que apenas metade das vítimas considera que o seu PIS foi eficaz. Vemos portanto que há uma maioria que olha para o instrumento como algo benéfico, pertinente e necessário, e que, como tal, pode “reduzir o risco e aumentar a segurança” (DGAI, 2009; Albuquerque *et al.* 2013).

No entanto apenas metade o considerou eficaz, podendo este aspeto estar relacionado com o seu conteúdo e a forma como foi elaborado, uma vez que se trata de um documento pré-estabelecido, o que pode levar os elementos das FS a considerarem que se trata de mais um documento a entregar à vítima, satisfeita que esteja a previsão da conduta futura da vítima em relação à proximidade ao agressor, sem o desenvolvimento de ações anteriores e ulteriores que permitam carrear informação que permita a sua individualização, completude, acompanhamento e atualização, e, como vimos nas perguntas 2 e 9, respetivamente, sem a participação das vítimas na sua elaboração, no que concerne a pressupostos de base, à explicitação das medidas nele contidas ou à elucidação de eventuais dúvidas que se suscitem na vítima.



## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegado a este capítulo, encontram-se reunidas as condições para responder à PP e às PD, tendo por fundamento os resultados das entrevistas e a revisão da literatura cotejada.

Em relação à primeira PD, **“As vítimas, após a denúncia do crime, estão sujeitas a ameaças e riscos decorrentes das situações de ofensas vivenciadas?”**, é possível concluir que nas situações em que as vítimas se afastam do agressor, não sintam de forma vinculada a continuidade de ameaças e riscos, ao contrário das vítimas que permanecem junto do agressor, que acabam por sentir essas ameaças e riscos de forma exponenciada.

Relativamente a este aspeto é muito importante o papel das FS, pois importa contextualizar o risco e a ameaça que impende em cada momento sobre a vítima. Como tal, sem olvidar a importância extrema que a avaliação de risco realizada em sede da ficha “RVD” representa, assume especial relevância dissecar os antecedentes, capacidades, motivações e intenções do agressor, as circunstâncias e contexto de vida, as rotinas e as capacidades da vítima, assim como a idoneidade dos meios à disposição do agressor e da vítima que permitam consumir ou repelir a agressão, respetivamente.

A segunda PD, **“Os resultados da aplicação do instrumento de avaliação de risco de VD deverão ter impacto na realização de um PIS?”**, é respondida afirmativamente, não deixando margem para dúvidas. Os resultados da aplicação do instrumento de avaliação de risco de VD devem ter impacto na realização do PIS. Esta é uma questão defendida não só por vários autores, como consta na revisão da literatura, mas também confirmada pela totalidade dos peritos em VD entrevistados.

No entanto, constatou-se nas entrevistas realizadas aos investigadores dos NIAVE que estes nem sempre fazem uso desta ferramenta como instrumento de elaboração do PIS, quando esta, segundo alguns autores, deve ser a base para a elaboração dos mesmos.

Quanto à terceira PD, **“Que elementos principais devem estruturar a elaboração de um PIS?”**, importa, para além da informação recolhida junto da própria vítima ou de outras pessoas que possuam informação relevante que deva ser levada em consideração, e dos resultados da avaliação do risco, recolher, estudar, interpretar e integrar, todos os elementos de informação disponíveis relativos ao agressor, designadamente eventuais antecedentes constantes em registo criminal, na Base de Dados de Violência Doméstica ou de titulares de armas.

É também determinante que o PIS se adeque, na justa medida, ao perfil, capacidade, motivação e intenção do agressor, e à potencial ameaça que daqui resulta, assim como às circunstâncias e contexto de vida da vítima, sem olvidar o esbatimento das vulnerabilidades de que esta padece, pelo que o produto da sua materialização sai reforçado caso o PIS seja discutido, delineado e decidido com a própria vítima, daqui resultando a sua plena e consciente compreensão, apropriação e execução.

A quarta PD, **“Que benefícios pode o PIS trazer às vítimas de crime de VD?”**, gerou uma resposta vasta e multifacetada. O PIS, aquando da sua elaboração, contribui, em muito, para o empoderamento das vítimas através do envolvimento ativo no seu processo de elaboração, designadamente valorizando as estratégias de sobrevivência por elas adotadas, facultando a oportunidade de refletir sobre a sua situação particular, de perceber as suas vulnerabilidades e de adquirir informação privilegiada por contato direto com diversos profissionais. Após a elaboração do PIS, as vítimas podem beneficiar de conselhos e medidas de segurança que diminuam eventuais ameaças e riscos que sobre elas impendam, percebendo que as autoridades policiais são um suporte efetivo para os seus problemas de segurança e que a ajudam a acautelar a sua integridade física e a vida, com tradução clara no desenvolvimento de uma vida quotidiana com menos constrangimentos e receios, sendo este um aspeto muito importante na fase pós-vitimação.

Em suma, o PIS concorre para que as vítimas sintam que não estão abandonadas e entregues a si próprias, que as instâncias públicas são uma fonte de suporte efetivo e personalizado no seu problema, que estejam preparadas, com antecedência, para a possibilidade de um futuro episódio de violência, minimizando o risco e a ameaça que sobre elas poderá recair, acabando por se constituir como um relevante fator que potencia um maior “bem-estar” psicológico, pela tomada de consciência de saber o que fazer e como agir caso exista uma agressão.

A quinta e última PD, **“A técnica de elaboração dos PIS, por parte dos elementos das FS, deverá ser objeto de formação técnica específica?”**, é claramente respondida de forma afirmativa. De facto a técnica de elaboração de um PIS deverá ser objeto de formação técnica especializada atenta a sua especificidade, complexidade e finalidade, tendo inclusive os militares entrevistados manifestado essa necessidade.

Este foi um dos aspetos respondidos de forma unânime nas entrevistas exploratórias. É essencial que, quer ao nível dos cursos de formação de base, de oficiais e de guardas, quer nos cursos de especialização e de formação contínua, seja uma realidade. Relembre-se que apesar de os PIS apenas recentemente (2015) terem sido previstos em legislação própria, já

existia do antecedente (desde 2009) uma versão de Planos de Segurança nas FS, não tendo, até à data, sido alvo de qualquer atualização.

Em suma, a formação nesta área é fulcral e deverá ser organizada de modo a habilitar os militares que mais diretamente estão envolvidos nesta problemática com os conhecimentos mais atuais e profundos, de forma a garantir maior eficiência e eficácia dos PIS, tirando o máximo rendimento dos instrumentos existentes, personalizando a sua realização e envolvendo as vítimas na sua conceção, designadamente.

Por fim quanto à PP, **“Quais as medidas a ponderar na elaboração de um PIS destinado às vítimas de VD?”**, foi respondida com base em toda a investigação realizada até ao momento, passando pela revisão da literatura e pelas entrevistas realizadas aos diferentes grupos.

Assim, não seguindo uma ordem de importância nas medidas ou assuntos a elencar, começamos por referir o carácter individualizado e personalizado, e não genérico e pré-estabelecido, que deverá ter o PIS, sem prejuízo de poder contar com algumas orientações e conselhos que, pela sua pertinência e generalidade, devam poder constar em todos eles, como é o caso dos contactos das instituições de apoio à vítima, das FS mais relevantes – da residência e local de trabalho – e de um elemento policial que sirva de elemento de ligação direta com a vítima. Ou seja, as medidas que compõem um PIS devem ser individualizadas e adequadas para cada vítima específica, tendo o elemento que o elabora que procurar saber, sempre em colaboração e com a participação da vítima, as medidas de segurança que esta já desenvolveu e, a partir destas, elaborar outras medidas efetivas, e não conselhos ou recomendações, que façam sentido e sejam pertinentes naquele, e apenas naquele caso.

Quanto à vítima, é imprescindível que se tenham em conta medidas de índole social, laboral, familiar e habitacional, atentas as fragilidades e vulnerabilidades que apresenta.

Apurou-se que atualmente a intervenção de terceiros na conceção e elaboração dos PIS é praticamente inexistente, tendo esta que ser uma medida a ter em conta, não só através de elementos do núcleo central das vítimas, como sejam familiares mais diretos que porventura devam ser incluídos no PIS, quer a nível de fornecimento de informação, quer como potenciais vítimas colaterais do risco e ameaça diagnosticados, assim como através de outras instituições, públicas ou privadas, com intervenção, direta ou indireta, na problemática do apoio a vítimas de VD.

Desta forma, interligam-se saberes, capacidades e meios, não só dentro de cada instituição mas também em colaboração com a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de VD e com outras entidades, públicas e privadas, criando sinergias e envolvendo a vítima num

“escudo protetor” mais alargado, tendo presente que a segurança da vítima abrange um leque muito vasto de valências que não se esgota na vertente policial. O cruzamento de informação entre os diversos intervenientes evita, para a vítima, a repetição sucessiva de pormenores e circunstâncias do crime em todas as instituições envolvidas, e desta forma a sua revitimação.

Outra das medidas a ser ponderada na elaboração de um PIS são os antecedentes, o perfil, as capacidades, as motivações e as intenções do agressor. É essencial que se tenha em consideração os antecedentes que permitam traçar o perfil do agressor (através da BDVD, do registo de armas e de informações provenientes de outras fontes, quer da parte da vítima, quer de amigos ou familiares), de forma a tentar prevenir a reincidência, determinando as suas capacidades, motivações e intenções. De igual forma importa analisar a idoneidade dos meios à sua disposição que permitam consumir as ameaças sobre a vítima.

Na elaboração de um PIS é fundamental que as medidas se fundem nos resultados da Ficha “RVD” que, como vimos anteriormente, muitas vezes não são tidos em consideração e se devem constituir como uma das mais importantes bases de trabalho.

Outra das medidas a ter presente é a explicitação, à vítima, do conteúdo e importância do seu PIS, quer no momento da sua elaboração, quer na posterior entrega, uma vez que, como referido pelas vítimas, e até pelos próprios militares, muitas vezes o PIS é visto como sendo mais um documento, no meio de tantos outros, que acaba por ser negligenciado.

Também o acompanhamento da vítima, não só no momento da conceção e elaboração do PIS, mas também no período subsequente, se revela inadequado por ausência de atualização das medidas nele contidas, acrescentando outras que façam sentido nesse momento, e alterando ou removendo outras que já não se apliquem.

No âmbito dos contributos para a elaboração do PIS, pela sua importância e relevância no âmbito do tema em estudo, ressalvam-se ainda as seguintes recomendações, apuradas no decorrer do trabalho, as quais consideramos que não poderão ser esquecidas.

A primeira delas prende-se com a plataforma informática disponibilizada pelo MAI para a elaboração dos PIS que, segundo todos os militares dos NIAVE, não se adequa à realidade operacional, quer pela sua deficiente organização, uma vez que os atuais modelos de PIS se estruturam em volta de três situações decorrentes de opções apenas e só tomadas pela vítima (permanecer em casa com o agressor, ponderar sair, ou abandonar a mesma), as quais são minimalistas e desadequadas das demais circunstâncias a relevar, quer pelos tempos de espera bastante elevados que impossibilitam a seleção de itens do seu articulado, pelo que, na maioria das vezes, não é utilizada, acabando por ser impresso todo o conteúdo do PIS, o que o torna comum a todas as vítimas.

A segunda prende-se com a formação específica dos militares acerca da metodologia de elaboração do PIS e procedimentos técnicos a adotar. Sem prejuízo da exemplar e comprovada qualidade do trabalho levado a cabo pelos militares dos NIAVE no tratamento deste tipo de crime, mercê da denodada entrega e elevada experiência de longos anos a tratar estas matérias (relembre-se que em Portugal a GNR foi pioneira na criação de Equipas de IC na área da VD), existem carências ao nível do número de recursos humanos, e da sua localização e afetação ao dispositivo territorial, para além de discrepâncias notórias nas suas aptidões técnicas e metodologias de procedimento, denotando ainda uma acentuada individualização de critérios de trabalho, sendo por isso premente o desenvolvimento de formação específica nesta matéria.

A solução poderá passar pela criação de um curso específico para o efeito, e alvo de consagração num quadro de formação inicial, de especialidade ou contínua, tendo como principais destinatários os elementos que prestam serviço nos NIAVE e os militares que estão na primeira linha de resposta às vítimas de VD. De acordo com os elementos que compõem os NIAVE e dos chefes das SIIC respetivos, a constituição e distribuição territorial dos NIAVE deveria ser revista, como forma de diminuir o excessivo empenhamento operacional que sobre os mesmos recai e garantindo uma cobertura territorial mais descentralizada, daqui resultando uma maior capacidade de acompanhamento a cada vítima e uma maior celeridade e proximidade de resposta.

Como limitações relevantes e com impacto direto nos resultados finais do presente estudo aponta-se: o tempo disponível para o trabalho de campo, que condicionou o estudo a dois CTer (do tipo1), uma vez que se optou por realizar entrevistas presenciais pelos motivos já elencados no Capítulo 5; o reduzido número de vítimas que se prontificaram a participar no presente estudo, donde resultou que a informação por estas disponibilizada não permitisse resultados ainda mais aprofundados e consistentes; e o limite de páginas imposto, que se traduziu numa forte limitação uma vez que se suprimiram alguns conteúdos pertinentes e que poderiam também ter sido abordados.

Como propostas de futuras investigações, propõe-se o alargamento do estudo à totalidade do País de forma a conhecer outras realidades, assim como a introdução de novas variáveis de estudo, as quais permitam aprofundar alguns dos resultados obtidos. Sendo este tema bastante recente em Portugal, seria também pertinente realizar um estudo comparativo entre o nosso sistema legal e de resposta às vítimas, com o de outros países onde este tipo de planos já se encontram cimentados e em perfeita execução, de que é exemplo o Reino Unido ou o Canadá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar [AM]. (2015). *Norma de Execução Permanente nº 520/4.ª de 11 de maio: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar
- Academia Militar [AM]. (2016). *Norma de Execução Permanente nº 522/1ª de 20 de janeiro: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Academia Militar.
- Afonso, C., Lima, J., Monteiro, F., Santos, L., Silva, J., Silva, N. (2014). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- Albuquerque, M., Basinskaite, D., Martins, M., Mira R., Pautasso, E., Polzin, I., Satke, M., Macedo, M., Silva, M., Sliackiene, A., Soares, M., Viegas, P. (2013). *E-MARIA. European Manual for Risk Assessment*. Göttingen: Bupnet.
- Assembleia da República (2005). Decreto de 10 de abril de 1976, alterado pela Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto: Constituição da Republica Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, n.º 86, 3218-3253.
- Assembleia da República (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série, n.º 213, 8043-8051.
- Assembleia da República (2009). Lei n.º 112/2009, de 16 de dezembro: Regime Jurídico aplicável à Prevenção da Violência Doméstica e à Proteção e Assistência das Vítimas. *Diário da República*, 1ª série, n.º 180, 6550-6561.
- Assembleia da República (2015a). Lei n.º 72/2015, de 20 de julho: Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 139, 4909-4911.
- Assembleia da República (2015b). Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro: Regime Jurídico aplicável à Prevenção da Violência Doméstica e à Proteção e à Assistência das suas Vítimas. *Diário da República*, 1ª série, n.º 172, 6898-6918.
- Assembleia da República (2015c). Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro: Estatuto da Vítima. *Diário da República*, 1ª série, n.º 173, 7004-7010.
- Assembleia da República (2015d). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 57/2015, de 23 de junho: Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 165, 6038-6042.

- Assembleia da República (2016). Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro: Código do Processo Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 40, 617-699.
- Assembleia da República (2017). Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, alterado pela Lei n.º 8/2017, de 03 de março: Código Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 63, 1350-1416.
- Assembleia Municipal de Lisboa (2014). I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa. In *Portal da Assembleia Municipal de Lisboa*. Acedido a 08 de março de 2017 em <http://www.am-lisboa.pt/documentos/1410795491O8zWB1ks7Bp19BI6.pdf>
- Associação de Mulheres Contra a Violência [AMCV] (2013). *Avaliação e Gestão de Risco em Rede. Manual para Profissionais*. Lisboa: AMCV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2010). *Manual Alcipe - Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2015). *Para um Estatuto da Vítima em Portugal: direitos mínimos das vítimas de todos os crimes*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2016). *Para um Plano dos Direitos das Vítimas de Crime em Portugal – Propostas da APAV para a operacionalização de um Estatuto da Vítima de Crime*. Lisboa: APAV.
- Bradbury, T., & Lawrence, E. (1999). Physical aggression and the longitudinal course of newlywed marriage. *Violence in intimate relationships* (pp. 181-202). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Campbell, J., Glass, N., Sharps, P., Laughon, K., & Bloom, T. (2007). Intimate Partner Homicide: Review and Implications of Research and Policy. *Trauma, Violence, & Abuse*, 8 (3), 246-269.
- Carmo, H. & Ferreira, M., (1998). *Metodologia da Investigação: guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castanho, A. & Quaresma, C. (2014). *RVD - Manual de Aplicação da Ficha de Avaliação de Risco*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.
- Centro de Estudos para a Intervenção Social [CESIS] (2013). Formação para Agentes que atuam no Domínio da Violência Doméstica. In *Portal do CESIS*. Acedido a 10 de março de 2017 em [https://issuu.com/diagonaldesign/docs/1\\_tav\\_material\\_compila\\_o](https://issuu.com/diagonaldesign/docs/1_tav_material_compila_o)
- Costa B. & Martins J. (2003). *Sexo, Nexo e Crime*. Lisboa: Edições Colibri.

- Cutter, S. (2001). *The changing nature of risk and hazards. American Hazardscapes. The regionalization of Hazards and Disasters*. Washington, D.C: Joseph Henry Press.
- Dias, I. (2010). *Violência na Família*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dienemann, J., Neese, J. & Lowry, S. (2008). Psychometric Properties of the Domestic Violence Survivor Assessment. *Archives of Psychiatric Nursing*. 0(0), 1-8.
- Direção Geral da Administração Interna [DGAI] (2009). *Plano de segurança para vítimas de violência doméstica: manual de apoio*. Lisboa: DGAI.
- Direção Geral da Administração Interna [DGAI] (2013). *Manual de policiamento da violência doméstica: Um guia para profissionais da força de segurança*. Lisboa: MAI.
- Dutton, M. A. (1996). Battered women`s strategic response to violence: The role of context. *J. Edleson & Z. Eiskovitz (Eds.), Future interventions with battered women and their families* (pp. 105-124). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Fernandes, C., Gago, L., Guerra, P., Massena, A., Pena, S., Perguilhas, M., Ravara, D., Ribeiro, F., Susano, H. (2016). *Violência Doméstica: implicações sociológicas, e jurídicas do fenómeno*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Fernandes, C., Moniz, H., Magalhães, T. (2013). Avaliação e Controlo do Risco na Violência Doméstica. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*. 2013(1). 223-264.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures: Lusodidáctica.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009). *Despacho n.º 63/09 - OG, de 31 de dezembro: A Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2012). *Relatório de Avaliação do Projeto IAVE (2004-2009)*. Lisboa: Secção de Ciências Sociais e Criminais.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014a) *Despacho n.º 18/14 - OG, de 11 de março: Estrutura da Investigação Criminal*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014b) *Diretiva Operacional nº1/14, de 31 de outubro*.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014c). *Estratégia da Guarda 2020*. Lisboa: Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.



- Kropp, P., & Hart, S. (2004). The Development of the Brief Spousal Assault Form for the Evaluation of Risk (B-SAFER): A Tool for Criminal Justice Professionals. *In Research and Statistics Division*. Acedido a 15 de março de 2017, em [http://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/famil/rr05\\_fv1-rr05\\_vf1/rr05\\_fv1.pdf](http://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/famil/rr05_fv1-rr05_vf1/rr05_fv1.pdf)
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., Leandro, A. (2009). *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir, Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Mascoli, L. (2015). *O Homicídio Intrafamiliar: Contributos para a Avaliação de Risco*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (2014). Global status report on violence prevention. *In Portal da Organização Mundial de Saúde*. Acedido a 08 de março de 2017 em <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/Reports/UNDP-GVA-violence-2014.pdf>
- Paulino, M., & Rodrigues M. (2016). *Violência Doméstica – Identificar, Avaliar, Intervir*. Lisboa: Prime Books.
- Presidência do Conselho de Ministros (2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 de 12 de dezembro: V Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. Diário da República, 1.ª série, n.º 253. 7017-7035.
- Presidência do Conselho de Ministros (2015). Proposta de Lei n.º 343/XII, de 5 de junho: Aprovação do Estatuto da vítima. Diário da República, 2.ª Série A, n.º144/XII/4. 59 – 72.
- Quaresma, C., (2012). *Violência Doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: DGAJ
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Redondo, J., Pimentel, I. & Correia, A. (2012). *Manual SARAR – Sinalizar, Apoiar, Registar, Avaliar, Referenciar. Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos*. Coimbra: Administração Regional de Saúde do Centro.
- Roxo, M. (2004). *Segurança e saúde do trabalho: avaliação e controlo de risco*. Coimbra: Livraria Almedina.

- Santos, N., Nossa, P. & Cravidão, F. (2011). Risco e vulnerabilidade: A importância dos factores culturais e sociodemográficos na interpretação e reação aos perigos. *In Portal da Universidade de Coimbra*. Acedido a 19 de março de 2017 em [http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro\\_homenagem\\_FRebello/045\\_062](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro_homenagem_FRebello/045_062)
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI]*. Lisboa: SSI.
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI] (2016). *Violência Doméstica - 2015. Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: SGMAI.
- Shurman, A. & Rodriguez, M. (2006). Cognitive-Affective Predictors of Women's Readiness to End Domestic Violence Relationships. *Journal of Interpersonal Violence*. 21, 1417-1439.
- Sopro Feminino (2014). *Plano de Segurança para vítimas de Violência Doméstica*. Barcelos: Sopro Feminino.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor
- Walker, L.E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper & Row.
- Valente, M. (2009). *Reuniões e Manifestações. Atuação Policial*. Coimbra: Almedina.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: FICHAS DE PROCEDIMENTOS RELACIONADAS COM O CRIME DE VD

**Tabela 12: Fichas de procedimentos relacionadas com a VD**

FT.03.01.16.01	Violência Doméstica
FT.03.01.08.01	Ocorrência de um Crime
FT.03.01.09.01	Ocorrência de um Homicídio
FT.03.01.17.01	Cuidados a ter com Vítima de Crimes Sexuais
FT.03.01.18.01	Ocorrência de uma Violação
FT.03.01.28.01	Procedimentos com Detidos
FT.03.01.36.01	Flagrante Delito Penas até 5 anos
FT.03.01.37.01	Flagrante Delito Penas Superiores a 5 anos
FT.03.01.01.02	Crianças e Jovens em Perigo

**Fonte: Autor**

## APÊNDICE B – DESENHO DE ESTUDO DA INVESTIGAÇÃO

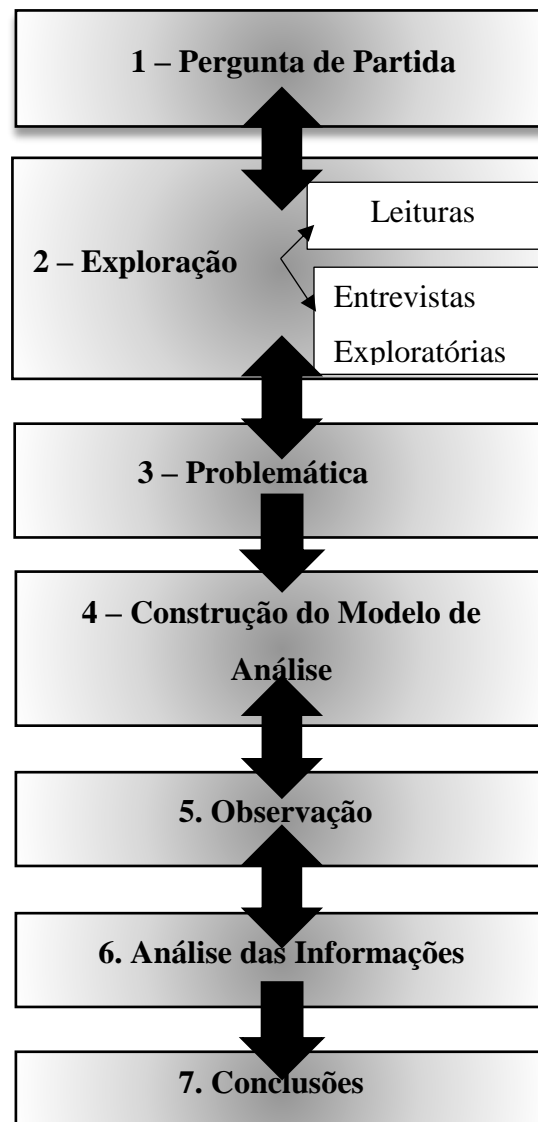


Figura nº 1: Desenho de Estudo da Investigação

Fonte: Quivy e Campenhoudt (2013)

## APÊNDICE C – CARTA DE APRESENTAÇÃO



### ACADEMIA MILITAR

#### **Planos Individuais de Segurança para vítimas de violência doméstica: contributos para a sua elaboração**

**Autor:** Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Diogo Romeu Raposo Ferreira

**Orientador:** Coronel de Infantaria da GNR Óscar Manuel do Nascimento Rocha

**Coorientador:** Dr. João Carlos de Jesus Lázaro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**

**Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, março de 2017**

## **Apresentação**

A presente entrevista insere-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do Grau Mestre em Ciências Militares na Especialidade em Segurança, subordinado ao tema “Planos Individuais de Segurança para vítimas de violência doméstica: contributos para a sua elaboração.”

No âmbito do crime de violência doméstica, e numa perspetiva reativa à consumação do ilícito criminal, a proteção da vítima de violência doméstica contra eventuais ameaças e riscos subsequentes, por parte do agressor, traduz-se num elemento de primordial importância não só para efeitos de garantia da sua segurança e revitimação, em geral, mas também como fator potenciador de denúncia criminal e de normal prossecução da ação penal.

Neste sentido, as alterações introduzidas no regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, aprovadas pela Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro, a qual veio alterar a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, constituem-se como fatores de primordial relevância e pertinência que importa densificar e operacionalizar de forma eficiente e eficaz.

Assim, as ferramentas que este novo enquadramento legal empresta, designadamente a Base de Dados de Violência Doméstica, a Avaliação de Risco da vítima e o Plano Individual de Segurança, são de vital importância para o garante da segurança da vítima, pelo que os mesmos poderão ser enquadrados numa relação de complementaridade e conjugação.

A sua colaboração, através desta entrevista, é fundamental para que se atinjam os objetivos propostos, pelo que agradeço desde já a disponibilidade e atenção dispensadas.

Atenciosamente,

Diogo Romeu Raposo Ferreira  
Aspirante Infantaria GNR

## **APÊNDICE D – GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS**

### **Cabeçalho do guião de entrevista**

**Tema:** “Planos Individuais de Segurança para vítimas de violência doméstica: contributos para a sua elaboração”

**Entrevistador:** Diogo Romeu Raposo Ferreira

### **Bloco A - Caracterização do entrevistado**

**Nome:**

**Cargo/Função:**

**Organização/Instituição:**

**Local:**

**Data:**

**Hora de início:**

**Hora do fim:**

### **Bloco B - Guião de Perguntas:**

**Pergunta 1-** Considera que os antecedentes de condenação transitada em julgado, ou a instauração de ação penal, pelo cometimento do crime de violência doméstica, registado na Base de Dados de Violência Doméstica, podem ser relevantes e ser tidas em consideração para a avaliação de risco da vítima de violência doméstica?

**Pergunta 2-** Considera que o resultado da avaliação de risco da vítima de violência doméstica deverá ser levado em consideração na definição do respetivo Plano Individual de Segurança?

**Pergunta 3-** Considera que a Base de Dados de Violência Doméstica e a avaliação de risco da vítima são elementos relevantes e que, como tal, deverão ser considerados de forma complementar na definição do Plano Individual de Segurança da vítima?

**Pergunta 4-** Em abstrato, considera que os Planos Individuais de Segurança deverão obedecer a um conjunto de medidas e ações padronizadas e pré-estabelecidas, ou, cumulativamente, deverá ter em consideração a existência de outras circunstâncias e medidas específicas e decorrentes a situação individual de cada vítima?

**Pergunta 5-** Considera que no cumprimento das disposições aplicáveis às situações de violência doméstica, o dever que recai sobre a autoridade de polícia localmente competente de adotar os procedimentos necessários para assegurar a proteção policial de vítima de violência doméstica, a qual deve assentar na prestação de orientações de autoproteção ou num plano individualizado de segurança, deverá ser objeto de formação técnica específica?

**Pergunta 6-** Considera que para além das ferramentas supra referidas deveriam existir ainda outros meios, mecanismos, procedimentos, medidas ou ações, tendentes a reforçar a segurança das vítimas de violência doméstica, as quais tivessem impacto na sua segurança e revitimação?

## APÊNDICE E – GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS MILITARES DO NIAVE

### **Cabeçalho do guião de entrevista**

**Tema:** “Planos Individuais de Segurança para vítimas de violência doméstica: contributos para a sua elaboração”

**Entrevistador:** Diogo Romeu Raposo Ferreira

### **Bloco A - Caracterização do entrevistado**

**Nome:**

**Posto:**

**Local:**

**Data:**

**Hora de início:**

**Hora do fim:**

### **Bloco B - Guião de Perguntas:**

**Pergunta 1** - Na elaboração de um Plano Individual de Segurança tem em consideração os resultados obtidos na Ficha de Avaliação de Risco?

**Pergunta 2** - Considera que os instrumentos em análise contêm conselhos a observar ou medidas a adotar pela vítima?

**Pergunta 3** - Na elaboração de um Plano Individual de Segurança utiliza:

- a) Apenas os instrumentos elaborados para o efeito com a adoção de todos os itens?
- b) Apenas os instrumentos elaborados para o efeito com a seleção dos itens que considera mais adequados à situação específica da vítima?
- c) Os instrumentos elaborados para o efeito complementados com outras medidas que considere adequadas à situação específica da vítima?
- d) As medidas que considera mais adequadas à situação específica da vítima sem ter em consideração os instrumentos elaborados?
- e) As medidas que considera mais adequadas encarando o instrumento elaborado como um guia informativo da vítima?

**Pergunta 4** - A articulação do Plano Individual de Segurança às três situações tipo, para “Vítima que vive com o agressor e pensa afastar-se nos próximos meses”, “Vítima que vive com o agressor e pretende continuar” e “Vítima que já não vive com o agressor”, é adequada ao procedimento que se espera perante este tipo de crime?

**Pergunta 5** - Como considera o grau de adesão das vítimas ao Plano Individual de Segurança?

**Pergunta 6** - As vítimas participam na elaboração do Plano Individual de Segurança?

**Pergunta 7** – As vítimas solicitam esclarecimentos adicionais sobre o Plano Individual de Segurança?

**Pergunta 8** – As Vítimas consideram o Plano Individual de Segurança importante?

**Pergunta 9** Considera que os instrumentos criados para a definição do conteúdo dos Planos Individuais de Segurança constituem uma ferramenta útil e adequada?



## APÊNDICE F – GUIÃO DAS ENTREVISTAS ÀS VÍTIMAS

### **Cabeçalho do guião de entrevista**

**Tema:** “*Planos Individuais de Segurança para vítimas de violência doméstica: contributos para a sua elaboração*”

**Entrevistador:** Diogo Romeu Raposo Ferreira

### **Bloco A - Guião de Perguntas:**

**Pergunta 1** – Após a denúncia do crime, sentiu que o risco de ameaça decorrente das situações de ofensa vivenciadas aumentou?

**Pergunta 2** - Como foi a sua participação na realização do Plano Individual de Segurança?

**Pergunta 2.1** - Teve em consideração todos os aspetos que lhe causam receio ou medo?

**Pergunta 3** - Percebeu que o plano de segurança continha medidas de segurança efetivas ou apenas um guia de conselhos de segurança aplicáveis a qualquer pessoa?

**Pergunta 4** - Considera que o Plano Individual de Segurança elaborado se constitui como uma ferramenta adequada a responder à situação de ameaça (perigo) que impende sobre si?

**Pergunta 5** - Foi ouvida sobre as características do agressor?

**Pergunta 6** - Foi ouvida sobre o desenvolvimento da sua vida quotidiana?

**Pergunta 7** - Foi ouvida sobre as condições de segurança da habitação, local de trabalho e outros locais?

**Pergunta 8** - Foi ouvida sobre as ameaças, riscos e receios que impendem sobre si?

**Pergunta 9** - As medidas constantes do seu Plano Individual de Segurança foram-lhe explicadas?

**Pergunta 10**- Qual foi o grau de utilização das medidas previstas no seu Plano Individual de Segurança?

- a) Total, tendo colocado em prática todas as medidas;
- b) Parcial, tendo colocado em prática apenas algumas medidas; (neste caso quantas)
- c) Não utilizou qualquer das medidas previstas. (neste caso porquê)

**Pergunta 11** - Considera que o Plano Individual de Segurança, para a si, é uma ferramenta com utilidade alta, média ou reduzida?

**Pergunta 12** - Considera que o Plano Individual de Segurança, para a si, é uma ferramenta com eficácia alta, média ou reduzida?

## **APÊNDICE G – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

### **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, abaixo assinado, \_\_\_\_\_ compreendi a explicação que me foi fornecida, por escrito e verbalmente, acerca da investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo que irei participar. Foi-me dada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo.

Foi-me dado todo o tempo de que necessitei para refletir sobre esta proposta de participação.

Nestas circunstâncias, decido livremente participar neste trabalho de investigação, tal como me foi apresentado pelo investigador.

**O Investigador**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**O/A Entrevistado/a**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE H – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

### H.1. Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas Exploratórias

Tabela nº 13: Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas Exploratórias

Pergunta	Categoria	Subcategoria	UR	Código da UR
1-Considera que os antecedentes de condenação transitada em julgado, ou a instauração de ação penal, pelo cometimento do crime de violência doméstica, registado na Base de Dados de Violência Doméstica, podem ser relevantes e ser tidas em consideração para a avaliação de risco da vítima de violência doméstica?	<b>A</b> - Relevância dos dados da BDVD para a Avaliação do Risco		Sim	1.1
2-Considera que o resultado da avaliação de risco da vítima de violência doméstica deverá ser levado em consideração na definição do respetivo PIS?	<b>B</b> - Influência da Avaliação do Risco na elaboração do PIS		Sim	2.1
3-Considera que a Base de Dados de Violência Doméstica e a avaliação de risco da vítima são elementos relevantes e que, como tal, deverão ser considerados de forma complementar na definição do PIS da vítima.	<b>C</b> - Relevância e complementaridade entre a BDVD e a Avaliação do Risco na definição do PIS		Sim	3.1
			Não	3.2
4-Em abstrato, considera que os PIS deverão obedecer a um conjunto de medidas e ações padronizadas e pré-estabelecidas, ou, cumulativamente, deverá ter em consideração a existência de outras circunstâncias e medidas específicas e decorrentes a situação individual de cada vítima?	<b>D</b> - O carácter padronizado e pré-estabelecido ou individualizado e específico do PIS		Deve ser cumulativo	4.1
			Ter em consideração apenas medidas específicas	4.2
5-Considera que no cumprimento das disposições aplicáveis às situações de violência doméstica, o dever que recai sobre a autoridade de polícia localmente competente de adotar os procedimentos necessários para assegurar a proteção policial de vítima de violência doméstica, a qual deve assentar na prestação de orientações de autoproteção ou num plano individualizado de segurança, deverá ser objeto de formação técnica específica?	<b>E</b> - A formação técnica específica de quem elabora os PIS		Sim, deverá haver formação técnica específica.	5.1
6-Considera que para além das ferramentas supra referidas deveriam existir ainda outros meios, mecanismos, procedimentos, medidas ou ações, tendentes a reforçar a segurança das vítimas de violência doméstica, as quais tivessem impacto na sua segurança e revitimação?	<b>F</b> - Existência de outros meios, mecanismos, procedimentos, medidas ou ações tendentes a reforçar a	<b>F1</b> - Medidas direcionadas aos agressores	Programas de reabilitação direcionados aos agressores	6.1
			Afastamento do agressor da vítima	6.2
			Detenção do agressor	6.3

	segurança das vítimas de VD		Medidas mais assertivas em relação aos agressores	6.4
		F2- Medidas direcionadas às vítimas	Reforçar a referenciação das vítimas	6.5
			Trabalhar no empoderamento da vítima	6.6
		F3- Medidas a nível ministerial e da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de VD	Existência de redes especializadas e articuladas	6.7
			Troca de informações entre os intervenientes do tratamento do crime de VD	6.8
			Criação de uma norma para a definição do plano	6.9
		F4- Medidas Internas à GNR	Melhorar a distribuição dos militares com formação IAVE	6.10
			Descentralizar os NIAVE	6.11
			Ministrar formação IAVE aos NIC	6.12

Fonte: Autor

## H.2. Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas Exploratórias

Tabela nº 14: Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas Exploratórias

Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
Pergunta nº1 – Relevância dos dados da BDVD para a Avaliação do Risco		
E1	1.1	“Sim, com certeza que sim”
E2	1.1	“Nas fichas “RVD” existe precisamente um item que procura determinar existência de participações criminais anteriores visando aquele(a) agressor(a), sendo naturalmente relevante para a avaliação do risco. Se estivermos perante um agente com um histórico de agressões é considerado um preditor de risco para uma revitimização. Se houver informações anteriores, poder-se-á fazer uma avaliação mais sólida sobre o potencial de risco da situação.”
E3	1.1	“(…) um dos indicadores que faz parte da nossa avaliação do risco é precisamente o facto de a pessoa ter antecedentes criminais e se esses antecedentes se relacionam com Violência Doméstica, uma vez que é possível, através deles, prever um sentimento de impunidade por parte do agressor que pode originar maior perigosidade para a vítima no futuro.”
E4	1.1	“Sim, considero que devem ser tidas em consideração.”
E5	1.1	“Devem ser tomados em conta, existindo um histórico de condenação este tem claramente que ser tido em consideração. É muito diferente o caso em que sabemos de uma série de episódios anteriores, daquele que até ao momento se constitui como uma situação isolada.”
E6	1.1	“Sim, são relevantes e devem ser tidas em consideração. Uma das questões presentes na avaliação do risco é exatamente se o agressor tem antecedentes criminais. É importante que exista esta preocupação acerca do agressor, até para se tentar perceber os seus “modos de funcionamento”, uma vez que normalmente atua da mesma maneira, e as formas de violência são semelhantes.
E7	1.1	“Sim, certamente que sim. Saber se um indivíduo praticou um determinado tipo de crime, sobretudo se falamos de um crime praticado contra as pessoas, é um dado bastante importante, e um indicador de risco a ter em conta na avaliação do risco de VD, não só ao nível da reincidência das agressões mas também ao nível da violência letal.”
E8	1.1	“Sim podem ser relevantes para uma melhor apreciação da avaliação de risco. Importa contudo, primariamente, analisar o quadro legal que cria a atual BDVD

		porque ainda subsistem algumas questões relativamente à sua legalidade que sei que estão a ser objeto de correção pela Secretaria-Geral do MAI.”
E9	1.1	“Sem dúvida que sim, que considero de primordial importância entre outras fontes de informação que se querem trianguladas. Todos os antecedentes criminais, todas as informações passadas ou presentes sobre comportamentos desviantes suscetíveis de tipificarem crime contra as pessoas e contra a integridade física, como é o caso da violência doméstica em todas as suas variantes, podem e são relevantes, podem e devem ser tidos sempre em consideração para a gestão de risco de violência e respetiva avaliação. Até porque, teoricamente o comportamento humano passado é preditor do comportamento futuro, e basta termos a noção de que cerca de pelo menos 1/3 das ocorrências participadas à GNR, os alegados agressores têm já algum tipo de histórico de este ou do outro tipo de ilícito criminal sobre a mesma ou outras vítimas.
E10	1.1	“Sim, podem e devem ser tidas em consideração. A literatura a este respeito refere que um dos melhores preditores de reincidência é ter cometido o crime anteriormente. Por isso, na minha opinião, essa informação deveria ser acessível aos investigadores que tenham de realizar as Avaliações do Risco de VD. E claro, quanto mais informação tiver a ficha de avaliação de risco de violência doméstica, bem como o respetivo auto de notícia, melhor será a decisão o MP sobre este processo/inquérito.”
E11	1.1	“Com certeza que sim. Um crime de investigação prioritária, de acordo com a lei-quadro de política criminal, e classificado como criminalidade violenta e grave, tem que ser alvo de atenção redobrada por parte dos OPC. (...) Nesta perspetiva considero que todas as ferramentas que tivermos à nossa disposição, onde se insere a BDVD, são de facto importantes e têm que ser tidas em consideração.”
E12	1.1	“Claro que sim, uma vez que está em causa um risco de reincidência ou revitimação da vítima.”
<b>Pergunta nº2 – Influência da Avaliação do Risco na elaboração do PIS</b>		
E1	2.1	“Sim, aliás deve ser a base do Plano Individual de Segurança. Este deve ser elaborado em função do nível de risco obtido na ficha de avaliação de risco.”
E2	2.1	“Sim, certamente, (...) quando estamos perante um caso em que foi atribuído risco elevado, o cuidado e o detalhe com que se faz o Plano de Segurança deverá ser reforçado. Não obstante, independentemente do nível de risco que é atribuído, é sempre feito um Plano de Segurança, até porque o nível de risco é dinâmico, e um caso de risco médio ou baixo pode passar a ser de risco elevado, em muito pouco tempo. Sempre que é feita uma reavaliação do risco tem que ser também atualizado o respetivo Plano de Segurança sendo que estes planos não são estanques e devem ser atualizados sempre que o risco é reavaliado.”
E3	2.1	“Sim, e é fundamental que assim seja. Não podemos desenhar um Plano Individual de Segurança sem termos em consideração todos os fatores de risco que estão inerentes à própria vítima (...)”
E4	2.1	“Sim, um plano desenhado para uma vítima é com certeza diferente de outro realizado para outras vítimas. Um plano elaborado tendo em consideração um risco médio é diferente de um realizado para um risco elevado.”
E5	2.1	“Estão claramente associados e não podem ser desassociados. A própria definição do Plano Individual de Segurança tem subjacente uma avaliação do risco para posteriormente se poder fazer a sua gestão. O Plano Individual de Segurança é, no fundo, a continuação da avaliação de risco”.
E6	2.1	“Considero extremamente importante, se assim não for não valerá a pena fazer a avaliação de risco. A avaliação do risco pressupõe a gestão do risco, e gerir o risco é construir o Plano Individual de Segurança, é por isso fundamental que uma coisa se construa a partir da outra.
E7	2.1	“Claramente, e faz todo o sentido que assim o seja. O Plano Individual de Segurança tem que ser elaborado em consonância com o risco que foi aferido durante a avaliação, tendo que ser ajustado ao nível de risco obtido”
E8	2.1	“Sim. Consoante a avaliação de risco o Plano Individual de Segurança deveria ser ajustado de forma quase individualizada à respetiva vítima.”
E9	2.1	“Considero que o resultado da avaliação, e das reavaliações sucessivas, do risco devem, e têm, de ser tidas em consideração nas recomendações vertidas e elaboradas com a vítima, ou vítimas, nos seus Planos de Segurança pessoal. Até porque desta 1.ª avaliação às sucessivas reavaliações, os planos de segurança individual devem e podem ser ajustados com a vítima. Por exemplo, se for decretada prisão preventiva ao alegado agressor, haverão recomendações no Plano de Segurança que deixarão de fazer sentido, mas sem dúvida que outras deverão ser consideradas.”

E10	2.1	“Sim e faz sentido que assim seja. Avaliar o risco ajuda a conhecer a etiologia do fenómeno criminal e vice-versa.”
E11	2.1	“A avaliação do risco é também bastante importante e deve ser tida em consideração na definição do PIS.”
E12	2.1	“Sim, pese embora não seja um processo matemático. Isto é, a ficha RVD influencia mas não nos podemos ficar apenas pela mesma, a parte da intuição é muito importante.”
<b>Pergunta nº3 – Relevância e complementaridade entre a BDVD e a Avaliação do Risco na definição do PIS</b>		
E1	3.1	“Sim. Na minha opinião devem ser considerados não só de forma complementar, mas de forma integrante no Plano Individual de Segurança da vítima.”
E2	3.1	“Consoante os resultados da avaliação de risco e das reavaliações de risco é necessário adaptar o Plano de Segurança. (...) Quanto à Base de Dados assume-se como um elemento relevante para a definição do Plano de Segurança. (...) Em suma, quanto mais informações existirem na realização da avaliação de risco (e mais variadas as fontes de informação) mais benéfico é para o processo e para a vítima.”
E3	3.1	“Sim, são elementos relevantes (...) é da nossa opinião de que quando a vítima apresenta queixa, os casos de reincidência deveriam logo ser considerados como um fator de risco”
E4	3.1	“Sim, são elementos relevantes.”
E5	3.1	“Sim, quanto mais holística for a abordagem maior é o rigor daquilo que é definido em relação à vítima.”
E6	3.1	“Quando diz complementar eu diria até “fundamentais para a definição do Plano Individual de Segurança da vítima”. Todos os dados que constem na Base de Dados de VD devem ser tidos em conta (situações anteriores de violência, uso de armas...) para a elaboração do Plano Individual de Segurança”
E7	3.1	“Sim, todas elas nos fornecem informações complementares. Faz todo o sentido serem tidas em consideração na definição do plano, uma vez que são a base da elaboração do mesmo.”
E8	3.1	“Sim são elementos relevantes, o problema coloca-se apenas em como operacionalizar a utilização desta forma complementar. Importa aqui efetuar uma análise sobre como efetuar isso.”
E9	3.2	“Ambos os instrumentos, um de gestão e um de avaliação de risco efetivo, são importantes, mas não são complementares, para elaborar o Plano Individual de Segurança.”
E10	3.1	“Quer um quer o outro são ferramentas importantes para conhecer melhor o fenómeno da VD. Conhecer o fenómeno permite tomar medidas profiláticas para prevenir o que se puder e combater de forma mais eficaz quando falha essa prevenção.”
E11	3.1	“Sim, devem ser considerados de forma complementar na definição do PIS.”
E12	3.1	“Sim, faz sentido que sejam complementares.”
<b>Pergunta nº4 – O carácter padronizado e pré-estabelecido, ou individualizado e específico do PIS</b>		
E1	4.1	“Acho que deve ser cumulativo. Isto é, deve existir um padrão que auxilie o elemento que elabora o Plano Individual de Segurança, sendo no entanto essencial respeitar a vontade e a situação individual de cada vítima. É fundamental que não se fique apenas pelas informações que estão padronizadas uma vez que um Plano de Segurança elaborado para todos perde a conotação de Individual.”
E2	4.1	“Cada Plano de Segurança tem que permitir uma margem para se ajustar a cada caso concreto. Apesar de existirem três modelos de planos (pré-definidos), disponíveis para utilização pelas FS, em cada um deles é possível acrescentar informações, podendo existir também a hipótese de haver um conjunto de itens que num caso específico não se adequem, podendo por isso ser riscados. (...) De realçar a existência de uma aplicação disponível na intranet do MAI para as FS elaborarem planos de segurança que podem ser personalizados.”
E3	4.1	“Há um conjunto de medidas padrão que temos que ter em conta, no entanto cumulativamente a isto têm que estar sempre presentes as circunstâncias em que a vítima se encontra no momento, quer pessoais, sociais, socioculturais, ou até religiosas.”
E4	4.1	“Os planos individuais devem ser sempre trabalhados em conjunto com a vítima, valorizando e rentabilizando as estratégias de segurança que ela própria já desenvolveu, e que muitas vezes não são valorizadas. (...) Um plano de segurança é muito mais do que entregar um folheto à vítima com algumas estratégias de segurança, porque só o entregar um folheto até pode colocar a vítima em maior risco. No entanto acaba sempre por haver alguns pontos em comum com todos os planos e que são incontornáveis.”

E5	4.1	“Tem que ser claramente cumulativa, ou seja, tem que se partir de padrões que são ajustados previamente e que servem como um fio-condutor.”
E6	4.1	“As duas coisas. (...) Terá que existir para cada situação um trabalho individual, uma vez que um plano geral serve, mas não serve para toda a gente.”
E7	4.1	“Os Planos Individuais de Segurança devem ser sempre construídos para uma vítima em específico. Eles não podem ser padronizados e não podem obedecer a um conjunto de estratégias já definidos. Quando é elaborado um Plano Individual de Segurança ele tem que fazer sentido para aquela pessoa, tem que ser “co-construído” com a vítima, logo tem que ser ajustado às necessidades específicas daquela pessoa, e não obedecer a um conjunto de orientações pré-definidas.”
E8	4.1	“A situação atual é obedecer a um conjunto de medidas e ações padronizadas e pré-estabelecidas, todavia devia ser efetuada uma evolução para a existência de outras circunstâncias e medidas específicas e decorrentes da situação individual de cada vítima. (...) Em relação aos militares dos NIAVE julgo que ainda elaboram os PIS seguindo um conjunto de medidas e ações padronizadas e pré-estabelecidas.”
E9	4.1	“Há recomendações transversais nos Planos Individuais de Segurança para toda e qualquer vítima durante e após um ato violento, mas haverá recomendações ao plano ajustável à situação e aos intervenientes”
E10	4.1	“Os Planos de Segurança têm um conjunto de variáveis que são comuns a todas as vítimas, pelo que faz sentido o seu caráter híbrido, ou seja, igual em alguns campos e dinâmico em campos específicos, até porque esse instrumento terá de ser ajustável às vítimas homens, idosos, ou outras que possam recorrer aos nossos serviços.”
E11	4.1	“Apesar de existirem três situações pré-concebidas, cada vítima é uma vítima e os PIS devem ser adaptados/personalizados ao caso concreto, sendo certo que, para se ter em conta a situação, tem de existir também a colaboração por parte da vítima. (...) Eu creio que os militares dos NIAVE seguem os dois procedimentos. Numa primeira fase através da avaliação do risco vamos obter o nível de risco a que ela está sujeita e depois sim, vamos individualizar o Plano e adaptar a cada vítima em específico.”
E12	4.1	“As duas coisas. Podemos ter um documento com medidas padronizadas, no entanto tem que haver uma individualização com as particularidades de cada caso. Portanto, manter uma parte pré-estabelecida e outra que fica a cargo do militar que elabora o Plano. Penso que os militares dos NIAVE têm em atenção as recomendações de segurança elaboradas pelo MAI em conjunto com a sua intuição em cada caso ( como por exemplo perguntar se a vítima autoriza que vão à sua casa e ao seu local de trabalho com alguma frequência, perguntar a que horas podemos bater à porta, perguntar se prefere lá ver militares fardados ou com traje civil...).”
<b>Pergunta nº5 – Formação técnica específica de quem elabora os PIS.</b>		
E1	5.1	“Sim, já existe formação, no entanto pode e deve ser melhorada. É muito importante que se invista na formação técnica dos elementos que tratam este tipo de crime.”
E2	5.1	“Sim, tem que existir uma formação específica, pois a elaboração de um Plano de Segurança é feita em colaboração com a vítima, e quanto maior formação tiverem os elementos do atendimento em 1ª linha, maior é a garantia de que a vítima foi bem acompanhada, e de que o Plano de Segurança foi elaborado contendo um conjunto de medidas que fazem sentido naquele caso. É essencial também a atualização de conteúdos, por exemplo através de ações de formação, sendo que no caso dos Planos de Segurança, tendo em conta que foram criados e disponibilizados em 2010/2011, é importante que se adotem medidas de atualização.”
E3	5.1	“Claramente, (...) é de extrema importância que as FS tenham elementos especialistas com um enorme conhecimento nesta área, para que possam, numa primeira fase, agir competentemente (...) “
E4	5.1	“Deverá com certeza ser objeto de formação técnica específica”
E5	5.1	“Sim, tem que haver formação específica. A formação deve incidir fundamentalmente no “saber fazer”, ou seja, como aplicar e como tirar o máximo proveito dos instrumentos existentes.”
E6	5.1	“Obviamente, e sempre. Questões como a avaliação do risco, como são elaborados os Planos Individuais de Segurança, o que é gerir o risco, é algo que tem que ser do domínio do profissional de segurança.”
E7	5.1	“Claramente. Para poder ser feita a avaliação e gestão do risco, os militares deverão ter formação específica para isso. Tem que se investir na formação específica de quem vai fazer este tipo de avaliação e gestão deste risco.”



E8	5.1	“Sim deveria haver uma formação técnica específica relativa aos planos individuais de segurança. Não digo que deveria ser criado um novo curso, mas sim uma formação modular para ser ministrada aos militares dos NIAVE e das Secções de Inquéritos dos PTers, por exemplo, na formação contínua de atualização e aperfeiçoamento, com periodicidade anual.”
E9	5.1	“Sem dúvida, a formação técnica é fundamental, deve ser contínua, e sistemática. Deve ser ao nível dos cursos de formação de base, guardas e oficiais da GNR, deve ser contínua, deve ser ministrada nos cursos de especialização e subespecialização e deve ser permanente. (...) Sim a formação nesta área com especialistas e técnicos credenciados é vital.”
E10	5.1	“A formação é essencial para todos os intervenientes nesta problemática. É necessário nivelar os conhecimentos sobre o fenómeno e a linguagem técnica que é utilizada pelas diversas áreas do conhecimento”
E11	5.1	“Sim, é necessário existir mais formação para os militares que elaboram o PIS e lidam diariamente com o crime de VD (...) Só assim serão capazes de pôr em prática e tirar o máximo rendimento das ferramentas previstas pela Lei n.º 112/2009, e que já tive oportunidade de referir, da teleassistência ou dos meios eletrónicos, como medida de afastamento do agressor para com a vítima.”
E12	5.1	“Sim, claro que sim. As orientações são uma coisa relativamente simples, no entanto é necessário obrigatoriamente haver formação para se elaborar um Plano de segurança em conjunto com a vítima. (...) Em suma, a formação em VD é muito importante e tem que ser ministrada logo na base (curso de guardas) sendo atualizada regularmente.”
<b>Pergunta nº6 – Existência de outros meios, mecanismos, procedimentos, medidas ou ações tendentes a reforçar a segurança das vítimas de VD</b>		
E1	6.1	“Os programas direcionados aos agressores são importantes para que eles percebam que existe controlo social e que os seus atos não são aceites, quer do ponto de vista pessoal, quer social. E quanto a este ponto julgo que ainda existe um longo caminho a percorrer, (...) a longo prazo têm que ser trabalhadas e acompanhadas tanto as vítimas como os agressores.”
E2	6.2	“(…) em relação ao agressor poderiam ser tomadas mais algumas medidas, tendo em conta aquilo que é realizado noutros países. Nestes existe aquilo que se designa por “go-orders”, onde as forças policiais detêm o poder, mediante determinados critérios, de afastar o agressor da vítima de VD sem estar à espera de uma decisão judicial. Em Portugal, muitas vezes são as vítimas que têm que abandonar a sua casa e alterar a sua vida, sendo isto por si só uma forma de revitimação. A FS pode deter em flagrante delito em determinadas situações, no entanto ainda existe a “tradição” de aguardar a decisão judicial, um pouco com receio que mais tarde essa medida não seja validada.”
	6.8	“Outra questão que deveria ser alvo de reflexão é o facto da FS não ter conhecimento da libertação de um agressor após este ter cumprido pena de prisão.”
E3	6.3	“Sim. Relativamente ao agressor há medidas que deveriam ser imediatamente postas em prática. Tal como é feito em alguns países da Europa, havendo dúvidas em relação a um caso concreto deveria sempre proceder-se à detenção do agressor. Principalmente nas horas seguintes à agressão as vítimas deveriam ter algum tempo para tomarem algumas decisões e lhes ser aplicadas algumas medidas de segurança”
E4	6.4	“Sim, penso que em Portugal as medidas em relação aos agressores têm que ser mais rigorosas, para no mínimo permitir às vítimas terem um tempo para poderem decidir alguma coisa”
E5	6.1	“O combate ao crime de VD implica não só o apoio às suas vítimas, mas por outro lado também o acompanhamento dos agressores. Estamos a falar por um lado de programas que possam melhorar a vida das vítimas (como a teleassistência, as visitas policiais...), e por outro nos cuidados a ter com o autor do crime (tendo como finalidade a prevenção da reincidência).”
	6.8	“Outra questão que poderia ser melhorada é a troca de informações entre os intervenientes no tratamento do crime de VD, uma vez que embora haja informação que não pode ser partilhada, também existe aquela que pode e deve ser partilhada.”
E6	6.5	“Têm que existir formas de referência muito claras, para que a vítima tenha mais apoios, e os tenha a vários níveis. Por exemplo um sistema em que a polícia, com a devida autorização, referencia uma vítima não só no que diz respeito à sua segurança mas também no que respeita à saúde, educação, etc.”



	6.7	“É fundamental que existam redes especializadas e articuladas onde todos o técnicos dominem as questões subjacentes a esta problemática, e toda a gente conheça o seu papel dentro desta.”
E7	6.2	“Sobretudo algumas medidas mais administrativas que ainda não são aplicadas em Portugal. Por exemplo a medida de saída do agressor de casa após a denúncia, tal como previsto na Convenção de Istambul e que Portugal não adota.”
	6.3	“Ou por exemplo a detenção fora de flagrante delito, que já está prevista na nossa lei mas que ainda existe alguma dificuldade em ser aplicada.”
	6.4	“Podemos referir também algumas coisas que neste momento são aplicadas, no entanto não o são em tempo útil e oportuno, como algumas medidas de coação (medidas de afastamento, proibição de contacto,...)”.
E8	6.6	“Sim. Atualmente a ótica está muito centrado no tratamento do agressor, existem já todo um conjunto de cursos que atuam sobre o controlo da agressividade do agressor. Na minha opinião isto é muito importante, contudo tem que se começar também a trabalhar e a falar no empoderamento das vítimas, o que algumas ONG já trabalham e falam. Julgo que este âmbito constitui todo um campo para reforçar a segurança das vítimas de violência doméstica.”
	6.12	“Atualmente na DIC estamos a analisar o atual modelo constituído por militares dos NIAVE e militares das Secções de Inquéritos com formação especializada. Temos que melhorar o atual modelo, várias possibilidades estão em cima da mesa, como por exemplo dar formação específica a militares dos NIC de forma a otimizar os recursos humanos.”
E9	6.8	“Claro que sim, e o melhor instrumento, é a comunicação e a escuta ativa e eficaz.”
	6.1	“Cada vez mais se deverá investir num projeto de Lei sobre Agressores da mesma forma e intensidade que se investiu nos últimos 20 anos no nosso país com as vítimas enquanto tivermos agressores teremos vítimas.”
E10	6.2	“Penso que poderíamos adotar mecanismos de proteção à vítima mais moderados. Seria de considerar a possibilidade de permitir à Polícia que notificasse o agressor para se afastar da residência por um determinado período até que se pudesse investigar melhor o caso. Caso ele violasse essa ordem, aí sim, era detido.”
E11	6.2	“Quanto ao agressor é necessário que lhe seja prestada maior atenção no âmbito processual. Na minha opinião, deve ser este a ser afastado da vítima e do lar de família, e não o contrário.”
	6.11	“Face à dispersão territorial, nos Postos Territoriais foram criadas as EII que realizavam todos os restantes inquéritos de VD. Com o Despacho 18/14 – OG estas foram extintas, pelo que, atualmente, todos os processos de VD são remetidos aos NIAVE (...). A meu ver, esta solução tem de ser objeto de um estudo alargado para encontrar uma resposta mais eficaz, que, no terreno, contemple mecanismos de coordenação (investigação criminal operativa vs criminalística - recolha da prova no local do crime) (...) Da experiência que tenho, julgo que poderá passar por uma descentralização dos NIAVE das capitais de distrito, que permitia, no âmbito duma escala técnica, a deslocação ao local do crime para ativação do NAT e recolha da prova.”
	6.10	“Em alternativa, por analogia ao que aconteceu com os NIC-D, que deixaram a sede dos CTer, para integrarem os NIC, também, militares com formação IAVE, constituídos em equipas, poderiam ser colocados nos NIC, ficando responsáveis pelo crime de VD na ZA do respetivo Destacamento Territorial.”
E12	6.9	“(…) entramos noutra questão que é existir uma norma ministerial a definir como é que um Plano é feito (parte padronizada), e que abranja todos os OPCs que tratam o crime de VD. Atualmente existem apenas uma série de recomendações de segurança, e não um plano de segurança (...)”
	6.10	“Na minha opinião deveríamos garantir que todos os Postos tinham militares com formação IAVE (1ª linha) (...) deveria haver uma descentralização dos militares dos NIAVE que passava por exemplo por estarem junto dos NIC de cada CTer. Ficando mais próximos dos militares dos Postos Territoriais agilizando a articulação entre todos, e criando uma maior proximidade.”

Fonte: Autor

# APÊNDICE I – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS AOS MILITARES DOS NIAVE

## I.1. Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas aos Militares dos NIAVE

Tabela nº 15: Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas aos Militares dos NIAVE

Pergunta	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
1- Na elaboração de um PIS tem em consideração os resultados obtidos na Ficha de Avaliação de Risco?	<b>A</b> - Utilização dos resultados obtidos na Ficha RVD na elaboração do PIS	<b>A - Sim</b>	1.1
		<b>B - Não</b>	1.2
2- Considera que os instrumentos em análise contêm conselhos a observar ou medidas a adotar pela vítima?	<b>B</b> - Conteúdo do PIS	<b>A – Contêm conselhos a observar pela vítima</b>	2.1
		<b>B – Contêm conselhos e medidas</b>	2.2
3- Na elaboração de um PIS utiliza: a) Apenas os instrumentos elaborados para o efeito com a adoção de todos os itens? b) Apenas os instrumentos elaborados para o efeito com a seleção dos itens que considera mais adequados à situação específica da vítima? c) Os instrumentos elaborados para o efeito complementados com outras medidas que considere adequadas à situação específica da vítima? d) As medidas que considera mais adequadas à situação específica da vítima sem ter em consideração os instrumentos elaborados? e) As medidas que considera mais adequadas encarando o instrumento elaborado como um guia informativo da vítima?	<b>C</b> - Elementos utilizados na elaboração do PIS	<b>A – Alínea b)</b>	3.1
		<b>B – Alíneas b) e c)</b>	3.2
		<b>C – Alínea c)</b>	3.3
		<b>D – Alínea e)</b>	3.4
4- A articulação do PIS às três situações tipo, para “Vítima que vive com o agressor e pensa afastar-se nos próximos meses”, “Vítima que vive com o agressor e pretende continuar” e “Vítima que já não vive com o agressor”, é adequada ao procedimento que se espera perante este tipo de crime?	<b>D</b> - Adequação da articulação dos PIS	<b>A – Adequada</b>	4.1
		<b>B – Pode ser melhorada</b>	4.2
		<b>C – Não é adequada</b>	4.3
5- Como considera o grau de adesão das vítimas ao PIS?	<b>E</b> - Grau de adesão das vítimas ao PIS	<b>A – Aderem positivamente.</b>	5.1
		<b>B – Só algumas aderem</b>	5.2
		<b>C – Não existe <i>feedback</i> das vítimas</b>	5.3
		<b>D – Aderem negativamente</b>	5.4
6- As vítimas participam na elaboração do PIS?	<b>F</b> - Participação das vítimas na elaboração do PIS	<b>A - Participam</b>	6.1
		<b>B – Não participam</b>	6.2
		<b>C – Raramente participam</b>	6.3
		<b>D – Não consigo responder</b>	6.4
7- As vítimas solicitam esclarecimentos adicionais sobre o PIS?		<b>A – Sim, sempre</b>	7.1
		<b>B – Sim, algumas vezes</b>	7.2

	<b>G</b> - Pedidos de esclarecimentos adicionais acerca do PIS pelas vítimas	<b>C – Não, nunca</b>	7.3
8- As vítimas consideram o PIS importante?	<b>H</b> - Importância atribuída ao PIS por parte das vítimas	<b>A – Sim, todas consideram</b>	8.1
		<b>B - Sim, algumas consideram</b>	8.2
		<b>C – Impossibilidade de resposta</b>	8.3
9- Considera que os instrumentos criados para a definição do conteúdo dos PIS constituem uma ferramenta útil e adequada?	<b>I</b> - Utilidade e adequação dos instrumentos criados para a definição do conteúdo dos PIS	<b>A – São úteis e adequados</b>	9.1
		<b>B – São úteis mas não são adequados</b>	9.2
		<b>C – Não são úteis nem adequados</b>	9.3

Fonte: Autor

## I.2. Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas aos Militares dos NIAVE

Tabela nº 16: Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas aos Militares dos NIAVE

Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
<b>Pergunta nº1 – Utilização dos resultados obtidos na Ficha RVD na elaboração do PIS</b>		
E1	1.2	“Não, uma vez que o PIS é elaborado sempre, qualquer que seja o nível de risco obtido na ficha RVD”
E2	1.2	“Não.”
E3	1.2	“Não, porque os PIS são sempre elaborados independentemente do risco.”
E4	1.2	“Por norma não, temos em consideração apenas a situação atual da vítima.”
E5	1.2	“Não, não tenho.”
E6	1.2	“Não.”
E7	1.2	“Não, uma vez que o plano é sempre entregue independentemente do resultado da avaliação do risco.”
E8	1.2	“Não.”
E9	1.2	“Não, são coisas distintas. Penso que um resultado de risco médio não tem que ter um plano diferente de um risco elevado, embora na minha opinião não exista um plano de segurança mas sim recomendações de segurança.”
E10	1.1	“Sim, tenho. Construo o plano de acordo com o resultado obtido na ficha de avaliação de risco.”
E11	1.1	“Sim, tenho”
E12	1.1	“Supostamente tem-se sempre em consideração o resultado da avaliação do risco.”
E13	1.1	“Sim. Para além dos resultados obtidos damos bastante atenção à vontade da vítima, uma vez que o resultado até pode ser elevado mas as vítimas não desejam avançar com o processo, e nem sequer aceitam os documentos que lhes damos.”
E14	1.1	“Se se fizer um Plano Individual de Segurança à vítima tenho em consideração a avaliação do risco. Se a avaliação do risco for baixa o plano de segurança não é elaborado com tanto rigor como se a avaliação de risco for elevada.”
E15	1.1	“Sim, temos em consideração a ficha RVD.”
<b>Pergunta nº2 – Conteúdo do PIS</b>		
E1	2.1	“Considero que têm conselhos importantes para a vítima.”
E2	2.2	“Considero que têm conselhos e medidas importantes para a vítima.”
E3	2.2	“Considero que têm conselhos e medidas importantes para a vítima.”
E4	2.1	“Medidas não diria, mas considero que têm bons conselhos para a vítima.”
E5	2.2	“Considero que têm ambos.”
E6	2.2	“Considero que têm ambos.”
E7	2.2	“Considero que têm ambos.”
E8	2.2	“Considero que têm ambos.”
E9	2.1	“Contêm conselhos a observar pela vítima.”
E10	2.2	“Sim, têm ambos.”
E11	2.1	“Tem uma série de conselhos.”
E12	2.2	“Considero que têm conselhos e medidas importantes para a vítima.”
E13	2.2	“Considero que têm ambos.”

E14	2.2	“Considero que <b>têm ambos</b> . Há muitas coisas que lá estão que a vítima deve adotar.”
E15	2.1	“Sim, nós próprios informamos a vítima que <b>tem conselhos</b> que deve ler e seguir para aumento da sua própria segurança.”
<b>Pergunta nº3 – Elementos utilizados na elaboração do PIS</b>		
E1	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> ”
E2	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> Acabamos sempre por fornecer contatos, por exemplo no nosso caso os contactos da UMAR. É um pouco ingrato estar a falar em seleccionar os itens em específico uma vez que a aplicação que permite escolher as partes mais adequadas atualmente não funciona, e não permite a sua seleção.”
E3	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> Acabamos sempre por fornecer contatos, por exemplo das instituições de apoio, dos Postos, etc...”
E4	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> Embora quanto à seleção dos itens mais importantes, não se consiga fazer via informática, uma vez que a plataforma demora muito tempo e inviabiliza esse processo. O que faz com que se imprima sempre o plano com todos os itens possíveis.”
E5	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> ”
E6	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> Um aspeto que é sempre introduzido por nós é o contacto do Posto Territorial das associações de apoio à vítima da zona.”
E7	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> ”
E8	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> ”
E9	3.4	“ <b>Utilizo a alínea e).</b> A ter de acrescentar alguma coisa às recomendações de segurança do MAI são os contactos do Posto e das instituições de apoio à vítima.”
E10	3.3	“ <b>Utilizo a alínea c).</b> ”
E11	3.4	“ <b>Utilizo a alínea e).</b> ”
E12	3.2	“ <b>Utilizo as alíneas b) e c).</b> ”
E13	3.3	“ <b>Utilizo a alínea c).</b> ”
E14	3.1	“ <b>Utilizo a alínea b),</b> acrescentando apenas alguns contactos.”
E15	3.3	“ <b>Utilizo a alínea c).</b> Cada vítima é diferente de outra, daí ter que ser ajustado o Plano de Segurança, tendo sempre em consideração a vontade da vítima.”
<b>Pergunta nº4 – Adequação da articulação dos PIS</b>		
E1	4.2	“ <b>Sim, embora possam haver mais do que estes três.</b> Estes focam a vítima no contexto de casal. Por exemplo num caso em que agressão acontece de pai para filho, ou vice-versa, julgo que estes três tipos de situações não são as mais adequadas.”
E2	4.2	“ <b>Sim, embora haja sempre ajustes a fazer.</b> ”
E3	4.1	“ <b>Sim.</b> ”
E4	4.1	“ <b>Sim.</b> ”
E5	4.1	“ <b>Sim.</b> Embora haja estes três tipos de situações padronizadas em todas elas o elemento que elabora o Plano deve assumir a situação como sendo única, tomando medidas individualizadas.”
E6	4.1	“ <b>Sim, no geral sim.</b> ”
E7	4.1	“ <b>Sim.</b> ”
E8	4.1	“ <b>Sim.</b> ”
E9	4.3	“ <b>É impossível conseguir adequar o que quer que seja fazendo este tipo de agrupamentos.</b> Cada vítima é uma vítima, uma vez que falamos de comportamentos humanos. Neste tipo de crime é muitíssimo frequente a mudança de vontades por parte da vítima, e se no dia pensa em sair de casa, no outro já não deseja sair de lá.”
E10	4.1	“ <b>Sim, penso que sim.</b> ”
E11	4.2	“ <b>Sim, embora na minha opinião se deva demover a vítima a afastar do agressor, achando portanto a situação “Vítima que vive com o agressor e pretende continuar” desadequada.</b> ”
E12	4.1	“ <b>Sim.</b> O nosso objetivo é sempre retirar a vítima debaixo da alçada do agressor, por isso mesmo quando ela pretende continuar com o agressor é-lhe também entregue a parte do plano que versa as medidas a tomar caso pretenda sair de casa.”
E13	4.1	“ <b>Sim, são os três grandes grupos de situações.</b> ”
E14	4.2	“ <b>É relativamente adequada, talvez esteja na altura de ser aprimorada.</b> ”
E15	4.1	“ <b>Sim. São as três situações que quase sempre se verificam.</b> ”
<b>Pergunta nº5 – Grau de adesão das vítimas ao PIS</b>		
E1	5.3	“Por norma <b>as vítimas não nos dão o feedback</b> do Plano que lhes foi elaborado.”
E2	5.1	“Eu penso que <b>aderem positivamente.</b> ”
E3	5.3	“ <b>Não temos o feedback das vítimas,</b> quanto a esse aspeto.”
E4	5.2	“Depende da vítima, <b>muitas aderem, outras nem por isso.</b> ”

E5	5.2	“É relativo. Por vezes a situação de fragilidade em que se encontram as vítimas faz com que desvalorizem um pouco o Plano uma vez que antes de ele ser elaborado normalmente a vítima já teve que relatar os factos para constar no auto de denúncia e ter respondido às vinte questões da avaliação do risco.”
E6	5.3	“Não temos noção do grau de adesão das vítimas ao Plano uma vez que normalmente não se volta a falar nele com a vítima.”
E7	5.1	“Penso que aderem bastante ao Plano, no entanto tenho noção que não leem todos os itens que este contém.”
E8	5.3	“Muitas vezes não temos o feedback das vítimas, não tendo por isso essa noção.”
E9	5.2	“Muitas delas consideram uma boa medida, outras não.”
E10	5.1	“As vítimas utilizam o Plano.”
E11	5.4	“Penso que não aderem muito.”
E12	5.2	“Depende da fase em que a vítima se encontra. Penso que lhe dão muita importância na fase imediatamente após agressão, quando fazem as pazes e existe um apaziguamento a importância é muito menor.”
E13	5.2	“Acho que demonstram pouco interesse, embora existam algumas que aderem bastante ao plano.”
E14	5.4	“Considero que é mais um papel que elas levam para casa. Aliás, não tenho sequer a noção se o lêem ou não.”
E15	5.1	“Aderem positivamente, no entanto a vítima é confrontada com muita informação em simultâneo (termo de notificação, estatuto de vítima, avaliação de risco, plano de segurança), o que dificulta bastante a perceção do que realmente significa o Plano Individual de Segurança.”
<b>Pergunta nº6 – Participação das vítimas na elaboração do PIS</b>		
E1	6.1	“Sim.”
E2	6.1	“Penso que sim.”
E3	6.1	“Sim, penso que sim.”
E4	6.1	“Sim.”
E5	6.1	“Sim.”
E6	6.1	“Sim.”
E7	6.1	“Sim.”
E8	6.1	“Sim.”
E9	6.1	“Sim, colaboram no Plano informal que nós, por nossa iniciativa, fazemos intra GNR, porque as recomendações do MAI pouca margem de manobra têm para que elas participem.”
E10	6.1	“Elas colaboram e aceitam o documento que lhes damos.”
E11	6.3	“Raramente.”
E12	6.1	“Sim, na altura aderem sempre.”
E13	6.2	“Se falarmos no documento fornecido pelo MAI a resposta é não, porque é um documento já elaborado, ou seja, não há participação. Quando falamos no Plano “informal” que nós fazemos, em que são tomadas algumas medidas intra GNR, a resposta é sim.”
E14	6.4	“Não tenho dados que me permitam responder a esta questão. Quando chegamos à fase da elaboração do Plano as vítimas já estão um pouco saturadas com todo o expediente.”
E15	6.1	“Sim.”
<b>Pergunta nº7 – Pedidos de esclarecimentos adicionais acerca do PIS pelas vítimas</b>		
E1	7.1	“Sim, por exemplo quando não percebem o significado de uma frase.”
E2	7.1	“Sim, penso que sim.”
E3	7.2	“Às vezes.”
E4	7.2	“Sim, embora nem todas o façam.”
E5	7.1	“Sim, sempre.”
E6	7.2	“Sim, algumas vezes.”
E7	7.2	“Nem sempre.”
E8	7.1	“Sim”
E9	7.1	“Apenas o contacto do Posto Territorial e de outras organizações de apoio à vítima.”
E10	7.1	“Sim, solicitam.”
E11	7.1	“Sim, normalmente pedem contactos por exemplo de instituições de apoio à vítima.”
E12	7.2	“Não solicitam muito esclarecimentos.”
E13	7.2	“Raramente.”
E14	7.3	“Nunca tive uma vítima a perguntar-me algo sobre o Plano Individual de Segurança.”
E15	7.2	“Poucas vezes.”

Pergunta nº8 – Importância atribuída ao PIS por parte das vítimas		
E1	8.2	“Algumas consideram, outras vêm apenas como mais um papel.”
E2	8.1	“Sim, consideram.”
E3	8.2	“Algumas sim, outras olham para ele como sendo apenas mais um papel.”
E4	8.2	“Algumas sim, aquelas que não apresentam denúncia, ou seja, é outra pessoa a fazê-lo normalmente não o consideram importante.”
E5	8.2	“Algumas consideram outras nem por isso.”
E6	8.1	“Sim.”
E7	8.1	“Sim.”
E8	8.3	“Não temos esse feedback por parte delas.”
E9	8.1	“Sim, embora sendo as informações constantes no Plano bastante escassas para o tratamento deste tipo de crime.”
E10	8.1	“Sim, a maioria considera.”
E11	8.1	“Penso que sim.”
E12	8.1	“Sim, quanto mais não seja acaba por ser um suporte para os profissionais que lidam com este tipo de crime.”
E13	8.3	“Se assim o consideram não o mencionam.”
E14	8.1	“Penso que sim. É mais uma forma de terem atitudes que as possam ajudar.”
E15	8.3	“Nós queremos acreditar que sim, mas não lhe consigo responder a essa pergunta.”
Pergunta nº9 – Utilidade e adequação dos instrumentos criados para a definição do conteúdo dos PIS		
E1	9.2	“Muito honestamente, é útil mas não é em nada adequada. Em primeiro lugar não é possível elaborar o Plano através da aplicação concebida para o efeito, logo não se conseguem selecionar as partes pretendidas, e acabam sempre por ser impressas todas elas. Depois penso que também existe alguma falta de formação base dos militares em relação à VD (...) Sendo este o único crime de investigação prioritária da GNR, penso que não tem a importância que lhe é merecida, e que deveria começar desde logo na formação.”
E2	9.3	“Penso que não, a minha opinião é que atualmente se entregam demasiados “papéis” às vítimas e numa situação em que estas se encontram fragilizadas acaba por piorar um pouco a sua situação.”
E3	9.2	“Poderiam ser mais adequados ao crime em questão, mas sim, são úteis.”
E4	9.1	“Sim, penso que sim.”
E5	9.1	“Sim.”
E6	9.1	“Sim.”
E7	9.1	“Sim, penso que sim.”
E8	9.2	“Sim, penso que é útil, embora pudesse ser mais adequada ao tipo de crime em questão.”
E9	9.2	“É uma ferramenta útil (...) Penso que, a par das recomendações que atualmente existem deveria existir um Plano de Segurança também vocacionado para as FS, com medidas dentro da instituição de forma a promover a segurança da vítima. Por exemplo passar mais vezes na casa da vítima, bater à porta para saber se está tudo bem, entre outras. Porque Plano Individual de Segurança no verdadeiro sentido da palavra não existe.”
E10	9.1	“Muito útil. Penso que tanto o plano como a avaliação do risco foram dois instrumentos com muito valor que o MAI criou.”
E11	9.1	“Sim, considero. Informação nunca é demais.”
E12	9.2	“Sim é útil, quanto mais não seja acaba por ser um suporte para os profissionais que lidam com este tipo de crime, no entanto da forma como está construído não se adequa muito ao tratamento deste crime.”
E13	9.2	“É uma ferramenta útil mas não adequada. Julgo que além das orientações vertidas nos atuais guiões de segurança deveria haver medidas internas (GNR). Isto é, fazer um PIS para a vítima, no verdadeiro sentido da palavra, passando por ter especial atenção à sua residência e ao seu local de trabalho através de um patrulhamento mais direcionado, à sua viatura e à do agressor, e principalmente comunicar entre todos para que dentro do CTer todos os militares estejam a par da situação da vítima em questão, já que muitas vezes o local de residência e de trabalho desta, por exemplo, pertencem a Postos Territoriais diferentes.”
E14	9.2	“É uma ferramenta útil mas não muito adequada. Julgo que existem papeis a mais para se preencherem relativamente a este crime. Relativamente ao site do MAI é inacessível dado o tempo de espera para selecionar as partes do Plano. Estes instrumentos deveriam ser revistos e atualizados.”
E15	9.3	“Como ferramenta de trabalho para nós, FS, penso que não seja muito útil e adequada.”

Fonte: Autor



## APÊNDICE J – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS ÀS VÍTIMAS

### J.1. Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas às Vítimas

Tabela nº 17: Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas às Vítimas

Pergunta	Categoria	Unidade de Registo	Codificação da UR
1- Após a denúncia do crime, sentiu que o risco de ameaça decorrente das situações de ofensa vivenciadas aumentou?	<u>A</u> - Alteração do risco de VD após a denúncia do crime	<u>A</u> – Aumentou logo após a denúncia	1.1
		<u>B</u> – Não aumentou	1.2
2- Como foi a sua participação na realização do PIS?	<u>B</u> - Participação na realização do PIS	<u>A</u> – Participação ativa	2.1
		<u>B</u> – Sem participação	2.2
2.1- Se sim, teve em consideração todos os aspetos que lhe causam receio ou medo?	<u>C</u> - Consideração por todos os aspetos que causam receio ou medo	<u>A</u> – Sim	2.1.1
3- Percebeu que o plano de segurança continha medidas de segurança efetivas ou apenas um guia de conselhos de segurança aplicáveis a qualquer pessoa?	<u>D</u> - Conteúdo do plano	<u>A</u> – Continha medidas de segurança efetivas	3.1
		<u>B</u> – Contém um guia de conselhos de segurança	3.2
		<u>C</u> – Impossibilidade de resposta	3.3
4- Considera que o PIS elaborado se constitui como uma ferramenta adequada a responder à situação de ameaça (perigo) que impende sobre si?	<u>E</u> - Adequação do PIS à situação de ameaça (perigo) que impende sobre a vítima	<u>A</u> – Sim	4.1
		<u>B</u> – Não	4.2
5- Foi ouvida sobre as características do agressor?	<u>F</u> - Informações acerca das características do agressor	<u>A</u> – Sim	5.1
		<u>B</u> – Não	5.2
6- Foi ouvida sobre o desenvolvimento da sua vida quotidiana?	<u>G</u> - Informações acerca do desenvolvimento da vida quotidiana	<u>A</u> – Sim	6.1
		<u>B</u> – Não	6.2
7- Foi ouvida sobre as condições de segurança da habitação, local de trabalho e outros locais?	<u>H</u> - Informações acerca das condições de segurança da habitação, local de trabalho e outros locais	<u>A</u> – Sim	7.1
		<u>B</u> – Não	7.2
8- Foi ouvida sobre as ameaças, riscos e receios que impendem sobre si?	<u>I</u> - Informações acerca das ameaças, riscos e receios	<u>A</u> – Sim	8.1
		<u>B</u> – Não	8.2
9- As medidas constantes do seu PIS foram-lhe explicadas?	<u>J</u> - Explicação das medidas constantes no PIS	<u>A</u> – Foram explicadas	9.1
		<u>B</u> – Não foram explicadas	9.2
10- Qual foi o grau de utilização das medidas previstas no seu PIS? a) Total, tendo colocado em prática todas as medidas; b) Parcial, tendo colocado em prática apenas algumas medidas; (neste caso quantas) c) Não utilizou qualquer das medidas previstas. (neste caso porquê)	<u>K</u> - Grau de utilização das medidas previstas no PIS	<u>A</u> – Alínea a)	10.1
		<u>B</u> – Alínea b)	10.2
11- Considera que o PIS, para a si, é uma ferramenta com utilidade alta, média ou reduzida?	<u>L</u> - Utilidade do PIS	<u>A</u> - Alta	11.1
		<u>B</u> - Reduzida	11.2
12- Considera que o PIS, para a si, é uma ferramenta com eficácia alta, média ou reduzida?	<u>M</u> - Eficácia do PIS	<u>A</u> - Alta	12.1
		<u>B</u> - Reduzida	12.2

Fonte: Autor

## J.2. Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas às Vítimas

Tabela nº 18: Análise de Conteúdo por Questão das Entrevistas às Vítimas

Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
<b>Pergunta nº1 – Alteração do risco de VD após a denúncia do crime</b>		
E1	1.2	“Não senti isso uma vez que me foi aconselhado o afastamento do agressor, e por isso fui viver para outra localidade durante 4 meses”
E2	1.2	“Não.”
E3	1.2	“Não.”
E4	1.1	“Logo após a denúncia senti que aumentou imenso, uma vez que eu ainda não tinha saído de casa e tinha bastante receio que ele (o agressor) fosse notificado quando eu estivesse em casa. Uma semana mais tarde, no sentido de proteger a minha filha saí de casa e aí senti que o risco diminuiu.”
E5	1.2	“Não, pelo contrário. Quando o meu marido soube que tinha avançado com a queixa parou de imediato com as atitudes agressivas. Agora já consigo sair à rua com menos receio de que ele apareça e me faça mal. No entanto é uma situação muito complexa dado termos um filho em comum.”
E6	1.1	“Sim, após ter feito a denúncia senti que o risco aumentou bastante. O meu marido quando soube que tinha divulgado a nossa situação fez-me uma série de ameaças, chegando inclusive a ameaçar-me de morte.”
<b>Pergunta nº2 – Participação na realização do PIS</b>		
E1	2.2	“Não participei.”
E2	2.2	“Não participei.”
E3	2.1	“Expliquei os lugares que frequentava, o sítio onde morava e o meu local de trabalho.”
E4	2.2	“Dei os dados que me pediram, não senti que tivesse sido realizado com a minha participação.”
E5	2.1	“Contando a história toda desde o início e explicando os pormenores de toda a situação.”
E6	2.2	“Não participei, apenas me facultaram a lista e aconselharam que lesse atentamente todos os itens.”
<b>Pergunta nº2.1 – Consideração por todos os aspetos que causam receio ou medo</b>		
E1		
E2		
E3	2.1.1	“Sim”
E4		
E5	2.1.1	“Sim, na altura disse do que sentia mais medo.”
E6		
<b>Pergunta nº3 – Conteúdo do plano</b>		
E1	3.2	“Penso que o que me deram se poderia aplicar a qualquer outra pessoa.”
E2	3.2	“Um guia de conselhos de segurança, na altura li mas não lhe dei muita importância.”
E3	3.1	“Tinha mesmo medidas de segurança efetivas.”
E4	3.3	“Não tenho resposta para esta pergunta.”
E5	3.1	“Contém medidas de segurança efetivas.”
E6	3.2	“Penso que a lista que me deram pode ser aplicada a qualquer outra pessoa na minha situação.”
<b>Pergunta nº4 – Adequação do PIS à situação de ameaça (perigo) que impende sobre a vítima</b>		
E1	4.2	“Talvez pudesse ter sido, mas não me foi explicado e não o utilizei.”
E2	4.2	“Não.”
E3	4.1	“Sim.”
E4	4.2	“Penso que não.”
E5	4.1	“Sim.”
E6	4.2	“Não. Julgo que este Plano de que fala foi bastante desvalorizado logo no momento da entrega.”
<b>Pergunta nº5 – Informações acerca das características do agressor</b>		
E1	5.1	“Sim.”
E2	5.2	“Não.”
E3	5.1	“Sim.”
E4	5.1	“Sim.”
E5	5.1	“Sim.”
E6	5.2	“Não.”



Pergunta nº6 – Informações acerca do desenvolvimento da vida quotidiana		
E1	6.2	“Não.”
E2	6.2	“Não.”
E3	6.1	“Sim.”
E4	6.1	“Sim.”
E5	6.1	“Sim.”
E6	6.2	“Não.”
Pergunta nº7 – Informações acerca das condições de segurança da habitação, local de trabalho e outros locais		
E1	7.2	“Não.”
E2	7.2	“Não.”
E3	7.1	“Sim.”
E4	7.2	“Não.”
E5	7.1	“Sim.”
E6	7.2	“Não.”
Pergunta nº8 – Informações acerca das ameaças, riscos e receios		
E1	8.1	“Sim.”
E2	8.2	“Não.”
E3	8.1	“Sim.”
E4	8.1	“Sim.”
E5	8.1	“Sim.”
E6	8.2	“Não.”
Pergunta nº9 – Explicação das medidas constantes no PIS		
E1	9.2	“Não, não foram.”
E2	9.2	“Não, não foram.”
E3	9.1	“Foram.”
E4	9.2	“Eventualmente poderiam ter sido, no entanto penso que <b>isso não aconteceu.</b> ”
E5	9.1	“Sim, na altura a militar explicou-me o que esperavam de mim e o que eu poderia esperar da parte dela.”
E6	9.2	“ <b>Apenas me foi recomendado que lesse a folha do plano</b> ”
Pergunta nº10 – Grau de utilização das medidas previstas no PIS		
E1	10.2	“ <b>Não utilizei nenhuma das medidas</b> por não lhe ter dado atenção. Foi apenas mais um “papel” como os outros.”
E2	10.2	“ <b>Não utilizei nenhuma das medidas</b> por não lhe ter dado atenção. Eu tenho ideia de ter lido tudo que lá está, mas por minha iniciativa.”
E3	10.1	“ <b>Total, tendo colocado em prática todas as medidas.</b> ”
E4	10.1	“ <b>Total, tendo colocado em prática todas as medidas.</b> ”
E5	10.1	“ <b>Total, tendo colocado em prática todas as medidas.</b> ”
E6	10.2	“Eu <b>não utilizei nenhuma das medidas</b> , porque me foram entregues vários documentos e não tive oportunidade de os ler todos. Sinceramente na altura julgo não ter chegado a ler o Plano que me deram.”
Pergunta nº11 – Utilidade do PIS		
E1	11.2	“ <b>Reduzida</b> , penso que deveria haver mais articulação entre a GNR e outras instituições de apoio.”
E2	11.2	“ <b>Reduzida</b> , encarei como mais um “papel”, uma vez que me foi dito que era para eu ler quando tivesse tempo. Além disso todos os conselhos que lá estão dizem respeito a ideias que eu por mim própria já tinha tido, portanto não havia nada que considerasse muito importante.”
E3	11.1	“Alta.”
E4	11.1	“Alta.”
E5	11.1	“Alta.”
E6	11.1	“ <b>Alta</b> , penso que um plano deste género tem grande utilidade, principalmente porque após a agressão a fragilidade emocional é tanta que não me lembrei de metade das recomendações que mais tarde tive oportunidade de ler.”
Pergunta nº12 – Eficácia do PIS		
E1	12.2	“ <b>Reduzida.</b> ”
E2	12.2	“ <b>Reduzida.</b> ”
E3	12.1	“Alta.”
E4	12.1	“Alta.”
E5	12.1	“Até ao momento posso dizer que foi <b>alta.</b> ”
E6	12.2	“ <b>Reduzida</b> , no meu caso, uma vez que nem sequer o pus em prática.”

Fonte: Autor

## ANEXOS

### ANEXO A – PARTES E SITUAÇÕES NOS ATUAIS PIS

Escolha as partes a incluir no Plano:

☐ Parte1:

Segurança durante um acto violento  
Segurança após uma agressão  
Segurança e bem-estar psicológico  
Contactos importantes

☐ Parte2:

Segurança diária quando vive com o/a agressor/a  
Segurança quando se prepara para sair de casa

☐ Parte3:

Lista de documentos e objectos a levar consigo

☐ Parte4:

Segurança após deixar o/a agressor/a

Figura nº 2: Partes a Incluir no Plano Individual de Segurança

Fonte: DGAI (2013)

Situação	Partes fundamentais a elaborar
Vítima vive com agressor/a e não pensa terminar relação/ sair de casa nos próximos 6 meses	1 e 2
Vítima vive com agressor/a e pensa terminar relação/ sair de casa nos próximos 6 meses	1, 2 e 3
Vítima já não vive com agressor/a e assim pretende continuar	1 e 4

Figura nº 3: As três situações possíveis previstas pelos atuais Planos Individuais de Segurança

Fonte: DGAI (2013)

## ANEXO B – RESUMO DAS ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DOS PIS

Tabela nº 19: Resumo das etapas para a elaboração dos PIS

	PASSO	OBJETIVO	INTERAÇÃO COM A VÍTIMA
1	Motivar	Explicar o que é o Plano de Segurança e propor à vítima a sua elaboração conjunta.	Motivar a vítima para a importância da elaboração conjunta do Plano.
2	Selecionar partes e secções	Iniciar a elaboração do Plano, seleccionando as partes que pretende contemplar, de acordo com as necessidades e situação da vítima.	Deve propor à vítima as partes/secções que irão abordar.
2	Iniciar o preenchimento	Começar por abordar a secção/ parte que mais diretamente interessa a vítima e que mais pertinente considera para o caso concreto.	Pode propor à vítima que comecem pela parte x... (se esta preferir começar por outra parte poderá fazê-lo) para que se sinta mais confortável.
4	Preenchimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada secção refletir conjuntamente quais as estratégias que podem ser aplicadas e que fazem sentido.</li> <li>Selecionar e preencher os itens que devem constar do Plano individual.</li> <li>Se, durante o preenchimento, sentir necessidade de incluir uma outra secção ou parte do Plano, deverá selecionar a mesma e proceder ao respetivo preenchimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular a vítima para que se pronuncie sobre a pertinência e adequabilidade das estratégias elencadas.</li> <li>Estimular a vítima a escolher as que mais sentido lhe fazem e a fornecer outras ideias de acordo com a sua realidade.</li> <li>Salientar, se necessário, a importância de estratégias que a vítima não considerou pertinentes.</li> </ul>
5	Rever o Plano	Antes de imprimir, deverá rever com a vítima o Plano.	Rever com a vítima o que ficou incluído no Plano e solicitar a sua confirmação. Se faltar algo ou for preciso mudar algo deverá fazê-lo nesta fase.
6	Imprimir e Entregar o Plano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imprimir o Plano elaborado.</li> <li>Dobrar o Plano em formato de folheto tripartido e entregar à vítima (o conteúdo deve ficar na parte interior do folheto)</li> <li>Elogiar/reforçar a vítima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar com a vítima se está tudo conforme o preenchimento efetuado e se não falta nada; se necessário corrigir ou acrescentar algo e imprimir de novo.</li> <li>Felicitar-la por ter elaborado o seu Plano de Segurança.</li> <li>Salientar que este deverá ser guardado num local seguro.</li> </ul>
7	Motivar para implementar o Plano	Motivar a vítima para implementar o Plano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encorajar a vítima para implementar as estratégias que constam do seu Plano.</li> <li>Recordar a vítima que não precisa de implementar tudo de uma vez, poderá ir a "pouco e pouco".</li> <li>Manifestar disponibilidade para apoiar a vítima na revisão do Plano, caso seja necessário.</li> <li>Salientar a importância de procurar outras ajudas especializadas e o apoio das pessoas próximas.</li> <li>Poderá nesta fase, entregar também, uma listagem dos recursos de apoio a que poderá recorrer.</li> </ul>

Fonte: DGAI (2013)